UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

CLAUDIA D’IPOLITTO DE OLIVEIRA SCIRÉ

Vida em conexão: celulares, usuários e mercado na construção do novo
social

São Paulo

2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Vida em conexão: celulares, usuários e mercado na construção do novo
social

Claudia D'Ipolitto de Oliveira Sciré

Tese apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Sociologia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para obtenção
do título de Doutor (a) em Sociologia

Orientador: Profa. Dra. Vera da Silva Telles

São Paulo

2014

CLAUDIA D IPOLITTO DE OLIVEIRA SCIRÉ

VIDA EM CONEXÃO: CELULARES, USUÁRIOS E MERCADO NA
CONSTRUÇÃO DO NOVO SOCIAL

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo visando a obtenção do título de Doutor (a) em Sociologia

Aprovado em:

Banca examinadora:

Nome: Prof. Dr _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Nome: Prof. Dr _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Nome: Prof. Dr _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Nome: Prof. Dr _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Nome: Prof. Dr _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos da autora vão para todos aqueles que à sua medida contribuíram para a realização deste trabalho. Em primeiro lugar, agradeço à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas desta Universidade, em especial ao Programa de Pós Graduação em Sociologia por ter acolhido a proposta desta tese e também à minha orientadora Vera Telles, que abraçou minha guinada para uma temática de pesquisa, antes desconhecida por ambas. Obrigada pela sua confiança.

Especiais agradecimentos também vão para todos aqueles que participaram da coleta de dados, seja por meio de entrevistas, depoimentos ou simples histórias relatadas ao longo destes quatro anos de pesquisa. Sem a concordância e aceitação em contribuir para com este trabalho, grande parte da reflexão aqui apresentada não teria sido possível. Agradeço a sua disposição e tempo concedido à construção do conhecimento científico.

Também aos meus colegas de pós-graduação, pelas sugestões, críticas, elogios e incentivos e igualmente a todos os colegas acadêmicos que de alguma forma tiveram contato com este trabalho e com os quais pude trocar reflexões.

Agradecimentos especiais são dirigidos ao meu companheiro Jonas Fernandes, pelo apoio incondicional concedido em todos os momentos, pela discussão conjunta de ideias, pelas sugestões de leitura e de investigação, pelo amparo nos momentos críticos e principalmente pela sua compreensão no que diz respeito à tarefa de escrever uma tese.

À minha família e amigos, que se fizeram presentes nos momentos em que foi preciso pedir ajuda ou simplesmente desabafar. Obrigada por terem me mostrado que não estava tão sozinha quanto imaginava.

Por fim, a todas as forças e elementos, ainda tão incompreendidos por nós, mas cuja atuação se faz fortemente presente nos momentos em que a imaginação e a inspiração ganham força bem como quando percebemos que é preciso seguir em frente e que somos capazes daquilo que almejamos, pelo simples fato de estarmos amparados por algo maior.

De manhã
Quando ainda penso em acordar
Ela já está a dedilhar
Mexendo feliz no seu novo brinquedo
Eu não vou nem me comparar
Não tenho como disputar
Pois não mando e-mail
Só mando desejo

Essa é minha situação
Eu quero sua atenção
E já fiz imagino até onde eu podia
Eu penso até em desistir
O que eu posso fazer é ir
Não possuo tamanha tecnologia

Ela me trocara por um Blackberry

Ela me trocara por um Blackberry

Ela me trocara por um Blackberry

(TONO, Samba do Blackberry)

Resumo:

O presente trabalho se debruça sobre os elementos da cultura digital de nossos dias, que têm se tornado objetos presentes em toda a vida social, em suas mais diferentes esferas – os telefones celulares. O intuito é descrever e analisar alguns dos fenômenos imbricados na construção desta cadeia de conectividade da qual celulares e todos nós, enquanto usuários, fazemos parte. Para tanto, o esforço empreendido foi o de compreender como estes objetos se inserem e compõem um amplo arranjo sociotécnico – no qual circulam discursos, saberes, práticas, relações, circunstâncias e eventos, envolvendo o mercado, os produtores, as inovações tecnológicas de um lado e, consumidores e suas diversas práticas de uso e formas de vida, de outro. Demonstra-se como que toda esta rede não escapa aos eixos do mercado, pelo contrário, engloba-os e os faz crescer e os celulares constituem elementos agenciadores deste processo à medida em que fazem as próprias vidas de seus usuários circular pelas infovias, alterando os regimes de relações que envolvem o contato com o outros, as formas de ser estar no mundo, as formas de controle e os regimes de subjetivação. A principal contribuição deste estudo é, assim, mostrar que se está diante de novos vetores de poder que incidem diretamente sobre a gestão das vidas de cada um, às formas de uso do tempo, constituição de afetos, contribuindo, igualmente para dar novos contornos aos processos de geração de valor, cada vez mais atrelados aos momentos de consumo. Em suma, entender quais novas roupagens de questões, caras à teoria social, tais como governamentalidade e sociedade do controle entram em jogo, a partir do momento em que este objeto torna-se onipresente nas práticas sociais e de que forma estas questões se atualizam, é o que consistiu na tarefa primordial deste trabalho.

Palavras-chave: telefones celulares, construção social da tecnologia, práticas de uso, consumo, controle social.

Abstract:

This thesis focuses on one representative element of the current digital culture, which has become present in all social life in its different spheres – the mobile phone. Our aim is to describe and analyze some of the overlapping phenomena in the construction of this connectivity chain to which mobile phones and we, as users, belong. To this end, the effort undertaken was to understand how these artifacts are inserted and comprise a broad socio-technical arrangement – in which discourses, knowledge, practices, relationships, circumstances and events flow, involving the market, the producers, the technological innovations on one side and the consumers, and their various daily use practices and life habits on the other. We try to show how this whole network does not escape to the axes of the market, by contrast, it embraces and makes them grow and how the mobile phones are important elements of this process because they made the lives of its users move through the networks' flows, changing, by this way, the relationships that involve the contact with the other, the ways of being in the world, the control practices and the regimes of subjectivity. The main contribution of this study is thus to show that one is facing new vectors of power that directly affect the management of each other's lives, the time use forms, the constitution of affects, contributing also to give new dimensions to processes of value creation, which are increasingly tied to consumption occasions. In short, to understand how new social issues, come into play, from the time that this artifacts become ubiquitous in social practices and how these are updated in terms of governmentality and social control is the primary task of this work.

Key words: mobile phones, SCOT, use practices, consumption, social control

Sumário

Introdução: desvendando o tema da pesquisa ou por que este não é apenas um estudo sobre o telefone celular.....	10
Organização e apresentação dos capítulos	12
Procedimentos metodológicos: fontes e materiais de análise.....	16
Capítulo 1 - A compreensão do telefone celular em meio aos deslocamentos conceituais: movimentos, espaços e tempos	22
1.1 Redes e ciberespaço: novos elementos conceituais presentes na sociedade da informação ...	24
1.2 O movimento atrelado à conexão: os celulares e a conjunção das mobilidades física e informacional	29
1.3 Metáforas conceituais nas relações com o espaço: desterritorializações e reterritorializações	34
1.4 Novos regimes de temporalidade: aceleração, simultaneidade e multiplicidade	40
Capítulo 2 – O mercado e a construção do telefone celular: de simples telefones a artefatos de conectividade	50
2.1 A constituição do mercado de telefonia móvel no Brasil: panorama geral	52
2.2 Um mercado desigual: usuários pré e pós-pagos e a conformação de clivagens no acesso aos serviços de comunicação móvel.....	60
2.3 Estratégias na criação do mercado de consumo linhas móveis: a construção do usuário pagante via promoções	66
2.4 A venda da conectividade nos aparelhos e como serviço: Smartphones e a Internet móvel ...	71
Capítulo 3 – Os usuários e construção do telefone celular: a domesticação	80
3.1. A teoria da construção social da tecnologia e suas contribuições para se pensar os celulares enquanto artefatos construídos pelos usuários	81
3.2 A domesticação: decifrando o conceito.....	85
3.3. A domesticação dos celulares: tramas de relações entre usuários e objetos, representações e usos cotidianos	90
Capítulo 4 - Práticas de uso na apropriação das funções de conexão e a ampliação do espaço comunicacional móvel.....	108
4.1 Envio de mensagens: SMS <i>versus</i> aplicativos de mensagens	109
4.2 Comunicação visual mediada pelos celulares: álbum de fotos e compartilhamento de imagens	111
4.3 Redes sociais no celular: a vida como notícia.....	114
4.4 Do “blutufe” à Internet: a expansão da lógica do compartilhar	116

Capítulo 5 - A cadeia sociotécnica da conectividade: agenciamentos de poder, gestão das vidas, controle e produção de valor	122
5.1 Usuários, emoções e afetos na constituição da cadeia sociotécnica da conectividade: relações de dependência	123
5.2. Puxando outros fios da cadeia: a gestão das vidas via telefone celular.....	130
5.3 A vida presa às cadeias de conexão: mercado e geração de valor.....	139
6. Conclusões e questionamentos: como pensar as formas de poder e constituição de si no ser-estar conectado	154
Referências.....	162
Bibliografia consultada:	162
Material de imprensa consultado:	185

Introdução: desvendando o tema da pesquisa ou por que este não é apenas um estudo sobre o telefone celular

Elemento da cultura digital de nossos dias, os telefones celulares têm se tornado objetos presentes em toda a vida social, em suas mais diferentes esferas. O período de realização desta pesquisa correspondeu à ampliação e disseminação desses artefatos na sociedade brasileira, período no qual a vida em constante conexão tornou-se a regra¹. Esta tese tem como desafio apontar para alguns dos fenômenos imbricados na construção desta cadeia de conectividade da qual celulares e todos nós, enquanto usuários, fazemos parte.

Não é tarefa fácil empreender um estudo capaz de apontar alguns elementos que permitem compreender como todo um feixe de relações sociais tem se alterado a partir do uso de determinado artefato e das possibilidades que se abrem com tudo o que esse artefato, próprio das tecnologias de informação e comunicação, traz consigo. Mais difícil ainda é expor os objetivos deste trabalho sem reduzi-lo a “uma pesquisa sobre o telefone celular” ou, ainda, sem correr o risco de se colocar na posição de defender que o social mudou muito desde que começamos a viver na companhia desses objetos.

Parte-se do pressuposto de que as sociedades contemporâneas têm sido atravessadas por processos que dizem respeito à instantaneidade, à velocidade na troca de informações, à conectividade constante e a movimentos de diferentes composições e que se encontram atrelados a tramas compostas por esses artefatos tecnológicos, seus usuários e todo o conjunto de práticas e usos que a partir daí se desenrolam. Não se trata, portanto, de atribuir a um único artefato e suas formas de utilização a responsabilidade por mudanças nas práticas sociais.

¹ Ao longo dos anos de pesquisa, pôde-se claramente perceber como, de simples telefones que permitiam práticas de comunicação à distância, os celulares vieram a se tornar pequenos computadores de bolso, instrumentos de conexão e acesso ininterrupto a informação, pessoas, bens etc. – uma janela para outras dimensões, nas quais a interação social torna-se possível.

Buscou-se, assim, ao longo desta pesquisa, olhar detalhadamente para a composição deste conjunto de tramas, na tentativa de compreender como, a partir daí, emergem novos elementos presentes na atual conformação social que merecem ser discutidos. Admitindo-se que há novos processos em curso, procurou-se entender como estes se desenrolam a partir do prisma da articulação do uso dos celulares com todo o feixe de relações que se referem a uma sociedade cada vez mais pautada no trânsito de informações via redes e comunicação instantânea.

Mais concretamente: elegeram-se os telefones celulares enquanto elementos privilegiados desta ampliada rede de relações, como se fossem as lentes a partir das quais torna-se possível visualizar determinados fenômenos. Não se trata de postular que esses fenômenos são consequências causais do uso desses objetos. A aposta é que a análise da articulação entre suas práticas e usos com o conjunto intrincado de relações nos quais estes artefatos se inscrevem abre a chance de se perceber um deslocamento de horizontes que permite visualizar questões antigas de outra forma, recompostas diante dos novos elementos trazidos e atualizados por eles. Tomá-los como referência exige e induz a deslocamentos conceituais, que remetem à própria maneira de pensar as formas pelas quais a realidade social é produzida. Nesse sentido, tratar sobre o telefone celular significa se remeter ao escopo da cada vez mais ampla cadeia de práticas regidas pelo imperativo da conexão, que operam na chave dos códigos de acesso e da acessibilidade permanente. É a compreensão dessa rede de conexões, de seus elementos presentes, imbricações e tensões que nos interessa aqui.

Em outras palavras, o esforço empreendido foi compreender como esse objeto insere-se e compõe um amplo arranjo sociotécnico – no qual circulam discursos, saberes, práticas, relações, circunstâncias e eventos, envolvendo o mercado, os produtores, as inovações tecnológicas de um lado e consumidores e suas diversas práticas de uso e formas de vida de outro. Tomar esse ponto de partida para a análise é parte da aposta deste trabalho.

Ao invés de abordar de forma separada e dicotômica os celulares e seus efeitos, as relações engendradas, os discursos construídos e as práticas resultantes, optou-se por estudar todos esses elementos em conjunto, conforme se constituiu a extensa cadeia aqui denominada cadeia sociotécnica da conectividade. Ao mapear alguns dos processos em curso nessa

ampla rede de relações, foi possível não apenas entender a apropriação do telefone celular pelo corpo social como um evento imbricado a outras tramas e relações de força, como também dar forma à própria construção social do artefato, tal como ele se apresenta atualmente.

Sim, porque não se trata de um objeto pronto, dado de antemão. Defende-se, ao contrário, que o celular e a conectividade que ele permite são frutos de um conjunto de práticas, processos, formas de mercantilização e de apropriação socialmente constituídas – e que serão aqui discutidas. Buscou-se, assim, mapear parte da construção dessa ampla cadeia de elementos concomitante à construção do objeto.

Acredita-se que esse posicionamento permite incorporar essa nova tecnologia como uma chave de compreensão da realidade atual, ao apontar para alguns vetores que colocam em pauta questões que devem ser consideradas pela teoria sociológica. A principal delas, aqui apontada, refere-se ao fato de que toda essa rede não escapa aos eixos do mercado; pelo contrário, engloba-os e os faz crescer à medida em que nela circulam informações –hoje a mina de ouro das disputas de mercado. E os celulares constituem elementos agenciadores desse processo à medida em que fazem as próprias vidas de seus usuários circular pelas infovias.

Em suma, entender quais novas roupagens de questões, caras à teoria social, tais como governamentalidade e sociedade do controle, entram em jogo a partir do momento em que este objeto torna-se onipresente nas práticas sociais e de que forma estas questões se atualizam é no que consistiu a tarefa primordial deste trabalho.

Organização e apresentação dos capítulos

Este trabalho inicia-se sob a inspiração da exigência de deslocamentos conceituais que permitem encarar algumas questões de uma outra perspectiva. O argumento central é que a dimensão informacional colocou em xeque algumas das noções que primam ou primaram

as interpretações relativas à construção da realidade social. Entender de que forma isso ocorre, tomando como referência o uso dos celulares e os fenômenos constitutivos à sociedade informacional que eles colocam em funcionamento, é o que pauta o início deste trabalho.

Optou-se por um recorte que enfatiza as concepções de redes e ciberespaço. Trata-se de dimensões caras à compreensão da sociedade informacional e que, ao serem construídas e articuladas a partir dos objetivos deste trabalho, ganham novos contornos que ajudam não só a compreender o objeto da pesquisa, como também nos dão a chave para entender o que de fato está em jogo quando se pensa na cadeia sociotécnica da qual os celulares fazem parte. Mais ainda: a discussão dessas noções torna possível desdobrar outras metáforas conceituais que igualmente entram em jogo quando se busca uma compreensão mais ampla do que constitui a experiência social conformada pelo uso de tecnologias informacionais como os celulares.

Nesse contexto, especial atenção é dada às noções de mobilidade, tempos e espaços que ganham novos contornos interpretativos quando articulados às ideias de redes e ciberespaço. Como se verá, abrem-se outras possibilidades de encarar os movimentos, as noções socialmente construídas de tempo e espaço, bem como as formas de se lidar com elas. Uma breve discussão sobre como o uso dos celulares e suas possibilidades revelam o novo regime de mobilidades informacionais e as formas de lidar com tempos e espaços é o que compõe, assim, o restante deste primeiro capítulo.

A partir daí, torna-se necessário entender mais a fundo de que forma essa tecnologia informacional – representada aqui neste trabalho pelos telefones celulares – constitui-se enquanto elemento acionador de técnicas, práticas e discursos. O segundo capítulo procura dar conta da construção sociotécnica que envolve o objeto telefone celular e as práticas, discursos e relações envolvidos nesse processo. Será dada ênfase à ideia de que tal objeto tecnológico é socialmente construído num conjunto de redes que envolvem atores, momentos e situações diversos. Aqui, entram em cena o mercado, seus atores, produtores, bem como os discursos de publicidade que buscam vender o mundo da conexão na mobilidade enquanto chave para o sucesso na sociedade atual.

O capítulo realiza, em primeiro lugar, uma análise da constituição do mercado de telefonia móvel no Brasil em termos de infraestrutura. Afinal, a conformação do serviço de conexão móvel enquanto mercado tem características próprias que dialogam com determinadas opções políticas. Trata-se aqui de visualizar a construção social do objeto por parte do mercado, via suas estratégias na venda do objeto e de serviços de conexão, bem como a conformação de relações assimétricas entre os usuários e suas práticas de uso, resultantes de políticas de acesso desiguais.

Porém, esta construção não é somente realizada pelo mercado. Tudo ganha outro sentido quando tais objetos são vistos pelo ângulo dos seus modos de apropriação pelos consumidores. É esse o tema do terceiro capítulo, que busca, a partir da descrição e análise de algumas práticas de uso, explorar as cadeias de significados e as tramas de ações sociais que se prendem ao uso destes artefatos.

Não se trata de uma relação definida de antemão; ela foi e é construída na medida em que o objeto é apropriado, ganhando novos recortes, significações e usos e se transformando na tecnologia de conexão que se nos apresenta hoje. Assumindo que os celulares são objetos socialmente construídos, esse capítulo volta-se para os usuários, elementos importantes nessa cadeia de relações e conexões. Nele não apenas as diferentes representações e imaginários do objeto ganham forma, como também as formas como foram (e têm sido) apropriados, as dificuldades e alterações ao longo deste processo serão destacadas. O material colhido no trabalho de campo é analisado com a ajuda das teorias sobre a domesticação, sempre traçando as particularidades da domesticação de um objeto que, em si, não pertence à esfera doméstica.

O quarto capítulo dá continuidade à análise das relações entre os usuários e seus artefatos celulares, porém, com destaque maior às práticas de uso propriamente ditas. A diferença em relação ao que foi tratado no capítulo três está na ênfase dada às funções mais acessadas e utilizadas nos aparelhos. Se o objetivo deste trabalho é traçar parte da cadeia de ações, relações e atores na qual os celulares parecem se impor em sua crescente indispensabilidade, há que se compreender que essas funções, os elementos técnicos que as constituem, a forma como são usadas e como esse uso é percebido pelos usuários são

essenciais na conformação da cadeia sociotécnica que torna a tecnologia celular amplamente ativa no estabelecimento de relações sociais.

Busca-se mostrar, então, como a possibilidade de acesso à Internet e aos consequentes aplicativos de troca de mensagens, edição de fotos e redes sociais gera um aumento vertiginoso do fluxo e dos tipos de dados que entram em circulação. Nesse sentido, uma análise mais detida na expansão da lógica do compartilhamento (de dados, fotos, mensagens e arquivos etc.) ajuda a perceber que se está diante de novas formas de alimentar as relações sociais, possibilitadas pela conexão à Internet e por programas e dispositivos que interligam os usuários a suas redes de contatos, via mensagens de texto e de voz, em fotografias e filmagens, músicas etc. Se os vínculos sociais se articulam sob as formas digitalizadas no espaço de comunicação social móvel, há que se admitir que é nessa intrincada cadeia que liga pessoas, arquivos, relações e sentimentos que a construção da rede sociotécnica da conectividade se dá.

Finalmente, é imperativo entender o que de fato significa a imprescindibilidade que se tornou esse artefato e os modos de vida regidos pela constante conexão, além dos agenciamentos de poder que entram em jogo. Essa é a questão tratada no quinto capítulo, no qual se invoca a concepção de cadeia sociotécnica enquanto metáfora explicativa do processo de conformação da rede de conectividade de nossos dias.

O objetivo é entender alguns dos processos e elementos que compõem o ser-estar conectado, tanto da parte do mercado quanto da parte dos usuários, partindo da imagem de uma intrincada cadeia de relações, fatos, eventos e discursos denominada arranjo sociotécnico. Busca-se puxar alguns dos fios desta emaranhada cadeia na tentativa de analisar o que, de fato, se configura na noção de conectividade e alguns de seus desdobramentos na forma como as relações sociais têm se estabelecido. Defende-se a ideia de que é justamente nessa imbricação que se constitui a força da atual configuração na qual os celulares aparecem como ferramentas imprescindíveis.

Ao explorar mais profundamente certas práticas dos usuários e posicionamentos do mercado, espera-se poder demonstrar que se está diante de novos vetores de poder que incidem diretamente sobre a gestão das vidas de cada um, às formas de uso do tempo,

constituição de afetos, contribuindo, igualmente para dar novos contornos aos processos de geração de valor, cada vez mais atrelados aos momentos de consumo. Sendo os celulares objetos praticamente onipresentes em todos os momentos da vida, seu uso e consumo acabam trazendo à tona discussões sobre agenciamentos de poder que se fazem presentes, não deixando intactos os regimes de relações que envolvem o contato com o outros, as formas de ser-estar no mundo, as formas de controle e os regimes de subjetivação.

É no sentido de apontar para essas realidades dignas de interpretação e análise que este trabalho espera contribuir.

Procedimentos metodológicos: fontes e materiais de análise

Além dos (e com os) achados da pesquisa empírica desenvolvida, os argumentos centrais aqui expostos foram elaborados ao longo do exercício de envolvimento contínuo com o objeto de pesquisa, por diferentes vias.

Em primeiro lugar, de uma maneira geral, além do trabalho de campo, o contato prático com o artefato estudado deu-se via observação constantemente vivenciada no cotidiano, de práticas de uso do celular, suas formas de apropriação e discursos a respeito, tanto em espaços públicos e privados quanto no contato com pessoas próximas ao círculo social da pesquisadora.

Foi igualmente importante o amplo uso de fontes secundárias de pesquisas obtidas na Internet: consultaram-se sites de empresas que realizam pesquisas frequentes sobre o tema das telecomunicações, bem como seu respectivo material, dentre elas o Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (Cetic), a Associação Brasileira de Recursos em Telecomunicações (ABRTelecom) e a empresa de consultoria TELECO²,

² TELECO é uma das principais consultorias brasileiras referentes às Telecomunicações no Brasil. Segundo informações colhidas no site da empresa, as atividades dividem-se em quatro tipos de atividades envolvendo portais públicos de informação; Consultoria; Treinamento e Outsourcing Estratégico. No quesito portais públicos de informação – fonte utilizada para esta pesquisa – vale ressaltar que, além de possuir o portal, a TELECO ainda é responsável pela elaboração do Panorama do Setor de Telecomunicações, portal de informações disponibilizadas ao público da Telebrasil– Associação Brasileira de Telecomunicações.

além de entidades do setor, como a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e o Ministério das Comunicações. Grande parte dos dados estatísticos aqui apresentados é fruto dessas consultas. Esse trabalho foi complementado por pesquisa de material de imprensa. Além dos principais jornais da cidade de São Paulo – O Estado de S. Paulo e Folha de S.Paulo, foram também consultados canais específicos e especializados em tecnologia. A garimpagem constante na Internet revelou um montante incontável de sites, blogs e grupos de discussão dedicados especificamente à tecnologia celular ou, o que é mais comum, a todo grupo de tecnologias de comunicação móvel.

Também foram analisados vídeos comerciais e outros materiais publicitários referentes aos produtores e empresas de telefonia móvel, além de sites de aplicativos. Essa gama diversificada de propagandas nos permitiu analisar os valores e ideais trabalhados pelo mercado, ajudando a compreender a construção mercadológica do telefone celular e do serviço de conexão a ele associado.

Quanto aos dados empíricos, o trabalho de campo desenvolveu-se em dois momentos distintos. Alguns meses após o início dos estudos de doutorado, a pesquisadora começou a trabalhar em uma empresa de pesquisa de mercado especializada no consumo popular. Enquanto analista de pesquisa, foi responsável por conduzir e coordenar várias pesquisas, dentre elas dois estudos etnográficos³ sobre a relação dos consumidores chamados “emergentes” com os serviços de telefonia móvel. O objetivo era entender as decisões de compra de aparelhos e de contratação de serviços de telefonia móvel, focalizando também a relação de cada usuário com seu aparelho, as diversas experiências de uso ao longo do tempo, as atuais práticas de uso, as dificuldades e os principais significados assumidos pelos telefones celulares.

O contato com os entrevistados foi agenciado através de um serviço de recrutamento⁴. As visitas envolveram entrevistas, observação e convivência com os entrevistados, seja para

³ A pesquisa etnográfica, como técnica investigativa inserida no contexto da pesquisa de mercado, começou a se difundir nos anos 1970 e ganhou força nos últimos anos a partir do reconhecimento de sua importância para desvendar as diferenças entre práticas e discursos dos entrevistados no que diz respeito ao consumo de produtos e serviços.

⁴ A partir de um questionário aplicado por telefone, conseguia-se traçar determinados perfis de consumidores, previamente acordados com as operadoras contratantes da pesquisa. Realizou-se, assim, contato telefônico

acompanhar e observar seu dia a dia, seja para entender mais a fundo as práticas de uso e consumo de serviços de telefonia em seu cotidiano. Ao todo foram realizadas 41 entrevistas com moradores de diversos bairros das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Belfort Roxo, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Recife, Porto Alegre, Maringá, Goiânia e Vitória da Conquista. Embora não tenha sido regra, não foi raro conversar também com os demais membros da família e/ou amigos e vizinhos, ainda que informalmente, e observar as semelhanças e discontinuidades nas práticas de uso e consumo de telefones celulares e dos serviços de telefonia móvel.

Envolvida diretamente com estes projetos, a pesquisadora achou pertinente atrelar a coleta de dados de tais pesquisas à sua investigação. No entanto, parte do material aqui apresentado não se refere diretamente aos resultados obtidos nessas pesquisas. Até porque é preciso admitir que nesses casos o dispositivo de investigação empírica qualitativa foi mobilizado para responder a determinadas perguntas de interesses diversos aos da pesquisadora. Desde a seleção dos entrevistados, que deveriam atender a determinado perfil e estar inseridos em determinada faixa de renda, até os resultados que a pesquisa procurava chegar, bem como o formato em que deveria ocorrer (com a duração de apenas um dia), todos esses fatores contribuíram para a conformação de uma situação de pesquisa que independia da pesquisadora.

De partida, reconhece-se o viés de uma pesquisa voltada a questões mercadológicas, tanto do ponto de vista da montagem da amostra quanto dos procedimentos adotados de investigação. No entanto, em que pese uma autonomia restrita na condução do trabalho de campo, isso não impediu que a pesquisadora abordasse com mais ênfase temas pertinentes às suas próprias questões de pesquisa.

O trabalho de campo permitiu, assim, um primeiro mapeamento das principais práticas de uso dos celulares e das relações entre usuários e aparelhos. A partir daí foi possível puxar

com possíveis entrevistados que precisavam atender a determinadas cotas de sexo, faixa de renda, faixa etária, operadora utilizada e residência em regiões diversificadas nas cidades pesquisadas. Caso preenchessem os requisitos e concordassem com a realização da pesquisa, eram convidados a participar. A data da visita às residências era, então, agendada. Todos os entrevistados receberam um incentivo financeiro por sua participação e para que arcassem com os custos de refeição durante a estada da pesquisadora na residência.

alguns fios de um processo mais amplo, para garimpar alguns elementos empíricos, filtrar certas situações e trabalhar analiticamente os achados de campo.

As histórias e microcenos cotidianas aqui relatadas escapam aos objetivos mercadológicos que estiveram na origem da pesquisa, tampouco compõem os relatórios entregues.⁵

Após 18 meses ao lado do instituto voltado à pesquisa sobre consumo popular, a pesquisadora migrou para o setor especializado em tecnologias, de uma multinacional de pesquisa de mercado. Lá prestou atendimento às empresas fabricantes de aparelhos, desenvolveu e acompanhou pesquisas quantitativas e qualitativas sobre produtos e sua usabilidade, serviços e softwares, envolveu-se em uma investigação sobre o panorama do mercado de telecomunicações no Brasil e em uma pesquisa domiciliar sobre a relação das crianças com a tecnologia.

A oportunidade de entrar em contato direto com os modelos de negócios tanto de empresas produtoras de aparelhos quanto com operadoras de telefonia terminou por despertar a atenção da pesquisadora para questões sociologicamente interessantes. Por exemplo, tornou-se possível compreender mais claramente de que forma a venda do serviço de conexão conformou-se ao longo dos anos, como o mercado tem atuado, além de ter uma visão mais clara das principais relações de força presentes no processo de construção dos celulares, tais como se apresentam na atualidade. Em seu conjunto, todas essas vivências contribuíram para ampliar o contato com o objeto de pesquisa e conformar os temas e abordagens presentes nesta tese.

Assim, se o material aqui apresentado encontra-se correlacionado e, de certa forma, “contaminado” pela pesquisa de mercado, nem por isso os dados obtidos são desprovidos de interesse e qualidade. No tratamento desse material, as circunstâncias de uma pesquisa de mercado foram levadas em conta, de modo que os dados de campo desconstruídos e reconstruídos após sua análise. E foi isso o que caracterizou boa parte do processo de organização do material de campo.

⁵ Esta também consiste na condição acordada com a empresa para que a utilização dos dados obtidos em campo pudesse ocorrer.

Acredita-se que ao problematizar essa prática de campo e ao reconhecer o viés implicado no dispositivo de investigação realizada, foi possível à pesquisadora refletir sobre a construção de seu objeto e de sua própria pesquisa. Trata-se de uma reflexão iniciada no trabalho de campo, que amadureceu ao longo dos meses de investigação quando parte dos elementos colhidos em campo foram se recompondo, sob outros ângulos, apontando para questões pertinentes a esta pesquisa.

Em outros termos: as circunstâncias de realização dessa pesquisa e o próprio viés aí implicado chamaram a atenção da pesquisadora para a importância e interesse de se considerar as relações de mercado como eixo de análise, a saber: os modos de constituição das relações de mercado inscritas nos usos dos celulares e sua generalização nas práticas cotidianas. Foram essas as questões trabalhadas na sequência dos capítulos.

A fase final de coleta de dados empíricos ocorreu no último ano da pesquisa, já desvinculada dessas empresas de pesquisa. Optou-se por uma estratégia não convencional, mas que se revelou extremamente profícua, a saber, a realização de um fórum online.

A partir de uma postagem anunciando a pesquisa e seus fins acadêmicos em uma rede social, a pesquisadora conseguiu contar com a participação voluntária de sete pessoas de 18 a 45 anos, residentes em São Paulo e possuídores de telefone celular. Formou-se um grupo fechado, cuja comunicação deu-se no formato de *chat* durante cinco dias. Algumas questões foram ali colocadas pela moderadora (no caso, a pesquisadora em questão) e os participantes passaram a respondê-las, tendo também acesso às respostas dos outros. A partir das respostas que se obtinha, questões específicas eram direcionadas a cada um deles. Os participantes foram instruídos a acessarem o chat ao menos uma vez ao dia para responder às questões colocadas diariamente, mas a maioria deles o fazia mais frequentemente, apontando para o fato de que pertencem a um grupo de usuários com acesso facilitado à conexão à Internet e com certa familiaridade nas ferramentas de comunicação online.

Embora o formato desta ferramenta tenha exigido brevidade na execução⁶, os dados colhidos apresentaram-se com uma riqueza de detalhes não imaginada pela pesquisadora. Foram estes relatos que ajudaram a compor a outra parte do material empírico utilizado nesta tese, bem como a esclarecer questões que haviam surgido no começo da pesquisa. É a partir deles que se pôde chegar a algumas das principais questões e problematizações aqui apresentadas.

Assume-se que as distintas iniciativas de pesquisa tenham contribuído para construir uma análise multifacetada, cujos elementos confluem para um denominador comum de questões. Reconhecer que o formato que esta tese tomou dialoga em muito com a trajetória da pesquisadora, com as esferas pelas quais circulou ao longo da pesquisa, com questões às quais ela foi exposta é essencial para não tomar as escolhas metodológicas como dadas de antemão. Longe de acreditar que o rigor metodológico se imponha afastando as contingências, espera-se mostrar que são nelas que, muitas vezes, rotas interessantes e caminhos inexplorados se apresentam ao pesquisador, ajudando a traçar compreensões sobre os fenômenos a partir de um prisma inédito.

⁶ Apostou-se, no momento do planejamento, que um fórum com duração mais estendida, embora pudesse trazer um número maior de informações, corria o risco de suscitar o abandono de alguns participantes, além de poder acarretar na dispersão das discussões. Mais do que isso, estava além da capacidade de análise da pesquisadora poder trabalhar com um material muito vasto. Assim, por questões práticas de tempo e para garantir o sucesso na adesão a uma discussão bem concentrada em alguns dos principais tópicos, optou-se por realizar um fórum de cinco dias.

Capítulo 1 - A compreensão do telefone celular em meio aos deslocamentos conceituais: movimentos, espaços e tempos

Haveria inúmeras formas de iniciar uma tese que se propõe a entender, com base nos instrumentos fornecidos pelas ciências sociais, alguns fenômenos atrelados às práticas de uso e consumo dos telefones celulares. Dentre elas, a mais óbvia seria uma explanação sobre o que constitui o objeto, seu modo de funcionamento, suas possibilidades etc. Ao lado da mesma, encontraria-se uma vasta discussão da literatura a respeito das formas como a teoria trabalha este tema.

Do ponto de vista da construção da argumentação, tudo isso parece legítimo. Optou-se, contudo, por um caminho um tanto quanto distinto. Em primeiro lugar, porque estudos anteriores a este já deram conta desta tarefa de forma exemplar, seja via descrições extensas e completas sobre o funcionamento técnico do objeto (VICENTIN, 2008), seja via uma compilação de inúmeras práticas sociais que se inauguram a partir de seu uso nas mais diferentes dimensões (LING, 2000; KATZ, 2002; 2008; SILVA, 2010), ou ainda através de uma revisão extensa da literatura acerca dos posicionamentos da teoria sobre o assunto (GESER, 2003).

Em segundo lugar, porque se acredita que, ao invés de descrever o celular e discutir as formas como a literatura trata deste artefato e seus usos, articulando tudo isso no formato de um capítulo inicial no qual o objeto de estudo se encontra cristalizado, é mais instigante – tanto para o leitor quanto dentro do escopo de uma contriubuição no campo das ideias – colocar em pauta algumas questões trazidas pela compreensão inicial daquilo que o uso do celular é capaz de alterar nas próprias formas de se pensar a respeito dele e da sociedade. Essa afirmação encontra-se articulada a um posicionamento que defende que a dimensão informacional colocou em xeque a própria forma de construção e interpretação da realidade social que, agora, deve passar por revisões e recomposições a partir de elementos trazidos por este paradigma.

Por isso, compreender algumas dessas alterações e as formas como é possível enxergar o fenômeno dos celulares a partir das mesmas é o desafio deste primeiro capítulo.

Buscar-se-á mostrar como os telefones celulares permitem pensar em deslocamentos conceituais que, por sua vez, geram uma mudança de patamar epistemológico na forma como determinadas noções são construídas, articuladas e trabalhadas. Novas concepções fundamentais à compreensão da dinâmica societária atual se colocam, dentre elas, as noções de redes e ciberespaço. Perceber seus contornos e pontos de articulação, bem como o que está de fato em jogo a partir destas noções é, assim, o que pauta este primeiro capítulo. É a partir da discussão destas noções que se torna possível desdobrar outras metáforas conceituais capazes de ensejar discussões que alimentam a reformulação de algumas noções tão caras à teoria social, como as concepções de movimento, espaço e tempo⁷.

Portanto, mais do que a descrição deste artefato, este primeiro capítulo propõe um olhar mais detido sobre as possibilidades no campo das ideias inauguradas pelo contexto informacional articulado ao seus usos. É com esse plano de referências que se torna possível uma análise mais aprofundada deste objeto, bem como dos desdobramentos de sua utilização nas formas como as pessoas se relacionam com os espaços e tempos em suas práticas de comunicação, hoje tão pautadas no uso do mesmo. É também em diálogo com essas referências que se desenvolve uma argumentação central a esse trabalho, qual seja, o de que a produção desse artefato como objeto e fato social não é uma construção acabada, dada de antemão, mas que está em constante moldagem e reconstrução, composta por uma série de atores, circunstâncias, eventos etc., ao mesmo tempo em que envolve as formas de ser e estar no mundo, relacionar-se e comunicar-se, que serão aqui explanadas e discutidas.

É certo que não há como escapar – e nem é este o objetivo aqui – da discussão sobre as distintas interpretações conceituais realizadas pela literatura acerca dos celulares, suas práticas de uso e seus efeitos, e das articulações e releitura das mesmas de acordo com os novos dados e interpretações trazidos por este estudo. Contudo, o esforço aqui é trazer tais discussões à tona ao se trilhar o caminho argumentativo da construção deste e dos demais capítulos desta tese. Acredita-se que os desdobramentos que daí seguem é

⁷ A escolha de tais noções, para além de seu grau de importância na própria teoria social, deve-se ao fato de que são elas as que mais espontaneamente surgiram ao se ter contato com as teorias que alimentam diversas discussões a respeito do que está em jogo na sociedade informacional, nos novos parâmetros de comunicação e nas formas de interação possibilitadas por artefatos como os celulares.

que permitirão extrair os elementos sobre os quais a análise completa do objeto de estudo se tornará construída, pouco a pouco.

1.1 Redes e ciberespaço: novos elementos conceituais presentes na sociedade da informação

Como visto na introdução ao presente capítulo, o pressuposto que pauta este trabalho é o de que para analisar as consequências atreladas aos fenômenos que se constituem a partir das práticas de uso e consumo dos telefones celulares é preciso, primeiramente, aceitar que, enquanto parte da bagagem trazida pelo paradigma informacional, há reconceituações e deslocamentos em pauta nas formas como interpretamos e descrevemos a realidade social. É nesse sentido que nos referiremos neste capítulo aos termos “metáforas” e “deslocamentos conceituais”, na tentativa de entender como a teoria social tem encarado algumas mudanças trazidas pelo paradigma informacional. O desafio é articular a análise dos celulares à possibilidade de visualização e interpretação destes novos conceitos.

Estaria além dos objetivos e do escopo dessa tese adentrar na discussão acerca da noção de sociedade da informação, suas distintas concepções⁸, forças propulsoras, pontos de conflito etc⁹. Porém, assume-se aqui que tal conceituação refere-se ao momento no qual a informação e as tecnologias da informação e das comunicações ganham relevância a ponto de não ser mais possível pensar a conformação de relações sociais sem se referir a elas. Se uma das consequências do surgimento de tecnologias de comunicação à distância e do aperfeiçoamento da rede mundial de computadores foi a geração de formas inéditas na comunicação e transmissão de dados, tais mudanças estão ancoradas no fato de que a codificação digital e a possibilidade de se estabelecer relações e troca de informações através de redes de conexão implicaram num processo de

⁸ As denominações são inúmeras. Há quem fale em “sociedade da informação”, “sociedade do conhecimento”, “do aprendizado” ou, ainda, “sociedade em rede”.

⁹ Para entender cada uma destas conceituações, ver: Castells (1999), Stehr, (1994); Lastres e Albagli, (1999). Para discussões mais completas acerca dos termos, ver Araújo e Rocha (2009); Dziekaniak e Rover (2011).

geração/transposição de dados para um outro formato, no qual devem ser armazenados, organizados e *colocados em fluxo* (VICENTIN, 2010).

Nesse contexto, uma metáfora conceitual que ganha força e ajuda a descrever tal processo é a noção de rede. Essa noção faz referência a uma infraestrutura (geralmente composta por artefatos tecnológicos) que permite ligações, conexões, trânsito de dados entre diferentes elementos dispostos em um conjunto integrado de instâncias.

A noção de rede, sob suas mais diversas conceituações, refere-se não apenas à rede mundial de computadores (Internet), mas envolve as redes de telégrafo, rádio amador, telefonia fixa/móvel e televisão via satélite, sistemas de controle de tráfego aéreo e de navegação marítima, dentre outros (CANABARRO e BORNE, 2013). Cada um desses sistemas técnico-tecnológicos opera segundo padrões e arranjos de governança distintos (DRAKE e WILSON JR., 2008). Porém, o que é comum a eles é serem estruturas abertas baseadas numa lógica de flexibilidade, de modificação de conteúdos e de convergência a um sistema integrado.

Conforme pontua Castells (1999), as redes são concebidas como sendo capazes de se expandir de forma ilimitada, integrar novos nós e reconfigurar os sistemas de códigos historicamente produzidos. Isso é claramente observável ao se considerar que, com o desenvolvimento da computação eletrônica, inúmeras soluções tecnológicas para interligar computadores e redes computacionais foram desenvolvidas (KUROSE e ROSS, 2010), dentre elas, a Internet. Devido à sua extensa proliferação e utilização, as distintas conformações de redes passaram a operar de forma semelhante a ela, que é hoje chamada a ‘rede das redes’ (CANABARRO E BORNE, 2013).

Zittrain (2009) nos fornece uma breve descrição de como as redes operam e o papel da Internet neste processo. Segundo o autor, redes são estruturadas a partir de camadas. A camada inferior é composta justamente por estes elementos físicos que dão suporte às conexões, ao fluxo e ao armazenamento de dados que circulam em formato digital. São componentes da camada inferior, por exemplo, as linhas telefônicas, os cabos de conexão, as antenas de transmissão, os satélites, os servidores etc. Nesse sentido, é preciso ter em mente que a base material que contribui para colocar as redes em funcionamento e expandi-las é constituída por um novo paradigma sociotécnico, composto por artefatos da microeletrônica, da computação e das telecomunicações – as chamadas tecnologias de informação e comunicação.

Se a infraestrutura física em termos de dispositivos e suporte tecnológico é o que compõe a camada inferior das redes, dados transformados em informação por padrões técnicos e lógicos caracterizam a camada superior das mesmas (ZITTRAIN, 2009). Porém, para que possam ser absorvidos e compreendidos, é necessária a existência de uma camada intermediária – a Internet – onde a informação é traduzida de padrões compreensíveis aos seres humanos para padrões computacionais, e vice-versa (ZITTRAIN, 2009). Logo, a importância da Internet enquanto rede está no fato de que é através dela que a informação é codificada e decodificada.

O uso e a partilha da informação por diferentes usuários através de diferentes aplicações (e-mail, sítios da Web, telefonia VoIP¹⁰, troca de arquivos, entre outras) gera ainda uma quarta camada, um espaço vastíssimo de interações e formação de redes sociais, econômicas e políticas que se desenvolve de forma transnacional e impõe múltiplos desafios aos processos de governança política nos planos nacional e internacional (EISENBERG e CEPIK, 2002; MUELLER, 2002; MALCOLM, 2008). É nesse sentido que Manuel Castells (1992) afirma que o advento da sociedade em rede reconfigurou a base material das práticas sociais, gerando mudanças na economia¹¹, política, cultura e outros campos do social.

A compreensão do paradigma informacional através da noção de redes agrega novidades à forma de se pensar a geração, o processamento e a circulação de informações. À medida em que informações, símbolos, imagens, relações etc. transitam via conexões possibilitadas pelas tecnologias informacionais de maneira cada vez mais intermitente através destas redes, já é possível afirmar que se opera uma recodificação do mundo, que ganha formas diversas e extensões cada vez mais amplas a partir da digitalização. A ampliação da dimensão societária para esferas digitalizadas situadas para além do espaço físico tem sido compreendida, através de outras metáforas conceituais como espaço de fluxos (Castells, 1992), espaço virtual ou ciberespaço (GIBSON, 1984; LÉVY, 1999; KUEHL, 2009; CANABARRO e BORNE, 2013).

¹⁰ Sistema que permite a realização de chamadas pela conexão à Internet.

¹¹ Castells irá argumentar que este processo de conformação de redes através das quais a informação circula em tempo real concretiza o novo formato do capitalismo flexível, que se faz dependente ao mesmo tempo em que se apoia nos novos parâmetros de tempo e espaço.

Para Castells, o espaço de fluxos emerge composto pelo conjunto de elementos materiais que sustentam os fluxos informacionais e propiciam a articulação entre eles em tempo simultâneo¹². Embora não permeie toda a esfera da experiência humana na sociedade em rede, o autor salienta que a função e o poder em nossas sociedades tornam-se organizados no espaço de fluxos, espaço este que substitui cada vez mais o espaço de lugares (1992, p. 397).

Inaugurada pelo escritor William Gibson em seu livro de ficção científica *Neuromancer* (1984), o termo ciberespaço já ganhou inúmeras conceituações na literatura. Porém, apesar de distintas, grande parte delas toma o ciberespaço por “um domínio operacional marcado pelo uso da eletroeletrônica e do espectro eletromagnético com a finalidade de criação, armazenamento, modificação e/ou troca de informações através de redes interconectadas e interdependentes” (Kuehl, 2009, p. 29).

É preciso atentar, porém, como fazem Canabarro e Borne (2013), para a confusão semântica em torno de termos como ciberespaço e Internet. Segundo os autores, o ciberespaço, por excelência, é formado por diferentes sistemas que podem ser (mas não necessariamente são) conectados ao grande *backbone* formado pelas linhas de comunicação que sustentam o tráfego da Internet. Isso significa que, mesmo antes do advento da Internet, uma série de sistemas de telecomunicação já compunha o que convencionalmente chamamos de ciberespaço.

Pierre Lévy (1999), por sua vez, atua para desconstruir a ideia de virtual¹³ – noção concebida em termos de uma oposição ao mundo real – em favor da ideia de ciberespaço. Enquanto produto da externalização de construções em espaços de interação cibernéticos, o ciberespaço teria se tornado aberto pela interconexão mundial dos computadores e de suas memórias (1999, p.92).

Lévy não postula, porém, uma substituição de um tipo de espaço (o possivelmente chamado “espaço real”) pelo outro (ciberespaço), mas aponta que recontextualizações

¹² Castells (ibidem) destaca a combinação de três camadas de suportes materiais: a) o circuito de impulsos eletrônicos (microeletrônica, telecomunicações) que possibilitam as redes de interações; b) os nós: centros importantes de funções estratégicas e centros de comunicação que conectam a localidade com toda a rede e c) a organização espacial das elites dominantes que atuam através de microrredes pessoais que projetam seus interesses em macrorredes em todo o conjunto global de interações no espaço de fluxos.

¹³ É importante não confundir a ideia de virtual com a de virtualidade, esta melhor explanada em seu sentido filosófico por Lévy (1996) como algo que existe em potência e que a chama pela atualização. Nesse sentido, a virtualidade se oporia à atualidade.

se fazem necessárias no cenário atual. É ao lado desta visão que o presente trabalho se posiciona. Em outras palavras, acredita-se que não faz sentido falar em mundo virtual oposto ao real, uma vez que se trata de duas dimensões da mesma realidade.

Neste sentido, como mostra Laymert Garcia dos Santos (2003), opor duas realidades e trabalhar em termos dicotômicos não ajuda em sua compreensão, pois “polariza os mundos e os diferencia negativamente” (2003, p. 114). Mais do que simplesmente dar conta do surgimento destes novos elementos conceituais e substituir termos, acredita-se que seja preciso indagar de que forma eles operam deslocamentos na teoria e colocam em cena uma série de discussões a respeito da própria forma de interpretar a realidade social neste novo contexto.

Nas palavras do autor, a chamada “virada cibernética”¹⁴ – caracterizada enquanto um momento no qual tudo se reduz à informação, inclusive a própria natureza, que se encontra totalmente disponível aos processos de recuperação, processamento e armazenamento de informação¹⁵ – gerou um verdadeiro “deslocamento conceitual” nas maneiras de pensar a realidade social:

Para indagar como a sociologia da tecnologia pode abordar a realidade virtual no horizonte do século XXI, talvez seja melhor começar perguntando se o aparecimento de tal realidade tecnológica não afeta a própria noção de horizonte. Antes mesmo que uma disciplina procure compreender essa realidade no campo do saber, parece-me que deveríamos tentar perceber como a realidade virtual irrompe na realidade, deslocando horizontes. (SANTOS, 2003b, p.109).

Em suma, o que parece estar em jogo é uma mudança de patamar epistemológico na forma como a teoria social é capaz de articular questões que se colocam como pontos de partida para a construção de objetos e questões de pesquisa. Assim, embora a velocidade da produção, organização e liberação de fluxos de informações por redes de conexão, a aceleração dos processos de comunicação e a conformação de um espaço no

¹⁴ O termo não deixa de ser uma referência criada por Laymert Garcia dos Santos e que se baseia e ao mesmo tempo se contrapõe à noção de “virada cultural” (*cultural turn*), proposta por Jameson (1998), que mostra como na pós-modernidade a cultura torna-se colonizada e incorporada ao mercado. Para Laymert Garcia dos Santos (ibidem), a “virada cultural” constitui apenas parte de um processo mais amplo que tornou não só a cultura, mas todas as instâncias do mundo em matéria-prima à disposição do trabalho tecnocientífico numa aliança entre capital, ciência e tecnologia.

¹⁵ Laymert se apoia nas conceituações de Hermínio Martins, para quem, encontraríamos-nos em um estado de natureza cibernética (2000).

qual tudo isso ocorre – o ciberespaço – constituam os conceitos-chave para se compreender os efeitos relacionados ao paradigma informacional, o intuito, aqui, é melhor compreender quais deslocamentos teóricos se fazem necessários para lidar com as novas questões que emergem.

Nesse sentido, um estudo que se propõe a analisar alguns elementos que permitem compreender como todo um feixe de relações sociais tem se alterado a partir do uso e consumo de celulares pode contribuir no sentido de apontar novas reflexões a partir das metáforas conceituais que a compreensão destes artefatos ajuda a descrever.

O que se propõe a seguir é uma discussão sobre como alguns destes deslocamentos operam nas concepções de movimentos, tempos e espaços – concepções estas que, por si só, são em grande parte mobilizadas quando se coloca em análise o funcionamento de tecnologias, como os celulares. Espera-se entender como noções são reformuladas e se atualizam diante do paradigma informacional do qual os celulares constituem em grande medida, os principais representantes.

1.2 O movimento atrelado à conexão: os celulares e a conjunção das mobilidades física e informacional

A questão do movimento merece ser abordada enquanto um elemento-chave do novo paradigma informacional. Isso porque falar das tecnologias de informação e comunicação é, automaticamente, referir-se ao regime de mobilidade ao qual todos estamos sujeitos.

A própria disseminação dos telefones celulares ajuda a entender tal processo. O que representa o artefato se não o instrumento por excelência de comunicação concomitante à mobilidade?

Isso posto, pode-se presumir que a própria ideia de mobilidade assuma um novo estatuto. Se, por um bom tempo, o conceito esteve atrelado à questão dos movimentos no espaço geográfico – mobilidade diretamente relacionada aos movimentos migratórios, deslocamentos através de meios de transporte pelas regiões da cidade,

acesso a determinados espaços e bloqueio a outros¹⁶ – ou a movimentos no espaço social (mudanças de classes, a partir do alcance de certos critérios que permitiriam afirmar alterações nas formas e padrões socioeconômicos pelos quais coletividades se constituem), hoje, a ideia ganha novos contornos a partir de noções como redes, fluxos, instantaneidade, ciberespaço, entre outros.

Quais são, porém, os elementos que contribuem para pensar que, de fato, houve um rearranjo das ideias que conformam esta concepção? Nas linhas a seguir, espera-se, com a ajuda de algumas metáforas conceituais, poder mostrar algumas alterações nas formas de pensar os movimentos e sua importância.

Em primeiro lugar, a grande novidade é que o que tende a caracterizar a mobilidade, para além da movimentação de pessoas, é o trânsito e o fluxo de dados e informações. Fazer mover informações nos mais diferentes espaços e nos movermos durante estes processos é o que compõe a comunicação e o estabelecimento de relações sociais em nossos dias.

Uma vez que a ideia de fluxo de informações encontra-se praticamente atrelada à questão do movimento, observa-se como é possível pensar como a questão da mobilidade é reconfigurada pela possibilidade de transitar dados em outra esfera – o ciberespaço. Se há espaços informacionais, é possível pensar que a ideia de mobilidade também se encontra atrelada ao adjetivo “informacional” (LEMOS, 2007). Cabe, assim pensar na mobilidade para além das estruturas físicas, pois: “trata-se então de uma nova forma de mobilidade: a mobilidade por fluxos de informação, por territórios informacionais, que altera e modifica a possibilidade de acesso, produção e circulação de informações em tempo real”. (2007, p. 130)

Segundo Lemos, atualmente “estamos em meio a uma mobilidade ampliada que potencializa as dimensões física e informacional”. A primeira não é mais um empecilho para a segunda, ambas ocorrem simultaneamente, alimentando-se mutuamente. Movimentos no ciberespaço conjugam-se com a comunicação e a produção e

¹⁶ Peralva e Telles (2008) mostram como, neste contexto, a mobilidade mobilizava um espaço conceitual no qual emergiam questões quase sempre colocadas nos termos de oposições binárias entre inclusão e exclusão social, migração e sedentarismo, assimilação e segregação etc. Neste paradigma, conformavam-se dicotomias que opunham o movimento à estabilidade – os migrantes aos cidadãos que não circulam, os móveis e os imóveis, aqueles que têm possibilidades de acesso e circulação e aqueles que não têm, os elementos que impedem a movimentação social de uns e a ascensão e declínio de outros etc. Assim eram definidos os termos clássicos da discussão social.

reprodução de informações, concomitantemente a práticas de deslocamento no espaço físico, criando os chamados “territórios informacionais”. Em suma, para Lemos não há mais descolamentos entre espaços e as correlatas mobilidades, mas intersecção entre espaços físicos e informacionais.

Partindo deste princípio, tem-se que o novo formato de trânsito de dados pelas infovias também exige uma mudança nas formas de garantir a movimentação de informações, através de artefatos e infraestruturas específicos. É aí que a compreensão deste processo fica mais clara ao se visualizar o modo de funcionamento dos celulares.

Por um bom tempo, a mobilidade de informações esteve atrelada à necessidade de fixação do emissor e do receptor em espaços físicos específicos. Fixar-se era necessário para garantir a conexão e o acesso à informação. Tratava-se do acesso por ponto de presença (Lemos, 2007).

A grande mudança que ocorre é, então, a partir do momento em que a necessidade de um espaço físico fixo para o envio e recebimento de mensagens ou chamadas se dilui¹⁷. A partir dos celulares, liga-se para uma pessoa, que se torna a unidade da conectividade – o que praticamente anula a importância do espaço para o qual se está ligando.

Como mostra Vicentin (2008), o que os telefones celulares inauguraram é a possibilidade de emitir e receber informação, comunicar-se e se mover ao mesmo tempo. A informação passa a se mover junto com os sujeitos, apoiada e suportada através destas tecnologias que permitem a conexão e comunicação concomitante aos deslocamentos no espaço.

Para se comunicar, já não é mais necessário estar fixado e tampouco saber onde o interlocutor se situa. É preciso apenas que haja sinal disponível. É assim que, através de uma análise mais detida do modo de funcionamento dos celulares, Vicentin pontua uma nova forma de conceber a ideia de mobilidade.

Segundo o autor, a mobilidade celular se constitui a partir do exercício de certa economia dos espaços e se caracteriza pela capacidade de articulação entre comunicação e movimento. Esse processo envolve três dimensões: o território físico, o

¹⁷ O tempo do telefone fixo constituiu, assim, o mesmo tempo do papel e da carta, no sentido que ambos exigiam uma mesma localização: a carta era enviada para uma determinada localização, a mesma para a qual se ligava do telefone fixo (GLOTZ, BERTSCHI; LOCKE; 2005).

espectro de ondas eletromagnéticas no qual a comunicação via celular opera (ambos divididos e seccionados) e o espaço da população – as estações móveis (os aparelhos de telefone celular):

No caso da telefonia celular, a mobilidade depende de uma economia do espaço que calcula e subdivide a superfície territorial do globo, de acordo com princípios que pretendem melhor explorar um outro território, também escasso, aquele das ondas eletromagnéticas. (Vicentin, 2008, p. 42)

Isto significa que as cisões e cortes que sofrem os espaços seguem sempre na direção de maximizar a cobertura de um (o território) e otimizar a utilização de outro (o espectro). Para Vicentin, essa economia conjunta de espaços resultaria numa área de acesso a um espaço de outra natureza, comunicante, informacional – o ciberespaço (2008, p.72).

Se formos considerar o avanço das tecnologias de transmissão de dados 3G e 4G, o deslocamento conceitual da ideia de mobilidade informacional ganha ainda mais amplitude. A radicalização da convergência digital¹⁸ tornou os celulares pequenos computadores de bolso, ampliando, assim, as possibilidades de acesso instantâneo ao mundo (informações, arquivos, pessoas, objetos, lugares etc.) e às suas conexões.

Uma vez que os celulares passaram não apenas a conjugar a comunicação à distância e a movimentação de dados por meio de sinais de radiofrequência, mas também a suportar tais práticas via conexão à Internet, estes objetos tornaram-se não apenas máquinas de contato oral, mas verdadeiros centros de comunicação à distância (LE MOS, 2004) – terminais móveis a partir do qual nos conectamos à Internet e adquirimos a possibilidade de transmissão de dados. A transmutação do conceito de celulares para o de *Smartphones* (telefone celulares inteligentes com funcionalidades avançadas que podem ser executadas a partir de sistemas operacionais neles contidos) revela, assim, o incremento nas possibilidades de viajar pelas infovias e fazer mover informações que se tornam decodificadas e recodificadas quando atingem o ciberespaço.

Logo, uma análise mais detida no modo de funcionamento dos celulares, apoiada nas metáforas conceituais de redes e ciberespaço, exploradas anteriormente, permite perceber como se está diante de uma reconfiguração da noção de mobilidade a partir dos

¹⁸ Enquanto objeto que cristaliza a convergência de várias funções eletrônicas e tecnológicas, o celular é o único que permite, pela primeira vez na história da humanidade, uma simultaneidade tão ampla de serviços e funções (GORDON, 2002).

novos agenciamentos colocados pelo paradigma informacional. Embora sejam outras as infraestruturas operantes nesses casos, é interessante notar como a mobilidade continua dependendo daquilo que é fixo, estático, imóvel para operar, a saber, de suportes que permitem o trânsito de dados e informações e sua transposição para esta outra esfera digitalizada.

Se relações sociais encontram-se cada vez mais mediadas e suportadas por tais tecnologias de comunicação móveis, é preciso considerar este deslocamento conceitual da mobilidade para dar conta da compreensão das associações que vão se conformando entre pessoas e fluxos de informações em movimento. A associação entre mobilidade e comunicação, materializada pelas redes desenvolvidas em espaços físicos e informacionais, inaugura, assim, uma nova forma de se pensar o movimento em nossos dias, em termos de uma conjunção entre mobilidades física e informacional.

Mais do que isso, observa-se como a questão da movimentação de informações e de sua transposição para outras dimensões antes desconsideradas engendra uma mudança de patamar epistemológico na forma como a mobilidade, neste novo registro, é concebida e tida como relevante na criação e estruturação de um campo teórico de questões caras à sociologia.

Para dimensionar brevemente o impacto conceitual desta questão de conjunção de mobilidades, citemos o que nos traz a autora Dana Diminescu (2002; 2008), ao mostrar como os celulares e outras tecnologias informacionais emergem como artefatos extremamente importantes nas práticas migratórias na Europa. Enquanto mediadores essenciais para o desenrolar de ações que têm como objetivo coordenar e dar continuidade ao processo de circulação e de deslocamento dos imigrantes, eles são o instrumento mais rentável para a execução de seu projeto de mobilidade, pois possuem uma função estratégica: são uma arma que os permite fazer de seus deslocamentos, aparentemente erráticos, instrumentos de força.

Por um lado, principalmente os telefones celulares permitem o estabelecimento de contatos que irão levar e permitir a integração e acomodação à sociedade de acolhimento (que, em muitos casos, supre a integração institucional). Através deles, redes simultâneas de relacionamento, que auxiliam os imigrantes a ter acesso a contatos

que podem garantir trabalho, moradia e estadia de forma segura, são forçadas¹⁹. Por outro, a conexão à Internet permite a manutenção das redes de relações fixadas nos países de origem, forjando uma “presença conectada” e desativando, assim, a binaridade clássica entre nomadismo e sedentarismo, que colocava o imigrante como impossibilitado de manter as relações estabelecidas em seu país de origem, devido ao caráter circulatório de sua condição.

A contribuição de Diminescu é mostrar como essa nova relação entre comunicação e mobilidade gera um deslocamento na própria forma de pensar as questões clássicas da agenda sociológica em termos de binaridades, como inclusão e exclusão, presença e ausência, nomadismo e sedentarismo etc. Comunicação e nomadismo podem conviver, e isso exige recolocar tais questões a partir do binômio acesso e conectividade.

Sendo assim, a conjunção entre espaços físicos e informacionais e a necessidade de compreensão da relação entre ambos estrutura um novo campo de relações no qual não só a questão dos movimentos pode ser repensada, bem como é possível questionar em quais termos a dicotomia entre móvel e imóvel se atualiza. Aliás, a própria questão de imobilidade passa a ser questionada, uma vez que, ainda que fixados em algum espaço, só de termos os celulares ligados estamos, ainda que involuntariamente, a todo momento enviando e recebendo informações sobre nossa localização.

Ainda, é possível perceber como o deslocamento conceitual aqui relatado se entrelaça às concepções de espaço e tempo, às suas formas sociais de organização, gerando outras metáforas conceituais, para a explicação das práticas que surgem, como se verá a seguir.

1.3 Metáforas conceituais nas relações com o espaço: desterritorializações e reterritorializações

Ao falar em mobilidade informacional – e da consequente conjunção entre os espaços nos quais ela ocorre – alterações nas concepções de espaço são tidas como

¹⁹ Juntamente com a rede mundial de computadores, os celulares aparecem como novos recursos para a gestão e manutenção da mobilidade. Através deles se dá a circulação de informações, formação e reforço de redes, ajuda mútua etc. enfim, tudo o que servirá de base para que as pessoas continuem a se deslocar, mas com o apoio mais consolidado de poder recorrer às redes de acolhimento e aos lugares de forma mais acessível.

consequências quase que óbvias diante deste novo quadro. Já vimos como parte da literatura tem lidado com a questão, ao postular a existência de uma outra dimensão espacial – o ciberespaço. Porém, é preciso ir além e destrinchar esta ideia para analisar e entender como as próprias formas de relação com o espaço ganham novos formatos. Agora é o momento de entender alguns destes rearranjos conceituais colocados em evidência pelo uso de objetos como os telefones celulares.

Partamos, então, do ponto mais óbvio e que não deixa de caracterizar a proposta do telefone celular: a possibilidade de se acessar determinados pontos de uma rede de contatos ou de ser localizado dentro desta por outras pessoas, sem precisar se deslocar até elas (ou, ainda, em situações de deslocamento concomitante para outros espaços). Ao colocarem seus usuários em situações de acesso permanente e ininterrupto contato com interlocutores situados em diferentes pontos do espaço físico, independentemente da distância que os separe, os celulares permitem pensar numa emancipação das distâncias físicas no momento do contato com o outro.

Muitos autores conceituam esse fato a partir da noção de extinção de fronteiras, tal como Bauman (1999). Para o autor, por exemplo, no cenário atual de liquidez, o movimento da informação ganha velocidade mais rápida que os corpos e a informação viaja independentemente de seus portadores físicos e dos objetos sobre os quais informa.

A distância passa a ser relativa, e a fluidez torna-se a metáfora conceitual usada para explicar esta condição de implosão de fronteiras e aniquilação das restrições espaciais²⁰. Como consequência, tem-se um espaço reorganizado, processado, centrado, organizado, normalizado e emancipado das restrições do corpo.

Embora Bauman chegue a afirmar a extinção dos lugares ou perda do sentido destes como consequência direta dessa nova relação com os espaços, alguns autores situam a questão de uma outra maneira. Lemos (2009), por exemplo, aponta que tais processos ocorrem sem que o sentido de distância ou lugar desapareçam. Pessoas continuam afastadas por distâncias físicas para o contato face a face, porém, o que se torna mais

²⁰ Para Bauman isto não é apenas atribuído como um dos efeitos do advento das tecnologias informacionais, mas uma tendência que vai se conformando em consonância com o processo globalizador. Interessante remeter, porém, à metáfora da liquidez para entender um pouco mais dos processos que transição instantânea de informações e da comunicação por dispositivos móveis.

fácil é o forjamento de situações de copresença, sem que a distância se coloque como empecilho.

Nesse sentido, o que parece estar em jogo, mais do que a perda de sentido dos lugares, é a sua desconfiguração e reconfiguração em outras realidades. Aí que se inserem metáforas conceituais como desterritorializações e reterritorializações, que ajudam a dar conta desse processo, no qual entram em cena alterações nas formas de cada um se relacionar com o espaço.

Lévy (1990, 1999) afirma que é possível pensar na criação de múltiplas realidades nas quais novas territorialidades se conformam a partir das práticas de comunicação à distância, inauguradas pelas tecnologias informacionais. É como se cada agenciamento realizado por alguma máquina (celulares, computadores e outras tecnologias) gerasse e acrescentasse uma outra realidade constituída por outra relação espaço-tempo que elimina as distâncias pelo princípio da copresença de seus pontos. Isso desterritorializaria espaços e geraria novas territorializações, além de reconfigurar distâncias e proximidades, uma vez que o princípio da copresença traz a possibilidade de comunicação com o distante, situado em um outro contexto.

Nos parágrafos a seguir, espera-se mostrar algumas dessas novas realidades e desterritorializações geradas pela conectividade móvel forjada pelos celulares e como isso inaugura uma série de consequências nas formas como as pessoas se relacionam com os espaços em suas práticas de comunicação e deslocamentos, bem como na forma como enxergam as noções de proximidade e a distância, baseadas nas possibilidades de estar, ao mesmo tempo, aqui e lá.

Sabe-se que a comunicação com outros que não estão presentes no espaço físico tende a gerar um distanciamento, ainda que parcial, desta realidade espacial por quem está realizando a conexão. Se formos nos deter numa observação não tão criteriosa de alguns ambientes das grandes cidades, iremos perceber como usuários parecem esquecer o que se passa à sua volta quando entretidos com seus aparelhos, seja via chamadas ou práticas de navegação na Web.

Esse fato permite notar algumas consequências na forma como as pessoas concebem e atuam em relação aos espaços nos quais estão situadas. Em primeiro lugar, tudo se passa como se o processo de desterritorialização colocado em jogo pela conexão e

interação com o contato distante tornasse possível a quem fala esquecer sua localização física ao longo da conversa e abrir mão das interações que tais espaços propiciam. O espaço em si acaba, muitas vezes, tornando-se indiferente e atuando como um pano de fundo que serve apenas para ser referido, visando indicar ao contato com quem se fala a localização presente²¹.

Alguns autores apontam para o fato de que o simples toque de telefone celular traz transformações na sociabilidade mediada em espaços públicos e privados e na própria concepção destes (LICOPPE, 2005; 2008 KATZ, 2008), servindo para renegociar a percepção do espaço social *versus* privado (KATZ; LEVER; CHEN, 2008). Espaços públicos, dos quais muitas vezes se fala, são abstraídos de sua condição e os interlocutores os tornam espaços propícios para desenvolver suas conversas de caráter privado ao celular. A ideia de desterritorialização faz-se, assim, sentir, nesse contexto, no qual mundos privados e microrrealidades se conformam em meio à esfera pública, em que se discutem (não raramente ao alcance dos ouvidos de todos) problemas pessoais, íntimos e relações (PALEN; SALZMAN; YOUNGS, 2000)²².

Se cada momento de conexão exige uma desterritorialização, uma interrupção na interação momentânea e sua colocação em segundo plano, em detrimento de uma ligação ou mensagem, como consequência desse fato tem-se que a dinâmica da ordem social da interação, espacialmente baseada, altera-se pela interrupção trazida por chamadas, recados ou mensagens vindos de alhures (AGRE, 2001). Para Ling (2002), tal processo gera uma quebra nos canais de ações pretendidas que compõem o escopo da ordem da interação, uma vez que demanda dos indivíduos estratégias verbais e gestuais para justificar o afastamento momentâneo (a sua própria desterritorialização), para manter o status de isolamento durante as chamadas e troca de mensagens, para marcar a

²¹ Contudo, embora esta seja uma tendência claramente observada, não se pode ignorar que conversas e demais comunicações ocorrem permeadas pelas referências físicas de onde se está. A frase “onde você está?” – geralmente parte que inicia o processo de interação via celular – é vista como prova de que a localização ainda é importante para situar espacialmente os interlocutores. Nesse caso, o que se pretende, ao informar a localização, é ordenar localmente as relações a partir do conhecimento da distância que separa quem se fala. Como mostra Laurier (2001), trata-se de uma ação social que visa organizar encontros e coordenar atividades, dentre elas, as de mobilidade.

²² Como consequência do embaralhamento entre esferas pública e privada, há quem afirme que as possibilidades de interações entre pessoas nos espaços públicos tornam-se cada vez mais reduzidas, pois há uma tendência a dar mais atenção ao que passa na conversa ou na navegação em detrimento das interações e situações que ocorrem no espaço no qual se está. Tal “colonização” do espaço público pela comunicação privada seria, então, mais um passo a contribuir para a crescente incivilidade no espaço público (HÖFLICH; 2005).

natureza da atividade realizada, para sair das atividades de interação pré-existentes e para reintegração ao fluxo do ambiente local após o término da chamada e envio de mensagens²³.

Ao conceber a ideia de desterritorialização dentro destes patamares – de pessoas, lugares e situações – coloca-se em xeque as concepções de presença e ausência, pois nem sempre o espacialmente presente se torna de fato presente durante a interação, quando outro tipo de interação apoiada por dispositivos eletrônicos ocorre. Cabe dizer, aqui, que a literatura interpreta essas práticas em termos de uma situação denominada “presença ausente”²⁴ por alguns autores (AGRE, 2001; GERGEN, 2002; LAW, 2005) ou “dupla presença simultânea” por outros (PALEN; SALZMAN; YOUNGS, 2000). Mais do que isso, a ideia de ausência ganha quase que o status de raridade, uma vez que a acessibilidade permanente permite a conexão com contatos que se referem a situações relacionados a outras esferas, ligadas a outros repertórios de atividades totalmente distanciados do local do qual se fala a todo o momento²⁵ (AGRE; 2001).

Observa-se, ainda, como a ideia de desterritorialização engendra um deslocamento nas formas como a teoria social concebe o jogo de relações entre um lugar – um papel – uma identidade (HULME e TRUCH, 2004), uma vez que identidades e papéis cruzam-se em situações anteriormente inimagináveis, pois estavam “presas” a localidades físicas e não eram passíveis de acesso pela inexistência de meios de contato²⁶. Tem-se, então, que a partir destas situações múltiplos papéis podem ser projetados em espaços públicos ou outras esferas, a partir das diferentes chamadas realizadas ou recebidas que

²³ É neste sentido que Katz (2006) associa o uso do celular em espaços públicos a uma coreografia, uma dança que exige movimentos necessários e ajustes da parte dos usuários a determinados espaços e lugares. Seguindo a mesma lógica argumentativa, Ling (2002) fala no uso do celular em espaços públicos enquanto exigindo atos sincrônicos dos usuários em relação aos interlocutores presentes e ausentes.

²⁴ Além disso, é como se a utilização destes artefatos sinalizasse, de alguma forma, que não se quer ser perturbado por uma sociabilidade pautada pela proximidade do contato físico no espaço público, sendo a simples presença do celular elemento propiciador de evitação da interação entre estranhos (TURKLE, 2008).

²⁵ É claro que os indivíduos sabem muito bem como burlar essa possibilidade de acesso permanente a todas as demais esferas da vida e abortar qualquer possibilidade de interação, desenvolvendo práticas de desligar o celular ou evitar atender chamadas de contatos que aparecem identificados no visor do aparelho (Katz, 2006). No entanto, esse *savoir-faire* não exclui a possibilidade de ser surpreendido por uma chamada que remeta a outro contexto/identidade numa situação “imprópria”.

²⁶ Refiro-me ao fato de que a acessibilidade permanente cada vez mais permite a “invasão” de esferas que trazem consigo redes de relações e interações que remetem a situações outras, nas quais os indivíduos são coagidos a exercer outros papéis diferentes daqueles que estavam sendo exercidos momentos antes da conexão.

colocam os indivíduos para operar tanto no espaço fixo de sua localização quanto no espaço ao qual são transportados a partir das ligações. Tal diversidade de situações exige dos indivíduos um cuidado muito maior para a coordenação de diferentes papéis (KATZ, 2005) e seu ajuste a espaços e lugares que nem sempre são compatíveis ao papel desempenhado (GESER, 2003).

Para além dos efeitos de conformação de realidades distantes, de alteração no sentido dos lugares dos quais se fala e da transformação de espaços públicos em micro-realidades privadas, há que se considerar que os processos de desterritorialização e reterritorialização e as novas formas de relação com espaços daí decorrentes podem ser evidenciados de outras formas. Uma delas coloca em evidência o papel ainda tímido da escrita e leitura digitais na conformação de espaços e lugares. As intervenções de elementos infocomunicacionais que, além de transpor o espaço urbano e suas características para o ciberespaço, permitem alterar algumas de suas características, via anotações digitais, são notadas por Lemos (2007).

O autor chama a atenção para esse processo através da expressão mídias locativas – um conjunto de tecnologias cujo conteúdo informacional vincula-se a um lugar específico, como os sistemas de mapeamento (GPS), monitoramento, aplicativos, geotags (postagens associadas a determinada localização) e anotações urbanas (formas de apropriação do espaço urbano a partir de escritas eletrônicas). Tais tecnologias permitem que anotações eletrônicas relacionadas a espaços da cidade sejam feitas apenas apontando o telefone celular para lugares ou objetos. A partir de sistemas é possível postar informações sobre um local, que ficam armazenadas na rede e nos próprios locais, e que podem ser acessadas por quem acionar o programa no mesmo espaço.

Embora ainda incipientes em nossas cidades, aos poucos, os tradicionais espaços urbanos e as obras neles imersas estão sendo “tagueados”²⁷ e tendo seus significados alterados a partir de “postagens virtuais” (HEMMENT et. al.; 2006). Essas novas territorializações atreladas a sentidos muitas vezes distintos dos originais permitem

²⁷ *Tags* são palavras-chave que servem para organizar determinado conteúdo. O nome vem do termo “Hashtag”, simbolizado pelo jogo da velha (#). Tal prática iniciou-se no Twitter, para ajudar na busca dos assuntos mais comentados e se expandiu para as demais redes sociais.

pensar em uma reconfiguração do espaço urbano e da nossa própria noção deste²⁸. Para Lemos (2010), um novo status ontológico dos lugares estaria surgindo, que passa a ser dotado de características informacionais pela intersecção de suas dimensões físicas, imaginárias, históricas, culturais, econômicas com a nova camada informacional, à medida em que os tradicionais espaços de lugar (rua, praças, avenidas, monumentos etc.) estão reagindo às práticas de conexão e se transformando em espaços de fluxos, espaços flexíveis, comunicacionais, “lugares digitais”. Contudo, apesar de ganharem características adicionais (qualidades informacionais), para Lemos (2007, 2010), eles não deixam para trás as essenciais.

1.4 Novos regimes de temporalidade: aceleração, simultaneidade e multiplicidade

Se o surgimento das redes de conexão nos remete a dimensões para além do espaço físico, nas quais informações circulam, é possível perceber como as próprias possibilidades de desterritorialização e reterritorialização aqui descritas encontram-se forjadas em grande parte devido às inovações tecnológicas no campo da transmissão de dados, capazes de subverter os padrões humanos de velocidade na comunicação e na circulação de dados e informações. Os artefatos que suportam a conectividade móvel impuseram novos ritmos e velocidades aos processos pelos quais a informação é gerada, processada e compartilhada, pelos quais somos transportados de um espaço ao outro e nos fazemos presentes de forma quase que instantânea.

Sua própria dinâmica de funcionamento, amparada por fibras óticas e novas tecnologias de transmissão de dados, permite a condensação de uma série de elementos – desde informações até arquivos e dados de voz. Estes, quando transmutados e redimensionados ao ciberespaço, passam por um processo quase automático de circulação e replicação instantâneas pelos nós das infovias de fluxos informacionais.

²⁸ Segundo Lemos (2007), o surgimento destas práticas de anotações no espaço urbano vem reforçar a mudança de paradigma inaugurada pelo desenvolvimento das TICs, segundo as quais todos somos produtores em potencial de conteúdos (a partir do momento em que temos acesso a objetos que permitem a conectividade móvel) – seja através de postagens em blogs, comentários ou compartilhamentos em redes sociais. Quebra-se, assim, a lógica de separação entre produtores e receptores de conteúdos.

Nesse contexto, ações de comunicação e trânsito de dados – que levariam algum tempo para se concretizarem – são realizados em tempo real, ou bem próximo disso, e em quantidades cada vez maiores, graças às atuais condições de conectividade. A possibilidade de aumentar a mobilidade de dados e a velocidade com a qual eles circulam em parâmetros antes jamais vistos forja, assim, uma discussão acerca da existência de regimes de temporalidade distintos, que entram em cena nesse novo contexto. Algumas metáforas conceituais ajudam a definir este novo registro, no qual a relação com o tempo se constrói.

Paul Virilio (1998) utiliza o termo “aceleração informática” para descrever o processo que trouxe novos ritmos ao deslocamento dos corpos e ao transporte das ideias. Segundo o autor, o progresso tecnocientífico fez surgir um novo tempo, com ritmo acelerado ao máximo, e que forja a percepção de que tudo está em movimento constante e ininterrupto²⁹:

Depois da era da aceleração energética dos motores a vapor, a explosão ou ainda do motor elétrico, vem, pois, a era da aceleração informática dos últimos motores, motor da “inferência lógica” do computador e de seu programa, “motor de realidade” do espaço virtual e programa de busca da rede das redes, em que a velocidade do cálculo toma o lugar do turbo compressor do motor automóvel, ou ainda da velocidade das turbinas e propulsores da aviação supersônica (...) A velocidade absoluta dos novos meios de transmissão telemáticos vem dominar, por sua vez, a velocidade relativa dos antigos meios de transporte, e a aceleração local dos veículos dá lugar à aceleração global dos vetores de uma informação em vias de globalização. (Virilio, 1998, p. 45)

Se às novas tecnologias coube reordenar o tempo, isso gerou novas imposições a todos que hoje vivem na “economia política da velocidade”³⁰. Passamos a viver num estado de emergência, pois a imediatividade do presente tem primazia sobre o passado e o

²⁹ Virilio (1996) enxerga o momento atual pautado pela velocidade e instantaneidade dos processos e busca através do conceito de dromologia (estudo da velocidade), entender os efeitos da aceleração da velocidade na sociedade.

³⁰ Neste contexto, o caráter sucessivo cronológico dos tempos locais é suplantado pela “instantaneidade de um tempo mundial e universal”. O tempo-matéria, que seria o da realidade geofísica, daria lugar ao tempo-luz, da realidade virtual, que modificaria totalmente a duração, provocando a aceleração de toda a realidade (*ibidem*).

futuro, uma vez que a velocidade para a ser vista como obrigatoriedade e constitui medida de economia de tempo.

Igualmente para Bauman (1999) a imediatez tornou-se o valor supremo na era da aceleração. Segundo o autor, o tempo da comunicação tecnológica implode e encolhe para a insignificância do instante, transformando os parâmetros da compreensão humana. Hoje, o tempo real se constitui no padrão em relação ao qual todos os outros tempos são comparados.

A metáfora conceitual da aceleração ajuda, assim, a compreender situações nas quais se observa a implosão do tempo do depois e a padronização de práticas de respostas rápidas, no tempo real. O tempo do agora, da conexão instantânea é o que comanda a dinâmica das práticas cotidianas de muitos de nós. E a utilização de celulares vem para permitir que todas estas interações ocorram, uma vez que seus usuários tornam-se terminais eletrônicos integralmente conectados ao mundo através de seus aparelhos.

Uma observação rápida da forma como estes artefatos têm sido utilizados ajuda a colocar em evidência a submissão cada vez mais crescente à lógica da instantaneidade e ao imperativo de um tempo que foge aos parâmetros humanos. Práticas de conectividade permanente devem ser interpretadas – para além do fato de se estar sempre com o celular ligado, disponível para receber chamadas e mensagens – principalmente por se estar sempre conectado, logado, acessível ao fluxo de atualizações que chegam via e-mail, *sites* de notícias e redes sociais³¹.

Em outras palavras, não basta apenas estar conectado. É preciso que a associação usuário-celular esteja o tempo todo fazendo circular informações por entre as cadeias e que isso se reflita num acompanhamento minimamente constante do que se passa nas redes com as quais se associa. Reduz-se o tempo da espera por notícias. A qualquer

³¹ A própria lógica das redes sociais tem ganho outro formato com a questão da instantaneidade gerada pela possibilidade de conexão permanente. Tais redes são pautadas na ideia de interação em tempo real entre seus membros. Através da publicação de frases, links para vídeos, notícias, sites etc. é possível falar com as pessoas, comunicar ideias que surgem no momento, além de postar, ao longo do dia, notícias sobre si mesmo: locais visitados, as atividades realizadas, frases sobre pensamentos momentâneos, tudo isso endossado, muitas vezes, por fotos, vídeos e links. Essa lógica funciona, porém, apenas a partir do momento em que seus contatos estejam também incessantemente conectados e visualizem as atualizações no site, interagindo com elas a partir de comentários, compartilhamentos, envio de mensagens ou simplesmente a partir da função “curtir”.

momento, em qualquer site que se acesse, fatos aparecerão constantemente como novidades.

As possibilidades de acesso quase que instantâneo a informações convergem, assim, para engendrar certas práticas, como acompanhar as atualizações em tempo real, estar a par de notícias e do que acontece com os seus contatos, não deixar para depois a resposta a um chamado – uma vez que há todas as condições para se fazê-lo no presente. Com um aparelho em mãos, não cabe mais adiar, ainda que isso gere uma mudança no curso das atividades realizadas para atender uma chamada, ler uma mensagem de texto, responder a um *e-mail*. É preciso estar atento e reagir às demandas que chegam a todo momento.

O não acompanhamento deste ritmo frenético tem se firmado enquanto atitude socialmente reprovável, de forma que as próprias noções do que é ou não urgente se recompõem. Mostrar-se disponível e acessível tornou-se um valor, e qualquer demora mais do que usual em não se atender uma ligação (ou não retorná-la), não responder a uma mensagem instantânea, pode ser interpretada com maus olhos (seja como falta de educação ou comprometimento – com o outro, com o trabalho, com as relações etc.).

Percebe-se, então, como esta nova forma de experimentação do tempo, baseada no primado da resposta rápida, em tempo real – a chamada aceleração – coloca-se como uma metáfora conceitual que ajuda a compreender melhor os processos que pautam este novo momento, no qual a experiência social passa a se encontrar, em grande parte, alimentada pela conectividade permanente. Um novo ritmo às formas de ser e estar no mundo, de acessar informações e de se comunicar pelo regime da instantaneidade parece estar em jogo.

Porém, a ideia de aceleração, sozinha, não é capaz de dar conta de explicar todas as formas de experimentação do tempo que se fazem sentir quando em conexão. Nesse sentido, as metáforas conceituais de simultaneidade e de multiplicidade de tempos ajudam a compor o mosaico da explicação sobre o novo regime de temporalidades em curso.

Castells (1999) aponta que, com a comunicação instantânea, é possível voltar ao passado ou projetar o futuro, fazendo interagir diferentes temporalidades na mesma

conexão, sem “sair” do tempo atual. O autor refere-se ao “tempo intemporal” como consequência da reorganização das formas de tempo em curso na sociedade em rede: o tempo linear, tido como irreversível, mensurável e previsível, fragmentaria-se e se relativizaria, em detrimento da simultaneidade e mistura de tempos.

Tal simultaneidade faz-se perceber claramente ao remetermos aos processos de desterritorialização e reterritorialização, já citados na seção anterior. A possibilidade de estar aqui e lá, ao mesmo tempo, quando se realiza chamadas ou se navega na rede é acompanhada pela sobreposição de temporalidades. O que se observa a partir daí é uma nova forma de uso do tempo descolada do contexto social no qual os interlocutores se encontram, da mesma forma como ocorre com a questão espacial.

Para entender melhor no que se traduz esse processo, vale remeter ao posicionamento de Pierre Lévy (1996) acerca da multiplicidade de tempos. Embora situado em um outro registro, acredita-se que o autor forneça uma visão complementar à ideia de Castells, e que ajuda a entender com mais propriedade tal deslocamento conceitual na concepção de tempo.

Lévy (1996) pontua como na atual sociedade informatizada inaugura-se uma nova forma de experienciar o tempo³², pois não há um acúmulo do passado em forma de dados, mas seu remanejamento e atualização permanentes, já que o sistema é constantemente enriquecido em tempo real, no tempo presente, através do acesso instantâneo a arquivos, colagens, referências etc. É nesse sentido que o autor afirma que a perspectiva cronológica se desfaz, dando lugar às “destemporalizações” e “retemporalizações” – elementos indicativos da mudança de registro na forma como as sociedades se relacionam com o tempo³³.

³² Lévy atrela os três momentos da história humana a três modos de comunicar e três modalidades temporais. Se as sociedades tradicionais eram regidas por um tempo circular, da eterna repetição, uma vez que o armazenamento das informações estaria calcado na transmissão oral que deveria ser contínua, o surgimento da escrita rompe com o ciclo da oralidade e da circularidade repetitiva, inaugurando uma forma de pensar o tempo baseada na linearidade e na historicidade.

³³ Diferentemente de Virilio, Lévy não acredita que se esteja diante de uma implosão do espaço-tempo, levando ao seu aniquilamento. Trata-se, na verdade, de uma reconfiguração: “inventa-se velocidades qualitativamente novas, espaços-tempos mutantes” (*idem*, 1999, p. 24).

Para ter dimensão do que essas colocações de fato significam no campo concreto das práticas sociais, vale recorrer à ideia de hipertexto³⁴, também colocada por Lévy e desenvolvida por Pelbart (2000). Para Pelbart, assim como para Lévy, estaríamos diante de outra forma de pensar o tempo, que vai além da linearidade do tempo histórico. Vivemos numa “mutação que alterou nossa relação com o passado, nossa ideia de futuro, nossa experiência do presente, a própria tripartição entre passado, presente e futuro, nossa vivência do instante” (Pelbart, 2000, p. 188).

Não se trata, segundo Pelbart, de evocar o fim da história, como postulam os autores pós modernos³⁵, mas de questionar se o único tempo possível de ser pensado é o tempo da história, com sua continuidade e unidade supostas. Poder desvincular o tempo de sua forma hegemônica, colocando-o sob o signo da multiplicidade, à semelhança de um hipertexto, é o desafio que Pelbart propõe, evocando a ideia de rizoma, colocada por Deleuze e Guattari (1995).

Pelbart acredita que é possível ler em Deleuze, a partir da ideia de rizoma, o tempo enquanto hipertexto. Conexão, heterogeneidade, multiplicidade e ruptura – enquanto princípios que compõem um rizoma – seriam alguns dos elementos a partir dos quais é possível apreender a experiência do tempo, que atualmente se apresenta não como linha, nem como círculo, não como flecha (nem tampouco de uma flecha invertida ou quebrada), mas como uma “rede que implica uma navegação multitemporal num fluxo aberto, uma rede de fluxos inter cruzados”, composto de multiplicidades abertas, conexões e heterogeneidades que conformam múltiplas cadeias, das quais é possível entrar e sair, e de agenciamentos que se conectam e se desconectam, rompem-se, remontam-se. (2000, p. 192).

³⁴ Hipertexto é um termo que remete a um texto em formato digital, ao qual se agregam outros conjuntos de informação na forma de blocos de textos, palavras, imagens ou sons, cujo acesso se dá através de referências específicas denominadas hiperlinks, ou simplesmente links. Esses links ocorrem na forma de termos destacados no corpo de texto principal, ícones gráficos ou imagens e têm a função de interconectar os diversos conjuntos de informação, oferecendo acesso sob demanda às informações que estendem ou complementam o texto principal.

³⁵ Jameson (1991), por exemplo, fala em “fim da história” e Debord (2003) em “desmonte do passado em ruínas” e sua transformação em uma vasta coleção de imagens vazias, de simulacros sem referente. A crítica de Pelbart (2000) é justamente contra o postulado de que, uma vez abolido o tempo da história, a própria noção de tempo de desfaria (*ibidem*, p. 189).

Operando no regime de multiplicidades, a experiência temporal no regime das tecnologias informacionais seria, assim, marcada pela lógica de coexistências do hipertexto, ou seja, composta por modulações, emaranhados dos fios que remetem a tempos distintos, simultaneidades, como num rizoma “feito de direções móveis, sem início ou fim, mas apenas um meio, por onde ele cresce e transborda, sem remeter a uma unidade ou dela derivar” (Pelbart, 2000, p. 181).

Ora, basta pensar na lógica de funcionamento de um celular para perceber que tanto a navegação no menu dos aparelhos quanto a própria conexão à Internet remetem claramente à possibilidade de abrir múltiplos arquivos ao mesmo tempo, de saltar de uma referência a outra, alterar composições, buscar um evento passado – e transportar-se para esse momento. Tais práticas podem ser facilmente entendidas como um deslocamento virtualizado por uma série de cadeias que acionam hipertextos, pois remetem a tempos, espaços, atores, ações e práticas diversos³⁶. Nesse sentido, a simultaneidade de tempos e a experimentação de distintas temporalidades aparecem como o outro lado da moeda do que é experienciado espacialmente ao se fazer uso de artefatos de comunicação à distância que atuam no regime da velocidade na comunicação e na troca de informações, como os celulares.

Um efeito claramente observável desta dinâmica de multiplicidade de tempos no campo das práticas sociais relacionadas ao uso de aparelhos celulares diz respeito à prática de microcoordenação de atividades (LING e HADDON, 2003). Fala-se ao celular e enviam-se mensagens, checam-se e-mails etc. visando resolver problemas, combinar encontros, agilizar práticas ou reorganizar um evento futuro, pela possibilidade de rearranjo de horários marcados via interação em tempo real. Tais práticas se dão, muitas vezes, em momentos de trânsito (via transporte público ou privado), em situações de espera ou, ainda, quando se interrompe uma ação (ou se é interrompido) para tanto. Percebe-se claramente que o tempo que poderia ser restrito a uma atividade apenas é, agora, o tempo de várias atividades simultâneas.

Num cenário em que é possível receber atualizações instantâneas sobre atividades e encontros via mensagens, chamadas, recados em redes sociais ou serviços de mensagens

³⁶ As consequências desta conjunção de ações para os usuários será abordada detalhadamente num momento posterior deste trabalho.

instantâneas, entram em jogo novas formas de se relacionar, de organizar encontros e eventos, planejar atividades etc. A velocidade de mensagens atrelada à lógica instantânea da conexão em rede possibilita a rapidez de respostas e o rearranjo de situações. Situações que não estavam dadas de antemão entram em cena, promovem-se encontros em tempos não previstos anteriormente, pelo fato de se comunicar a proximidade e acessibilidade a determinado ponto.

Já não se necessita organizar tudo previamente – os detalhes se fazem emergir no momento do trânsito, do deslocamento para os locais (TAYLOR e HARPER, 2002). Forjam-se encontros que não exigem mais uma fixação em um espaço de seus participantes ou um tempo previamente combinado para que possam ocorrer³⁷.

Porém, se por um lado a possibilidade de comunicação instantânea reduz a necessidade de pré-planejamento (Geser, 2003) e de horários rígidos, as formas de remanejamento do tempo (JAURÉGUIBERRY, 1997; 2007) também acabam permitindo a invasão do tempo de si e para si pelos outros. Como exemplo dessa multiplicidade de tempos, cabe citar as chamadas profissionais durante os fins de semana ou em horários de almoço; os *e-mails* recebidos em tempo real nos celulares corporativos nos momentos nos quais não se está trabalhando, entre outros.

É possível argumentar que este fato pode proporcionar uma gestão muito mais eficiente e rentável dos tempos da vida de cada um (JAURÉGUIBERRY, 1997), mas a questão que se coloca aqui no presente contexto não é tanto se esse elemento novo de gestão do tempo tende a proporcionar uma economia de tempo e de produtividade (DONNER, 2009) ou se acaba gerando um desperdício maior – pois não se é capaz de lidar com múltiplas atividades e tarefas ao mesmo tempo. O que é digno de interesse é que a sobreposição de tempos encontra-se diretamente atrelada à instantaneidade nas respostas, que é exigida de nós a todo o momento e tida como imprescindível nos dias atuais³⁸.

³⁷ Ling (2002) mostra como, enquanto o telefone fixo é praticamente um gerador de viagens, o telefone celular atua mudando as viagens (destinos e tempos) e coordenando as práticas de mobilidade de seus usuários durante os deslocamentos.

³⁸ Instantaneidade e acessibilidade permanente que também são vendidas no mercado como a chave para a felicidade, economia de tempo e acesso ao mundo. Essa questão será explorada em detalhes posteriormente.

Se pensarmos que se trata, acima de tudo, de uma nova marcação do tempo e da relação com ele, que coloca tudo no regime da instantaneidade, minando divisões clássicas do tempo do agora e do depois, é possível ter uma dimensão do impacto que esse novo regime de acesso e conexão irrestrita vem acarretando nas práticas de gestão dos tempos da vida como um todo, contribuindo para minar a autonomia de cada um na definição de seus próprios tempos³⁹. Há, enfim, que se admitir que a possibilidade de estar acessível a qualquer hora e em qualquer lugar contribui para gerar, para além da metáfora conceitual de multiplicidade e simultaneidade, um embaralhamento entre diferentes tempos (de trabalho, de lazer, de atividades públicas e privadas) e entre as diferentes esferas da vida (GANT; 2001).

Vimos como as noções de redes, ciberespaço, mobilidades informacionais, desterritorializações, reterritorializações, aceleração, embaralhamento, simultaneidade e multiplicidade de tempos apontam para um espaço conceitual de questões que se tornam passíveis de serem apreendidas a partir do momento em que colocamos sob o prisma de análise algumas das práticas de utilização de celulares enquanto terminais de acesso e de conexão. Em seu conjunto, tais metáforas trazem à tona desdobramentos conceituais que alteram as formas de apreensão da realidade social e, com elas, os registros clássicos de muitas das concepções que norteiam a teoria sociológica, tais como as noções de espaço, tempo, suas divisões, além da própria questão do que é estar em movimento.

Essas mudanças, tanto no plano conceitual como no campo das práticas e relações sociais, revelam que é preciso levar a sério a necessidade de se encarar a realidade social a partir de uma nova perspectiva, na qual a relação das tecnologias informacionais como os celulares (e dos serviços de conexão a eles atrelados) com seus usuários faz todo o sentido enquanto objeto de análise. Assim, a própria análise do uso e consumo desses artefatos revela sua importância estratégica.

³⁹ Isto engendra discussões que serão analisadas mais profundamente num momento posterior, a saber, de que forma tem se colocado a equação entre ampla conexão que este dispositivo permite e as novas formas de controle da vida e de seus tempos que daí emanam.

Vale ressaltar, porém, que não foi do dia para a noite que se constituíram enquanto objetos que estão constantemente ligados a seus usuários, presentes e atuantes em todas as esferas da vida, desde o trabalho até as práticas de lazer, relacionamentos, formas de consumir e acessar informação etc. Da mesma forma, a disposição em fazer dos celulares estas ferramentas imprescindíveis e o apego cada vez maior a eles e às suas funções devem ser entendidos enquanto socialmente produzidos.

Por isso, buscar-se-á ao longo das linhas que seguem analisar: i. a produção, do celular como objeto de conexão pelo mercado, ii. as práticas de uso e consumo desses objetos e seus respectivos desdobramentos e iii. a emergência de subjetividades consumidoras, cada vez mais conectadas. Em outras palavras, os capítulos seguintes procuram demonstrar como os telefones celulares têm sido socialmente produzidos – numa relação que envolve mercado e consumidores, produtores e usuários – a partir de articulações que geram novos produtos, serviços e fazem emergir os usuários conectados da atualidade.

Capítulo 2 – O mercado e a construção do telefone celular: de simples telefones a artefatos de conectividade

O que configura o sucesso na adoção quase que unânime do telefone celular enquanto principal objeto tecnológico com o qual todos lidam cotidianamente em nossa sociedade? Esta pesquisa parte do pressuposto de que o telefone celular, bem como sua indispensabilidade, é uma construção social, que envolve múltiplos atores, fatores, circunstâncias, posicionamentos e discursos numa intrincada rede da qual participam diversos elementos heterogêneos.

Como afirmam alguns estudiosos da relação entre tecnologia e sociedade, os processos nos quais os artefatos tecnológicos emergem são contingentes e envolvem a formação de uma rede composta por cadeias de associações entre numerosos atores de esferas diversas, jogos de interesses, práticas, negociações e tomada de decisões, que acabam moldando continuamente os objetos criados e recriados nesses processos (BIJKER e LAW, 1992; LAW e CALLON, 1992). Com isso, é possível pensar não apenas que a criação e o desenvolvimento de artefatos técnicos como sua própria adoção não seguem um *script* prévio e tampouco obedecem a uma lógica determinada e unidirecional (BIJKER, 1992), mas que podem e devem ser explicados socialmente, pelo conjunto de relações e interações que compõem as interações sociais que os constituem⁴⁰.

O objetivo deste capítulo é destrinchar alguns fios desta rede que compõem não apenas o objeto tal como ele é hoje, mas também a percepção de sua imprescindibilidade. Para tanto, será preciso desvendar o que possibilitou que o celular emergisse enquanto objeto de conexão a ser consumido.

O acompanhamento de todos os elementos heterogêneos que compõem a rede na qual a construção social do telefone celular se deu, desde seu início até o presente, envolveria uma empreitada impossível de ser tratada nos limites desta pesquisa. Longe de realizar uma história do desenvolvimento técnico do artefato e de suas funções, optou-se por um

⁴⁰ Essa premissa consiste em um posicionamento que orienta todo o trabalho e que se coloca enquanto aliada à ideia de construção social da tecnologia – SCOT (Sigla em inglês referente ao termo Social Construction of Technology), introduzida por Wiebe Bijker, Tomas Hughes e Trevor Pinch (1987). Uma análise mais detalhada sobre tais posicionamentos será realizada no capítulo seguinte.

recorte que permitisse a análise de alguns elementos desta rede, suas dimensões e relações de força, de forma a entender mais a fundo o processo que tem culminado em parte do arranjo atual capaz de sustentar o sucesso e a manutenção do celular enquanto um dos objetos de consumo mais desejados da atualidade. Tratando-se de uma opção de pesquisa, o presente trabalho apresentará apenas um dos inúmeros lados que compõem o feixe de questões sobre o tema, deixando de lado uma série de outros elementos igualmente importantes, inclusive aqueles relacionados às discontinuidades do processo de construção social.

Se o objetivo é, então, entender como estes objetos e serviços de conexão são produzidos e vendidos pelo mercado, é preciso realizar, em primeiro lugar, uma análise da constituição do mercado de telefonia móvel no Brasil em termos de infraestrutura. Entender como está estruturado o mercado e as reais possibilidades que se apresentam aos usuários é essencial para entender como tem se configurado a venda do mundo de conexão no qual os celulares têm se inserido e sido socialmente construídos. Neste contexto, afirma-se que a conformação do serviço de conexão móvel enquanto mercado tem características próprias que dialogam com determinadas opções políticas.

Porém, como se espera demonstrar, a construção da possibilidade de conexão em termos infraestruturais não garante, por si só, a adoção do serviço de conexão pelo celular. É preciso, também, construir o mundo de conexão na mobilidade e instantaneidade – o contexto no qual o uso do celular faz sentido – além de garantir que os serviços oferecidos possam ser consumidos por um número cada vez maior de pessoas. Buscaremos mostrar como a construção do telefone celular e dos serviços que carrega consigo perpassa, por um lado, processos de desenvolvimento tecnológico que culminaram na emergência dos celulares inteligentes, popularmente chamados de Smartphones, e por outro também está atrelada a estratégias de mercado específicas no que diz respeito à venda da conectividade enquanto serviço. Em outras palavras, temos aqui um dos lados estruturantes desse mundo social feito de conexões, na medida em que essa conectividade também se impõe como mercado e como campo social sujeito às leis do mercado.

Trata-se, enfim, de uma cadeia que envolve produtores, operadoras de telefonia móvel e usuários enquanto clientela. Espera-se que, ao analisar esse conjunto de peças, a partir dos fios e conexões, seja possível visualizar a construção social do objeto por parte do

mercado, via suas estratégias na venda do objeto e de serviços de conexão, bem como a conformação de relações assimétricas, resultantes de políticas de acesso desiguais.

2.1 A constituição do mercado de telefonia móvel no Brasil: panorama geral

Nesta seção, encara-se o desafio de olhar para o desenvolvimento e expansão da tecnologia móvel enquanto mercado de consumo na sociedade brasileira. Porém, antes de mais nada, é preciso deixar claro que não se trata de realizar uma análise histórica do mercado de telecomunicações no Brasil ou tampouco descrever detalhadamente todas as mudanças técnicas pelas quais o serviço de telecomunicação móvel sofreu desde o período de seu surgimento, no intuito de traçar uma linha evolutiva das tecnologias envolvidas nestas etapas.

O que se procura é explanar um pouco mais alguns elementos presentes no mercado e que permitem que o acesso à tecnologia de comunicação móvel se dê nos termos em que tem ocorrido. Ao longo de um processo que tem sofrido mudanças cada vez mais constantes e ininterruptas, escolheram-se determinados períodos, que se acredita serem chave no sentido de orientarem a compreensão da conformação deste mercado em termos de infraestruturas de redes. Os dados apresentados aqui foram fruto de uma longa e constante pesquisa bibliográfica e de dados estatísticos junto ao maior portal de informações do setor de telecomunicações do Brasil – a Teleco.

A compreensão da constituição do mercado brasileiro de telefonia móvel permite entender de que forma a disseminação destes objetos tão comuns na atualidade adquiriu tanta importância. No final do ano de 2013, o mercado brasileiro de telefones celulares atingiu a marca de 271,1 milhões de linhas, a uma teledensidade de 136,45 linhas móveis a cada 100 habitantes (TELECO, 2014). Isso significa que o uso destes objetos de comunicação móvel já está disseminado por todo o território nacional a ponto de haver mais de uma linha por habitante. Apenas para dimensionar a amplitude da questão: não se trata de uma tecnologia cujo acesso é limitado a poucos.

Ao se analisar o processo, percebe-se como a constituição do mercado de telefonia móvel não é fato recente, mas que tem sido gestada aos poucos, acompanhando o

desenvolvimento político-institucional e econômico do Estado brasileiro. O serviço de telefonia móvel é inaugurado no Brasil em dezembro de 1991, na cidade de Brasília (SIQUEIRA, 1999). A Telebrás, empresa estatal que controlava a telefonia no país⁴¹, chegava a cobrar, na época, um depósito-caução no valor de 20 mil dólares para os interessados em habilitar uma linha telefônica pelo novo sistema (Souza e Silva, 2004). Ao final deste mesmo ano, o Brasil contava com 6.700 linhas de telefonia celular habilitadas (ANATEL 2008).

O evento, porém, que contribuiu para uma mudança na forma como as telecomunicações eram geridas no Estado brasileiro deu-se em novembro de 1997, com a criação, pelo governo federal, da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações – um órgão regulador independente com o objetivo de gerir o novo conjunto de leis que veio substituir o velho Código Brasileiro de Telecomunicações: a Lei número 9.472, chamada Lei Geral das Telecomunicações, promulgada em julho de 1997⁴².

A privatização pode ser considerada como um dos grandes pontos de inflexão no acesso da população brasileira à telefonia móvel. Após 1997, o número de assinaturas de telefonia celular cresceu vertiginosamente no Brasil, como ilustram os dados abaixo:

⁴¹ De acordo com a lei 9.295 de 19 de julho de 1996, a Telebrás foi autorizada a constituir, diretamente ou através de suas sociedades controladas, empresas subsidiárias ou associadas para assumir a exploração do serviço móvel celular (SMC) – como era denominado na época.

⁴² Além de criar a Anatel, tal lei dispôs sobre a organização dos serviços de telecomunicações no país, e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, levando à privatização das empresas do antigo sistema Telebrás, em julho de 1998. Com a LGT (Lei Geral de Telecomunicações) o Estado brasileiro deixa de operar os serviços de telecomunicações e passa a exercer um papel essencialmente voltado à regulação e à fiscalização dos espectros de frequência concedidos a empresas privadas.

Gráfico 1: Evolução do número de terminais móveis (1995-2013)

Fonte: TELECO, 2013

Gráfico 2 - Evolução histórica da densidade de linhas móveis/ 100 habitantes (1997-2013)

Fonte: TELECO, 2014

A partir dos gráficos acima é possível perceber como, entre 2000 e 2010, o Brasil ganhou 179,9 milhões de novos assinantes de linhas móveis. Ao final de 2010, o país já possuía 202,9 milhões de assinantes. No final de 2013, a taxa de teledensidade móvel era de 136,4 celulares para cada grupo de 100 habitantes (TELECO, 2014), o que indica uma diferença bastante significativa em relação aos anos 2000 (13,5/100 habitantes) e mais gritante ainda em relação aos tempos da estatal Telebrás.

Dados como esses colocam o Brasil entre os maiores mercados globais de telefonia móvel.

Tabela 1- Principais mercados de celular no mundo (2006-2013) (em milhões):

Ranking País	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1- China	461	547	641	747	859	985	1.085	1.146
2- Índia	149	234	347	525	752	894	907	ND
3- EUA	233	255	270	286	302	322	326	ND
4- Indonésia	237	ND	ND	ND	ND	ND	ND	281
5- Brasil	100	121	152	174	203	242	261	266
7- Rússia	152	173	188	208	215	228	231	ND
6- Japão	101	105	110	115	121	126	134	137

Fonte: TELECO, 2014

Na América Latina, o Brasil ocupa a posição de um dos principais líderes no ranking de densidade de aparelhos por habitantes, ficando atrás apenas da Argentina.

Tabela 2 – Densidade de celulares na América Latina por 100 habitantes (2006-2013)

Ranking País	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1- Brasil	53,6	64,2	79,2	90,5	104,7	124	131,6	136,4
2- México	537	62	69,4	76,2	81,3	84,2	88,6	ND
3- Argentina	80,5	102	116,4	128,6	140,6	140	143	142,4
4- Colômbia	67,8	76,4	92	91,5	97,6	105	106,6	ND
5- Venezuela	68,9	87,1	98,3	99,2	97,8	98,3	101,9	102,4
6- Chile	75,8	84,1	88,3	97,2	109,3	129	138,2	ND

Fonte: TELECO, 2014

Se o número de assinantes de linhas móveis começou de fato a crescer principalmente após a privatização, isto se deu porque o mercado brasileiro passou a assistir a uma disputa acirrada entre as operadoras de telefonia móvel.

Nota-se como a partir dos anos 2000, as taxas de assinantes de linhas móveis cresceram vertiginosamente, o que significou, em termos de infraestrutura, a ampliação da faixa de frequência⁴³, para que novas operadoras⁴⁴ pudessem atuar. Foi aí que ocorreu a migração do sistema analógico TDMA (1G)⁴⁵, de padrão norte-americano, para o digital (2G e posteriormente 3G), via tecnologia GSM, de padrão europeu.

Tal mudança não estava prevista. Ao contrário, foi fruto de um imenso trabalho de articulação de interesses entre os respectivos representantes destas tecnologias, por sua vez, aliados a certas operadoras e à Anatel. Embora não seja objetivo deste trabalho detalhar todas as redes de relações que essa mudança envolveu⁴⁶, vale chamar a atenção

⁴³ Basicamente, o que ocorreu, devido à crescente demanda e ao número limitado de frequências disponíveis dentro do espectro eletromagnético, foi uma necessidade de mudança na forma de modulação do sinal. Enquanto no registro analógico ocorria a divisão de um único canal em vários espaços de tempo e cada usuário, ao fazer uma chamada, utilizava um desses espaços, nos padrões digitais, tornou-se possível ao digitalizar o sinal, a alocação de mais de uma chamada numa mesma dupla de frequências de onda, aumentando o limite máximo de ligações que a rede suportava.

⁴⁴ Atualmente, o mercado está dividido entre quatro operadoras principais e outras três regionais. As primeiras detêm as maiores fatias do mercado.

⁴⁵ A tecnologia 1G estava intimamente ligada à radiotelefonia, ou seja, os celulares funcionavam de maneira similar a um rádio comum, com a diferença de que, ao invés de alocar apenas uma frequência de onda para cada conversação, alocavam-se duas, uma para emissão e outra para recepção do sinal, permitindo ouvir e falar simultaneamente (VICENTIN, 2009).

⁴⁶ A história desta mudança seria objeto de um estudo à parte.

para o fato de que, como todo processo de implementação tecnológica, na definição da faixa de frequência de atuação das demais bandas em 1,8 GHz e a consequente expansão da tecnologia GSM, entrou em jogo uma série de negociações, jogos de interesse e *lobbies* entre o governo, operadoras, representantes destas tecnologias, cientistas e técnicos. Todas estas relações, práticas e discursos em disputa tomaram parte na conformação da imensa cadeia da constituição do mercado de telefonia móvel no Brasil tal como ele se apresenta hoje.

É interessante notar como este momento de quebra e mudança de orientação no processo de desenvolvimento das redes, no qual se observou a mudança do TDMA para o GSM, dialoga justamente com o processo de expansão do número de usuários de linhas móveis. A visualização dos gráficos 2 e 3 permite perceber que entre os anos 2000 e 2004, quando a tecnologia GSM torna-se predominante, o número de linhas quase que triplica.

Gráfico 3 – Evolução das tecnologias de transmissão de dados no Brasil (1998-2013)

Fonte:

Telebrasil,

2013

Se na passagem da tecnologia 1G para 2G a preocupação central era alargar a capacidade do sistema com relação à sua área de cobertura e o número de chamadas que poderia suportar, ou seja, o que interessava era a possibilidade de inserção de novos usuários/consumidores no sistema, no momento subsequente o quadro muda: os esforços das operadoras se concentraram em aumentar de forma acelerada a capacidade

de fluxo de dados do sistema, ou seja, fazer com que seus usuários passassem a consumir um número cada vez maior de serviços⁴⁷, o que, tecnicamente traduziu-se num aumento da capacidade de banda das empresas de telefonia móvel. Para isso, entra em cena a tecnologia 3G⁴⁸. Foi esta mudança que permitiu transformar o celular em muito mais do que um telefone – através da transmissão de dados, suporte e execução de novas mídias, realização de tarefas simultâneas e, posteriormente, acesso à Internet.

Outro fato que merece atenção neste processo é que enquanto o número de linhas fixas/habitante manteve-se praticamente estável, as linhas móveis cresceram vertiginosamente. No ano 2000, havia mais assinantes de telefone fixo do que de celular. Ao final da década, os assinantes de celular já eram quatro vezes mais numerosos que os de fixo.

Gráfico 4 – Número de assinantes de fixos e móveis no Brasil (1998-2013)

Fonte: TELECO, 2014

Se em um primeiro momento é possível supor que estes dados apontem para a substituição de linhas fixas por móveis, uma vez que cada vez mais a linha móvel se torna “o” canal que viabiliza a possibilidade de ser encontrado pelos outros, de fato, mais do que um processo de substituição de linhas fixas por móveis, está-se diante de um fato histórico extremamente significativo no que diz respeito ao acesso da população

⁴⁷ Os chamados SVA – Serviços de Valor Adicionado – englobam o *download* de ringtones, papéis de parede, ícones, envio de SMS e MMS, jogos, vídeos, acesso a e-mail, bate-papo, canais de notícias, dentre outros.

⁴⁸ 3G é a nova tecnologia de transmissão de dados que vem substituir a tecnologia GSM. Em poucas palavras, esta tecnologia oferece uma capacidade de rede e de transmissão de dados maior que 256 kpbs por causa de uma melhora na eficiência espectral (nos espectros de radiofrequência).

brasileira aos serviços de telefonia no geral. A expansão das linhas móveis em comparação à estagnação das assinaturas de linhas fixas permite afirmar que antes mesmo de possuir uma linha fixa, grande parte dos brasileiros optou e teve acesso à linha móvel. Em outras palavras, a porta de entrada ao acesso da população brasileira aos serviços de telefonia deu-se via celular.

É possível interpretar esse fato a partir da reflexão que Marcos Dantas (2002) traz sobre o panorama das Telecomunicações no Brasil. Segundo o autor, o atual cenário é uma construção social decorrente das opções políticas adotadas por meio de alianças e conflitos entre grupos e classes.

Durante muito tempo, revela Dantas, o acesso às linhas fixas pela população brasileira ficou estagnado, uma vez que as medidas de universalização que operadoras tinham de cumprir eram baseadas no falso critério de expansão da capacidade instalada. Dantas mostra como essa expansão resumiu-se ao aumento da capacidade ociosa de linhas fixas, ou seja, em tremos de infraestrutura o Brasil tinha expandido sua capacidade para linhas fixas, contudo, o número de assinantes permanecia baixo devido aos altos valores cobrados nas tarifas e assinatura⁴⁹. Além disso, o autor mostra como as “novas” linhas localizavam-se em bairros e regiões onde já existia uma rede anteriormente instalada. Tudo isso corrobora o argumento de que os indicadores de universalização foram construídos com base em falsos parâmetros (linhas comerciais + troncos) visando atender a determinados interesses políticos de colocar o país num patamar de desenvolvimento avançado das telecomunicações, sem que a sociedade pudesse ser beneficiária desse processo.

Se formos partir deste cenário para pensarmos a criação do mercado de telefonia móvel no país, devemos nos perguntar como foi possível expandir a barreira da dificuldade de acesso que caracterizou o cenário da telefonia fixa. Em outras palavras, é interessante entender como se conseguiu inserir praticamente a totalidade da população brasileira nos serviços de telefonia móvel.

⁴⁹ Esta situação não se coloca atualmente, pois já existem políticas públicas específicas para a ampliação do acesso à telefonia fixa, como as tarifas sociais criadas no Plano Geral de Metas de Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado (PGMU-STFC), aprovado pelo Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011. Contudo, apesar de tal medida, a adesão às linhas fixas segue irrisória.

Para Dantas, a privatização justamente no momento de eclosão da tecnologia celular representou a escolha de certos grupos do governo brasileiro em abdicar da tentativa de resolver o problema do acesso às telecomunicações enquanto política pública governamental⁵⁰ capaz de fomentar a melhoria da qualidade de vida da população. É assim que uma possível inclusão aos serviços de telecomunicação como um todo passou a ser reduzida à questão de mera inclusão ao mercado de telefonia móvel, o que não ocorreu, segundo Dantas, sem dar continuidade a determinadas desigualdades de classe na sociedade brasileira, uma vez que seu mercado de telefonia carece de uma regulamentação séria. Tratou-se, é claro, de uma escolha política⁵¹ que, aos olhos do autor, afastou a possibilidade de democratização das linhas móveis⁵².

Não é intuito aqui discutir se a privatização constituiu a melhor ou pior escolha no que diz respeito à conformação do mercado de telefonia móvel. Por outro lado, parte-se dela como um ponto importante a ser considerado para se pensar o cenário atual. Tomando-se a opção pela privatização das telecomunicações como um dos possíveis rumos que conformaram a criação do mercado de telefonia móvel no Brasil, faz-se necessário, agora, entender de que forma essa configuração dialoga com determinadas clivagens presentes em nossa sociedade, ao longo da tentativa de inclusão de milhares de cidadãos enquanto consumidores e clientes dos serviços de telefonia móvel. Em outras palavras, é preciso indagar quais os esforços e as estratégias do mercado para conseguir dotar milhares de brasileiros desse acesso e incentivar o uso do telefone celular.

⁵⁰ Segundo a lei Nº 9.472 de 16 de julho de 1997, é dever do Poder Público I: “garantir, a toda a população, o acesso às telecomunicações, a tarifas e preços razoáveis, em condições adequadas” e II: “estimular a expansão do uso de redes e serviços de telecomunicações pelos serviços de interesse público em benefício da população brasileira”.

⁵¹ Um fato que, segundo Dantas, demonstra a escolha política neste momento crucial pré-privatização foi o relativo abandono do tema das telecomunicações pelos partidos mais envolvidos com as causas sociais. Ao deixar três das cinco vagas titulares às quais tinha direito na Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação da Câmara dos Deputados para ampliar sua presença em outras comissões ligadas a temas sociais, o PT, segundo Dantas, trocou com partidos conservadores no exato ano em que se discutiriam todas as questões relativas à nova regulamentação das telecomunicações brasileiras.

⁵² Embora possa-se contra argumentar que hoje, ao acesso ao celular tenha se democratizado, para Dantas tal inclusão não ocorreu sem repor as desigualdades de classe.

2.2 Um mercado desigual: usuários pré e pós-pagos e a conformação de clivagens no acesso aos serviços de comunicação móvel

Vimos como alguns anos após a privatização ocorreu o grande *boom* de expansão dos serviços de telefonia móvel no país. Porém, se olharmos mais atentamente para como esse acesso ocorreu, perceberemos que existem duas possibilidades distintas de ser um usuário destes serviços: via planos pré ou pós-pagos.

A primeira refere-se à aquisição de um número que exige a compra antecipada de créditos para que se possa usufruir dos serviços. Recargas são necessárias para a continuidade do acesso. Porém esse regime não obriga o usuário a fazê-las em determinado período de tempo. Além disso, qualquer um que possua CPF pode obter várias linhas. Já os planos pós-pagos, além de estarem atrelados ao pagamento de uma taxa referente à assinatura mensal do serviço, recebem uma conta mensal referente aos gastos com os serviços utilizados. Exige-se que o contratante passe por uma análise de crédito e não possua dívidas para que possa adquirir o serviço.

Dados da pesquisa domiciliar TIC domicílios (NIC.br, 2012)⁵³ mostram que a posse de pré-pagos é predominante no Brasil: 86% da população possui o serviço, ante os 13% referentes ao pós-pago. Porém, ao olhar mais atentamente para a distribuição dos planos, percebe-se que, enquanto os planos pré estão disseminados por todas as classes sociais, os planos pós ainda compõem uma ínfima parcela de assinantes, concentrando-se predominantemente nas classes mais altas.

Os dados detalhados da posse de linhas pré e pós, apresentados pela pesquisa TIC Domicílios 2012, cruzados com as faixas de renda domiciliar, permite perceber que a posse de planos pós vai aumentando conforme o rendimento familiar mensal aumenta. Para quem possui renda domiciliar de até três Salários Mínimos, a posse de pré-pagos chega a 89%. Porém, quando se fala em renda familiar de acima de dez Salários Mínimos, observa-se que os dados mudam: 53% (pouco mais da metade) possuem pré-pago e 47%, pós.

⁵³ Trata-se de uma pesquisa domiciliar de âmbito nacional realizada anualmente. Em 2012, foram entrevistados 17.380 brasileiros com 10 anos ou mais.

Tabela 3 – Tipo de plano por faixa de renda familiar mensal

Renda familiar mensal	Pré	Pós
Até 1 SM	94%	4%
1 SM - 2 SM	93%	5%
2 SM - 3 SM	89%	10%
3 SM - 5 SM	82%	18%
5 SM - 10 SM	77%	23%
10 SM ou +	53%	47%

Fonte: TIC domicílios 2012, referente a áreas urbana e rural.

Ao continuar destrinchando a divisão de usuários pré e pós, percebe-se, ainda, como os usuários pós concentram-se basicamente nas regiões Sul (17%) e Sudeste (15%), enquanto nas regiões Norte e Nordeste, 4% e 8% da população, respectivamente, possuem acesso ao plano pós. Além disso, é possível constatar que, dentre os usuários de curso superior completo, 34% possuem planos pós-pagos, o que ocorre com apenas 7% de quem possui Ensino Fundamental completo.

Ao tomar em conjunto esses dados, é possível sugerir que as divisões entre planos pré e pós não deixam de refletir, em parte, algumas formas da desigualdade social brasileira. Mais do que uma opção feita, ao se olhar atentamente para a divisão de linhas pré e pós, é possível perceber como, para os usuários mais pobres, as linhas pré parecem ser a única alternativa possível.

É possível inferir que as operadoras de telefonia móvel souberam muito bem que para poder expandir seus serviços aos mais pobres, deveriam ofertar opções condizentes com suas possibilidades financeiras. Isso porque ter um plano pré-pago é, muitas vezes, considerada a alternativa mais econômica, uma vez que desobriga o usuário a pagar um valor fixo por mês, referente à assinatura do serviço. Assim, os planos pré, ou mais conhecidos como “celulares de cartão”⁵⁴, permitem ao consumidor saber exatamente o quanto gastam, através da realização de uma recarga antes do uso do telefone e da consulta de saldos – diferentemente dos planos pós, nos quais o consumidor só vai saber realmente quanto gastou após a chegada da conta telefônica. No pré, quando os créditos

⁵⁴ Categoria nativa que se popularizou por todo país e que faz referência à forma de pagamento do plano contratado. O cartão refere-se à forma como as recargas eram feitas no início da disseminação de planos pré-pago – comprava-se um cartão com valores variados, que continham um código a ser digitado ao se ligar na central da operadora. Atualmente, as recargas eletrônicas quase que substituíram por completo os cartões. É importante frisar que esta categoria se opõe a outra – “celular de conta”, por causa da conta mensal que representa a forma de pagamento dos planos pós.

acabam, o usuário fica sem falar, apenas voltando a fazer ligações se colocar novos créditos.

Castells *et alli* (2007) sublinham o importante papel da introdução de planos pré-pagos para tornar a telefonia móvel acessível aos segmentos economicamente menos favorecidos da população. Porém, estudos mostram como o minuto do pré-pago é ligeiramente mais elevado que o valor do minuto no pós-pago⁵⁵.

Gráfico 5- Valor do minuto cobrado

Fonte: TELECO, 2011, com base nos dados da Anatel.

Sendo assim, por trás da ideia de uma ampliação da opção de serviços de telefonia móvel para clientes específicos através de planos distintos, o espraio de planos pré-pagos pode ser encarado como uma estratégia clara de mercado⁵⁶ visando abocanhar parte da população que teria dificuldades de acesso a uma linha móvel se esta exigisse a assinatura mensal do serviço. Supõe-se, então, que o mercado de telefonia móvel conseguiu atingir o atual patamar de 271.099.799 linhas, em sua maioria pré-pagas, justamente devido aos planos pré.

⁵⁵ Está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados – em caráter terminativo – um projeto de lei que busca aproximar as tarifas cobradas na telefonia móvel pré e pós paga. *Avança na Câmara projeto contra diferença de preço entre pós e pré-pago*. Convergência Digital, 03/06/2013.

⁵⁶ Tais estratégias do mercado de serviços de telefonia móvel dialogam amplamente com as estratégias das demais empresas para impulsionar o consumo dos mais pobres (hoje, proclamados “classe C” ou “nova classe média” pela imprensa e pelo governo), conforme relatado e analisado por mim (SCIRÉ, 2012). Ao fim e ao cabo, trata-se de conhecer e garantir que este novo mercado extremamente lucrativo (e ainda inexplorado) torne-se consumidor seja de serviços de crédito, de viagens de avião, de planos de saúde e de serviços de telefonia, dentre outros. Neste sentido, a financeirização da vida dos mais pobres através de mecanismos de acesso ao crédito, como o acesso aos serviços de telefonia, compõem algumas das facetas da construção do “mercado consumidor emergente”. Não raramente, tais consumidores acabam pagando muito mais caro para ter acesso a determinados bens ou serviços.

Foi ao dialogar com o fato de que pouquíssimos brasileiros possuíam acesso a linhas de telefone fixo e perceber a demanda por um serviço de comunicação à distância que excluiu a possibilidade de pagar um valor fixo mensal pela assinatura, que o pré-pago se constituiu como uma estratégia de mercado que obteve o sucesso observado. Pode-se afirmar, assim, que este foi um dos primeiros passos do mercado na expansão da tecnologia móvel enquanto mercado de consumo no Brasil.

Contudo, o que é importante reter desta discussão é o fato de que a ampliação da rede não expandiu o uso do artefato de forma igual entre as classes, pois são os pobres que pagam mais caro pelas ligações realizadas e têm possibilidades mais limitadas de acesso à Internet, pela posse de suas linhas pré-pagas.

Isso significa que não se deve confundir universalização do acesso com iguais possibilidades de uso da rede. Diferenças sociais são repostas em possibilidades distintas de uso da rede móvel.

Para entender como isto se dá faz-se necessário olhar mais detalhadamente os dados de universalização do acesso às linhas móveis. Para além de um acesso quantitativo ao serviço (possui ou não telefone celular) é preciso pensar qualitativamente na qualidade deste acesso e aprofundar a discussão por este prisma.

A TIC domicílios (NIC.br, 2012) aponta que o uso do aparelho para efetuar e receber chamadas é realizada por praticamente 99% das pessoas que utilizaram o telefone celular no último mês. Porém, esse dado não diz muita coisa, uma vez que não é capaz de qualificar o uso do celular para fazer e para receber chamadas separadamente. Trata-se de atividades totalmente distintas e que envolvem a posse ou não de recursos financeiros para tanto.

Sendo assim, tendo em mente que a maioria dos planos é pré-paga, é de se supor que fazer e receber chamadas consiste em práticas realizadas com diferentes proporções, o que leva à hipótese de que parte da população não utiliza o aparelho necessária e exclusivamente para realizar chamadas, uma vez que este pode estar sem créditos e servir apenas para receber chamadas ou realizar chamadas a cobrar⁵⁷. Seria preciso

⁵⁷ Até o momento, inexistem dados que qualifiquem o uso de linhas móveis. Contudo, a pesquisa de campo realizada permite supor que esta realidade de ter uma linha pré apenas para receber chamadas ainda é constante. Ver capítulo 4.

desmembrar o uso em recebimento e realização de chamadas para se ter uma dimensão mais clara de como o uso de linhas móveis (principalmente as pré-pagas) ocorre.

Apenas para ter uma noção de como a utilização do artefato pode ser mais restrita do que se imagina, a pesquisa TIC Domicílios de 2012 mostra que nem todos que possuem o aparelho o utilizaram nos últimos três meses.

Tabela 4- Posse e uso de telefone celular – Total Brasil (2007-2012)

%	2007*	2008	2009	2010	2011	2012
Posse	51%	52%	59%	64%	76%	80%
Uso	66%	67%	75%	79%	82%	84%

*Não inclui áreas rurais Fonte: NIC.br, 2012

Embora seja possível perceber o aumento do uso em detrimento da posse nos últimos anos – em 2008 apenas 52% da população brasileira possuía linhas móveis, sendo que destes, apenas 67% faziam uso delas; em 2012, a posse sobe para 80% e o uso, para 84% – é possível perceber como ainda é relevante a discrepância entre posse e uso de linhas móveis, principalmente ao se levar em consideração a residência na região Nordeste e nas áreas rurais. Apenas 60% da população das áreas rurais possuía linha móvel em 2012 e destes apenas 67% afirmaram fazer uso do aparelho. Outro dado mostra que, dentre os residentes na região Norte, somente 71% da população têm acesso ao serviço e apenas 79% o utilizam. Os dados abaixo referem-se a esses cortes apresentados:

Tabela 5- Posse e uso de telefone celular – Total Brasil (2012)

%	Área urbana	Área Rural
Posse	83%	87%
Uso	60%	67%

Fonte: NIC.br, 2012

Tabela 6- Posse e uso de telefone celular – Total Brasil, por regiões (2012)

%	Região Norte	Região Nordeste	Região Centroeste	Região Sudeste	Região Sul
Posse	71%	75%	88%	82%	83%
Uso	79%	82%	92%	85%	84%

Fonte: NIC.br, 2012

O grau de instrução também constitui um fator importante da composição de diferenciações entre posse e uso, principalmente se observado em consonância com as

faixas de renda familiar mensal. Fica claro que quanto maior a renda familiar e o nível de escolaridade, maior a posse e o uso do serviço.

Tabela 7 - Posse e uso de telefone celular – Total Brasil, por grau de instrução (2012)

%	Analfabeto/ Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
Posse	42%	73%	94%	96%
Uso	48%	79%	95%	96%

Fonte: NIC.br, 2012

Tabela 8- Posse e uso de telefone celular – Total Brasil, por renda familiar mensal (2012)

Renda Familiar	Posse	Uso
Até 1 SM	60%	68%
1 SM a 2 SM	74%	80%
2 SM a 3 SM	84%	88%
3 SM a 5 SM	91%	91%
5 SM a 10 SM	94%	95%
Mais de 10 SM	97%	98%

Fonte: NIC.br, 2012

Tendo em vista este cenário de usuários de linhas móveis, é possível perceber como, apesar da posse de aparelhos ter se disseminado amplamente, ainda há uma grande demanda pela utilização dos serviços de comunicação móvel, uma vez que nem todos os usuários pré fazem, de fato, uso do aparelho com alta frequência. É claro que o uso frequente se dissemina mais entre aqueles mais escolarizados e, conseqüentemente, com maior renda mensal, capaz de custear os valores exigidos pelo serviço.

É possível perceber também que, ao se considerar os índices de posse e uso ao longo do tempo, é claro que este tem aumentado, se comparado a valores de seis anos atrás. Contudo, é visível como ainda há espaço para maior crescimento dos índices de uso dos celulares – o que anima as operadoras a desenvolverem estratégias de mercado visando ampliar o uso entre aqueles que ainda fazem poucas ligações.

Neste sentido, entender a ampliação do uso também consiste na compreensão da construção do usuário do serviço, conectado e cada vez mais pagante frequente do serviço de conexão. Para entender melhor o que tem forjado tal construção, vale a pena nos determos nas disputas entre as operadoras por estes novos usuários, ávidos por terem uma oportunidade de se comunicar através dos telefones celulares. A seguir,

debruçaremos-nos sobre as estratégias traçadas por elas para que se ampliem os gastos com serviços móveis que ofertam.

2.3 Estratégias na criação do mercado de consumo linhas móveis: a construção do usuário pagante via promoções

Vimos como atualmente existem 271.099.799 linhas de telefonia móvel em serviço, sendo 78% destas, ou seja 211.582.767, pré-pagas (TELECO, 2013). Ora, se a densidade ultrapassa o patamar de uma linha por habitante, encontra-se aí um dado digno de ser considerado ao se investigar como as operadoras têm conseguido expandir o uso dos serviços oferecidos.

O que estes dados mostram é que o excesso do número de linhas por habitantes se traduz em uma grande quantidade de linhas pré-pagas. Consequentemente, se olharmos os índices de participação de mercado das operadoras, percebemos como essas linhas estão bem distribuídas entre si, o que permite afirmar que quem possui mais de uma linha, no geral, é cliente de operadoras diferentes.

Mas o que isso revela sobre a constituição do mercado de telefonia móvel brasileiro e de seu usuário? Em primeiro lugar, que as operadoras parecem se encontrar em uma disputa feroz para abocanhar cada vez mais consumidores. Mas por que razão os usuários estariam dispostos a ser clientes de mais de uma operadora, tendo em vista o alto valor cobrado? A própria configuração de cobrança das tarifas ajuda a explicar o porquê.

Durante um bom tempo, as tarifas cobradas no pré-pago eram consideradas tão caras pelos usuários que a realização de chamadas era realizada apenas em caso de emergência⁵⁸. O ponto de inflexão neste processo pautou-se por uma mudança no modelo de negócio das operadoras.

⁵⁸ O início do trabalho de campo desta pesquisa flagrou esse momento, no qual celulares pré-pagos, para aqueles com baixos rendimentos mensais, eram usados mais para receber do que para realizar chamadas. Ver capítulo 4.

Para conseguir atrair mais clientes não apenas para possuir a linha, mas para utilizá-la – ou seja para gastar créditos – as operadoras investiram em um modelo de negócios baseado basicamente em promoções. Isso significa que elas passaram a criar tarifas promocionais bem mais baixas que os valores oficiais para aqueles clientes que se cadastrassem e pagassem um valor específico⁵⁹. Ao investigar atentamente alguns dos modelos promocionais vigentes no mercado, foi possível perceber como a maioria das promoções segue uma lógica de premiar os usuários com bônus que duram determinado período de tempo. Em contrapartida, é preciso que estes façam recargas mensais para que as promoções se mantenham ativas.

Vigentes de alguns anos para cá, tais modelos promocionais contribuíram para baratear o valor das formas de comunicação. Se, por um lado, isso pode ter possibilitado uma expansão no número de usuários, que passaram a ser estimulados pelos valores promocionais a adquirirem linhas (principalmente pré-pagas⁶⁰) – além do aumento do valor das receitas com os usuários já existentes que não gastavam tanto antigamente – por outro, esta opção acabou gerando uma distorção na forma como o acesso a outras linhas móveis se dá. Tem-se, aqui, como hipótese que foram justamente as consequências deste fato que explicam a alta densidade de linhas móveis por habitante.

No Brasil, as tarifas de interconexão, ou seja, aquilo que as operadoras pagam umas às outras pelo uso de suas redes (quando se realizam chamadas entre operadoras⁶¹) é absurdamente mais cara do que as tarifas para números da mesma operadora⁶². O fato

⁵⁹ Com o passar do tempo, as promoções deixaram de ser pagas.

⁶⁰ Dados da Teleco (2012) revelam que a explosão de linhas passou a ocorrer justamente quando a proporção entre linhas pré e pós se inverteu. Em 1998, quando da inauguração da linha pré-paga, existiam apenas 44.209 linhas pré frente a 7.324.009 linhas pós. Em 2001, já eram 19.547.123 linhas pré frente a 9.530.338 linhas pós.

⁶¹ O valor é cobrado visando remunerar uma operadora por unidade de tempo, pelo uso de sua rede, segundo a Teleco. Muito se discute a respeito da cobrança de tal tarifa de interconexão, que foi criada quando da privatização, para que os recursos obtidos com esta cobrança fossem direcionados para as operadoras fazerem investimentos nas redes e para que houvesse a universalização do serviço. Havia uma previsão de que essa tarifa se encerrasse em 2002. Contudo, ela é cobrada até hoje, enquanto que em alguns países da Europa a taxa de interconexão foi quase zerada para incentivar o uso da telefonia móvel. No Brasil, este valor ainda é alto, também devido ao peso dos impostos, que representam em média 42% das tarifas, enquanto a média mundial é de 17%. Segundo a Teleco (2013), o valor médio da VU-M a partir de 24/02/2014 será de R\$ 0,2379. Em 2015 este valor sofrerá uma redução de 33,3% passando a 0,1586. *César Halum critica preço de celular pré-pago no Brasil*. Conexão Tocantins, 12.11.2013.

⁶² Apenas para se ter um patamar de comparação, pesquisaram-se, durante o ano de 2013, as tarifas apresentadas por todas as operadoras e percebeu-se que o valor médio do minuto para linhas pré-pagas, da mesma operadora, fica em torno de R\$ 0,20, enquanto que para operadoras diferentes chega a R\$ 0,80, ou seja, mais que o triplo. *Preço do minuto de celular cai 19% no Brasil*. O Estado de S. Paulo, 02.07.2013.

de ela estar, segundo estudos, dentre as mais caras também contribui para elevar, na média, o cálculo do valor pago por minuto de ligação no Brasil, tido como um dos mais caros no mundo⁶³.

A construção desta configuração de tarifas no mercado de telefonia móvel brasileiro gerou consequências em termos de práticas dos usuários, que puderam ser observadas no trabalho de campo. Entrevistados (principalmente os usuários de linhas pré-pagas) afirmam que raramente realizam chamadas para números de operadoras diferentes das suas devido aos altos valores. Para saberem para qual operadora estão ligando, frequentemente anotam na agenda de seus aparelhos o nome da operadora ao lado do nome do contato⁶⁴, como se observa na foto abaixo, tirada da tela do celular de um entrevistado:

Figura 1- Foto de tela de celular contendo a agenda, na qual é possível ver a associação do contato à operadora

Sendo assim, embora as promoções tenham significado a ampliação do mercado de usuários de linhas móveis, por gerarem a impressão da possibilidade de driblar os créditos escassos e utilizar os serviços da forma mais proveitosa e econômica possível, o fato de servirem apenas para falar com contatos da mesma operadora acabou criando

⁶³ Pesquisa da consultoria europeia *Bernstein Research* revela que no Brasil os usuários dos serviços de telefonia móvel pagam em média US\$ 0,24 o minuto, valor similar aos US\$ 0,23 da Nigéria e aos US\$ 0,26 da África do Sul. Entre os países com tarifas mais baixas e com PIBs próximos ao do Brasil estão a Índia, onde a tarifa é de US\$ 0,01, a Indonésia e a China onde o minuto custa em média US\$ 0,03. Rússia, Egito e México têm tarifas de US\$ 0,05 e se aproximam do valor praticado nos Estados Unidos. Entre os países europeus, a Espanha tem o minuto mais elevado do bloco com US\$ 0,21. O Reino Unido pratica a tarifa mais baixa: US\$ 0,14. Já os dados da Telebrasil mostram que o valor do minuto no Brasil vem caindo ano a ano. Em pesquisa realizada em setembro de 2013, o valor do minuto (linhas pré e pós) caiu de R\$ 0,17 para R\$ 0,15 com relação ao mesmo período de 2012 (TELEBRASIL, 2013). *Tarifas de celular no Brasil estão entre as mais caras do mundo*. Valor Econômico, 28.01.2010.

⁶⁴ Pode-se afirmar que estas práticas de questionar a operadora intensificaram-se após a lei da portabilidade (que permitiu ao usuário conservar o número quando mudasse de operadora). Até o início da lei, era possível, através do prefixo, descobrir a operadora, pois a cada uma tinha um número definido. Com a possibilidade de migrar de operadora e levar o número consigo, muitos prefixos associados a determinadas operadoras embaralharam-se, causando muita confusão entre os usuários. Este fato acabou gerando práticas de deixar explícito a sua operadora e a dos outros na agenda. Vale ressaltar, ainda, que atualmente já existem aplicativos que permitem descobrir a operadora, a partir dos contatos salvos na agenda.

uma clivagem maior na acessibilidade aos contatos de outras operadoras, a ponto de ser possível afirmar que muitas chamadas eram evitadas quando se dirigiam a operadoras diferentes daquela utilizada pelos usuários.

Isso está em plena consonância com o modelo de negócio inaugurado pelas promoções⁶⁵. Contudo, apesar de ter conseguido expandir o público usuário pagante do serviço de conexão móvel, pode-se afirmar que tal modelo gerou uma configuração na qual o contato entre números de operadoras diferentes segue sendo escasso, porque altamente tarifado.

Da parte do usuário, percebe-se como este não se limitou à impossibilidade de falar com contatos de outras operadoras por causa do preço das tarifas e tratou de encontrar uma solução para esta questão. E isto acabou ocorrendo via aquisição de vários chips de diferentes operadoras, para que se possa falar com um número maior de contatos gastando menos. A aquisição de mais de um chip pode, assim, ser interpretada como tentativa do usuário de driblar uma configuração imposta pelo mercado, na qual ele era “agraciado” com promoções e descontos, mas se via obrigado a pagar mais caro em determinadas chamadas.

Durante algum tempo, observou-se uma certa reação das operadoras a este movimento, colocando-se contrárias à utilização de mais de um chip em um aparelho. Como, na maioria dos casos, aparelhos estavam atrelados às operadoras⁶⁶, havia situações em que chips de outras operadoras não funcionavam, mesmo que o desbloqueio do aparelho fosse solicitado pelo usuário⁶⁷. Após a lei de desbloqueio, percebeu-se uma abertura maior para que as empresas produtoras de aparelhos pudessem comercializar seus celulares diretamente com o consumidor, sem envolver nenhuma operadora no processo.

Nesse sentido, a ideia de busca de fidelização do cliente pré-pago já não mais se coloca entre as operadoras que sabem que seus chips convivem lado a lado, nos aparelhos dual chip, com a concorrência. É claro que a disputa pela clientela se mantém, porém em

⁶⁵ Para que este modelo desse certo, era preciso construir uma rede de usuários conectados entre si e que pudessem usufruir das mesmas vantagens ao se comunicar entre si.

⁶⁶ Os aparelhos eram comprados pelas operadoras e vendidos em suas lojas ou repassados ao varejo por preços subsidiados, atrelados, contudo à operadora que os havia fornecido.

⁶⁷ Tais situações foram relatadas pelos entrevistados, que só descobriam essa restrição após a compra do aparelho.

outros termos – trata-se de fazer o cliente fazer um uso mais frequente de todos os serviços oferecidos e ter um gasto mensal médio maior do que com o chip da concorrência.

Tendo em vista todo o cenário previamente apresentado, caracterizado por um descompasso entre a posse e o uso de celulares, principalmente dentre a grande massa de usuários pré-pagos, é possível entender como as operadoras se apropriaram deste contexto de forma a contornar a restrição de renda e incrementar o uso de linhas móveis. Uma vez que o que define o mercado de telefonia móvel de nossos dias é uma disputa ferrenha pela massa de consumidores, a estratégia encontrada pelas operadoras para que usuários (principalmente os pré-pagos) fossem inseridos de maneira menos parcial, enquanto consumidores mais frequentes, nos serviços de telefonia foram as promoções⁶⁸.

Ao lado delas, entraram em cena outras práticas, forjadas pelos próprios usuários, buscando ampliar suas chances de falar mais gastando menos, a partir da aquisição de mais de um chip, de diferentes operadoras. Em conjunto, tudo isso gerou uma explosão não só no número de terminais móveis, como um incremento no tráfego de voz que não foi acompanhado pelo respectivo investimento das operadoras em termos de rede infraestrutural, o que tem levado a momentos de pane e ausência de sinal em algumas localidades⁶⁹.

Contudo, a disputa entre as operadoras se ampliou e ganhou força a partir do advento da Internet móvel, quando elas se colocaram como grandes mediadoras na relação dos usuários com o mundo das conexões, através da oferta de planos de dados e de uma infinidade de outros serviços que os conecta aos serviços oferecidos pelo mercado. Foi ao longo desse processo que se conformou o usuário conectado de nossos dias. Veremos como aí se inaugura um outro patamar nesta disputa, pois mais do que a simples batalha

⁶⁸ No caso dos usuários pós-pagos, percebe-se como as estratégias de ampliação da utilização das linhas móveis se baseia em outro modelo, que prioriza a venda de pacotes de serviços contendo cada vez mais custos adicionais – dentre eles o da conexão à Internet, como se verá a seguir.

⁶⁹ No segundo semestre de 2012, o Brasil viveu um período de intensos congestionamentos na rede móvel, o que obrigou a Anatel a tomar a medida de suspensão da venda de chips de determinadas operadoras – que estava ocorrendo para além da capacidade destas. Apesar das multas aplicadas, falhas na rede como queda de ligações e ausência de sinal em determinados momentos do dia ainda constituem reclamações de boa parte dos usuários. *Anatel proíbe venda de novas linhas Tim, Oi e Claro*. Brasil econômico, 18/07/2012.

por novos consumidores, trata-se da possibilidade de controlar o fluxo de informações postas por eles em circulação⁷⁰.

2.4 A venda da conectividade nos aparelhos e como serviço: Smartphones e a Internet móvel

Se hoje o serviço de Internet móvel é visto como necessidade primordial quando se pensa na aquisição de um celular, é preciso ter em mente que não foi sempre assim. Num primeiro momento, tais funcionalidades eram vistas como luxo, o uso da Internet era apenas legitimado para resolver problemas pontuais quando se estava em trânsito e sem acesso ao computador. Havia pouca ânsia de trocar de aparelho para garantir o acesso espontâneo e mais preciso a e-mails e demais informações⁷¹. Também era grande o grau de desinformação a respeito da existência e do funcionamento do serviço e Internet móvel. Além disso, existia a percepção de que a Internet móvel seria um serviço caro e instável, assim como o sinal do celular.

O que se pretende mostrar nesta seção é como a conectividade móvel e o anseio por ela foram construídas i. pelo mercado – à medida que o desenvolvimento tecnológico dos aparelhos passou a contemplar essa possibilidade e que as operadoras apostaram que seria um serviço amplamente consumido – e ii. também pelo Estado, pois tudo isso só pôde ganhar efetividade a partir do momento em que a infraestrutura necessária para tal rede se colocou como pauta a ser cumprida pelas operadoras.

A proliferação de Smartphones bem como a utilização da Internet móvel cresceram vertiginosamente no intervalo de tempo da realização da investigação. Apenas para se ter uma noção, o acesso à Internet através da tecnologia 3G deu um salto no curto período de quatro anos, passando de 4,3 milhões de acessos, em 2009, para 88,5 no segundo trimestre de 2013 (TELECO, 2014). No que diz respeito à infraestrutura, vimos como a evolução da tecnologia GSM para a 3G se traduziu numa utilização mais

⁷⁰ A importância estratégica que o controle da informação assume para o mercado será discutida no capítulo 4.

⁷¹ Apesar de quase todos os aparelhos dos entrevistados já contarem com a função WAP, somente nos mais modernos havia links diretos para acesso às redes sociais e e-mail.

eficiente do espectro de ondas, gerando um aumento na capacidade do sistema em transmitir e receber dados. Tecnicamente falando, observa-se a mudança de pontos de conexão por áreas de acesso⁷², bem como a possibilidade de transitar não apenas voz, mas dados a partir da digitalização do sinal (Vicentin, 2008).

Dados apresentados pelo TELECO (2014) mostram a evolução desse processo. Enquanto em 2008 – ano de início da propagação do 3G no Brasil – apenas 448 municípios tinham acesso à tecnologia, ao final de 2013, 3.564 municípios – 64% do total – já eram cobertos. Recentemente, entrou em cena a tecnologia 4G – que vem para ampliar ainda mais a eficiência espectral da conexão⁷³.

Contudo, como já foi visto anteriormente, a existência de cobertura não garante, por si só, o acesso ao serviço. Ao olharmos os dados referentes a esse acesso, percebemos como ainda há muito por expandir. Embora o crescimento tenha sido vertiginoso nos últimos anos, a possibilidade de conectividade ainda não está consolidada.

Uma análise longitudinal dos dados apresentados na pesquisa TIC Domicílios (NIC.br; 2007-2012) permite perceber a expansão do uso da Internet no celular. Enquanto que, de 2007 a 2010, apenas 6% da totalidade dos usuários pesquisados⁷⁴ acessava a rede mundial de computadores no celular, em 2011, o percentual saltou para 18% e em 2012 para 24%. Além disso, a última onda da pesquisa traz um dado sobre a frequência de uso. Dentre os 24% que responderam afirmativamente, 55% o fazem diariamente e 27% pelo menos uma vez na semana.

Já segundo os dados da Teleco (2014), o Brasil terminou 2013 com 96,4 milhões de acessos com banda larga móvel, sendo 88,5 milhões via aparelhos 3G; 7,03 milhões de terminais banda larga (na maior parte modems) e 923,4 mil via aparelhos 4G, conforme mostra o gráfico abaixo:

⁷² Vicentin (2008) explica em detalhes a forma como estas tecnologias funcionam e em que momento foram substituindo umas às outras.

⁷³ Por ser baseada totalmente em IP, o 4G alcança a convergência entre as redes de cabo, redes sem fio e computadores, dispositivos eletrônicos e tecnologias da informação para prover velocidades de acesso entre 100 Mbit/s em movimento e 1 Gbit/s em repouso. Se, no caso do 3G, a comunicação entre as torres e a central telefônica é feita por ondas de rádio, na quarta geração da rede móvel, esses dados são trocados por cabos de fibra ótica.

⁷⁴ Referente ao uso nos últimos três meses, no momento da entrevista.

Gráfico 6 - Acessos de Banda Larga Móvel

Fonte: Telebrasil, 2013.

Ainda segundo esta fonte, apenas 35,6% dos celulares do Brasil tinham acesso à banda larga móvel. E nos deteremos nesse ponto.

Paralelamente ao desenvolvimento da infra-estrutura, houve, é claro, uma mutação nos padrões tecnológicos dos aparelhos celulares para garantir esse acesso⁷⁵. A possibilidade de o celular atuar como uma interface de comunicação escrita e no trânsito de dados trouxe aos produtores o desafio técnico de criar dispositivos mais ergonômicos e outros que facilitassem a digitação e a navegação. Além de componentes de *hardware* cada vez mais potentes (chegando bem perto do desempenho de computadores mais simples), houve um grande avanço nas tecnologias das telas destes dispositivos⁷⁶.

Detalhes técnicos à parte, nota-se que tais inovações transformaram o celular de uma máquina de contato oral em um verdadeiro centro de comunicação, justamente pela

⁷⁵ Não constitui intuito deste estudo a discussão sobre se a rede de transmissão de dados foi acompanhando a inovação tecnológica ou se a própria, ao exigir novos parâmetros técnicos de fluxos de dados, vem colocando o constante aprimoramento da rede como necessidade. Dentro da perspectiva socioconstrutivista da qual parte este trabalho, acredita-se que a ideia de constituição mútua de tal processo seja a mais apropriada. Conforme salienta Vicentin (2008), a velocidade da informação, de sua corrente na rede, interfere na evolução dos terminais móveis e impulsiona o processo de convergência tecnológica. E o percurso contrário também se verifica: o lançamento de terminais móveis com maior capacidade de cálculo e compilação de dados impulsiona a modernização das redes (*ibidem*, p. 71).

⁷⁶ Tal alteração no sentido da inovação dos aparelhos é mais uma evidência de que todo processo de desenvolvimento tecnológico passa por idas e vindas e alterações de rumo conforme as disputas, jogos de interesses e condições de sustentar uma ou outra direção na ampla cadeia de relações que envolve produtores, vendedores de serviços, desenvolvedores, condições infraestruturais, dentre outros (BIJKER 1992; BIJKER; LAW, 1992; LAW; CALLON, 1992).

possibilidade de trânsito de dados. E é ao longo desse processo de inovação e mutação⁷⁷ do artefato que a própria construção da conectividade enquanto mercadoria se fortalece e parece prefigurar todo um mundo de possibilidades no qual seu uso ganha cada vez mais sentido.

A tarefa das operadoras, na constituição desse mundo de conexão, estava em forjar cada vez mais o uso das ligações e conexões por meio da Internet. Em outras palavras, a conectividade com o mundo tornou-se mercadoria das mais valiosas. É preciso vender a ideia de conexão permanente como importante e necessária, pois aí está a chave para uma vida plena⁷⁸. Estratégias para a ampliação de acesso à Internet exerceram um papel fundamental nesta mudança de comportamento em direção a uma ampliação das práticas de conectividade. De 2010 a 2013, o valor cobrado pelas operadoras para o acesso à Internet despencou, principalmente os planos cujo tráfego de dados é limitado⁷⁹ – pré-pagos. Em outras palavras, inúmeras estratégias técnicas e mercadológicas voltaram-se a uma acirrada disputa de mercado, tendo em mira amplos segmentos da população vistos como possíveis consumidores de serviços. Vendem-se pacotes de serviços e, com eles, incentiva-se a compra dos chamados aplicativos, que se proliferam cada vez mais.

A comercialização de tais pacotes e aplicativos⁸⁰ tornou-se o grande carro-chefe capaz de alavancar os lucros das operadoras, uma vez que a receita proveniente de chamadas

⁷⁷ O próprio caráter mutável – e, por isso, móvel – do objeto telefone celular é o que o constitui, aos olhos de Vicentin (2008), enquanto “*mobile*”. O termo refere-se à mobilidade não apenas no sentido de propriedade da estação móvel em conciliar comunicação e movimento, transitando dentro das áreas de acesso ao ciberespaço, como também “resume sua propriedade de ser indefinido, informe, a frequência com que passa de um estado a outro, agregando funções, e tendo seu design modificado” (*ibidem*, p. 74).

⁷⁸ Não é à toa que, ao se olhar atentamente para as mensagens veiculadas por estas empresas, deparamos-nos com frases que não só enaltecem a conectividade plena, como também a colocam num patamar, se não como natural, como necessário à vida nos dias de hoje: “conectados vivemos melhor”; “conectado, você pode mais”; a emoção tem pressa, tudo que emociona não pode esperar”.

⁷⁹ O estudo “Banda Larga móvel e a base da pirâmide na América Latina”, feito pela Telecom Advisory Services e encomendado pela GSMA (Associação Internacional das Companhias de Telecomunicações), analisou os valores cobrados pelos serviços de Internet móvel e relatou que o preço de planos de até 250 MB de consumo custam hoje 30% do valor cobrado em 2010. No entanto, quando se trata de planos ilimitados, com alto consumo de banda, a situação é bem diferente. Enquanto hoje a média de preço dos pacotes de até 250 MB é de R\$ 13,60 (US\$ 5,90), os planos de pelo menos 1 GB de franquia destinados a Smartphones saem por R\$ 57. *Preço da internet móvel limitada despenca no Brasil*. Canal R7. 04.08.2013

⁸⁰ Para para contrabalançar a queda na receita, além de investirem em novos modelos de negócios através de tipos de planos mais voltados ao tempo de navegação do que minutos de ligações, algumas operadoras também estão investindo em serviços próprios de música, vídeos, livros e até de aplicativos de mensagens

tem diminuído cada vez mais, devido ao próprio uso da conexão à Internet para a realização de chamadas e envio de mensagens via aplicativos gratuitos⁸¹. Sua oferta busca induzir os usuários recentes a usar – e a depender – cada vez mais dos planos de Internet⁸². Esse exemplo deixa claro como a construção do usuário conectado exige, da parte do mercado, não apenas a comercialização do serviço, mas práticas de suporte e estímulo constantes de forma a viabilizar a adesão de quem ingressa no mundo da conexão móvel.

Porém, defende-se aqui que os esforços das operadoras de telefonia não são suficientes e sozinhos não são capazes de explicar a conformação da extensa cadeia na qual os celulares emergem como imprescindíveis. Cabe voltar brevemente o olhar para os produtores de aparelhos e para as diferentes formas como os discursos mercadológicos sobre a importância dos celulares são construídos.

Não se trata, aqui, de realizar uma análise semiótica das imagens e textos veiculados por estas propagandas. Tampouco se busca analisar, via discurso, de que forma a imagem e o texto publicitários atuam como elementos essenciais na construção da argumentação persuasiva de venda do artefato como um objeto de desejo. Já se sabe que isso ocorre, pois se trata da própria dinâmica atual pela qual todo objeto vendido no mercado passa. O que se busca flagrar nesse processo são as mutações nos elementos que se tornam ativadores da construção mercadológica do celular como um objeto de conexão ao longo das mutações tecnológicas que o aparelho sofre⁸³.

Na época em que foi lançado o celular (1998), o que estava em jogo nos discursos veiculados era a função de comunicação – por si só uma novidade. Propagandas enfocavam a capacidade de realizar e atender chamadas durante os momentos de deslocamento. Já estava clara, nesse momento, a aposta de que o telefone celular constituiria o elemento-chave da comunicação no futuro, atrelado aos ideais da inovação tecnológica, pontuada como garantidora de uma melhoria nas condições de comunicação.

instantâneas criados por elas mesmas, para concorrer com os aplicativos mais utilizados pelos usuários. *Uso de apps de mensagens supera SMS*. O Estado de São Paulo, 22.04.2013.

⁸¹ *Apps de mensagens substituem o SMS*. O Estado de São Paulo, 22.04.2013.

⁸² *Operadoras agora miram os serviços*. O Estado de São Paulo, 01.09.2013.

⁸³ A lista com as propagandas analisadas encontra-se anexada na bibliografia.

Um comercial do ano 2000, que tem o ex-jogador Pelé como protagonista, mostra a capacidade de realizar e atender chamadas durante os momentos de deslocamento (ao longo do filme, Pelé aparece usando seu celular enquanto viaja de carro e de trem). O filme termina com o seguinte slogan: “A [fabricante de celular] não sabe como será o futuro das pessoas, mas já sabe como elas vão se comunicar”.

Num segundo momento, um pouco mais adiante, no ano de 2002, observa-se que boa parte dos comerciais não se refere ao fato de o celular ser um artefato capaz de permitir a expressão de seus usuários apenas por voz, mas de múltiplas formas (texto, imagens, vídeos etc.). A comunicação por voz, tão salientada anteriormente, perde espaço para as novas funções que estavam surgindo nos aparelhos.

O filme começa com a seguinte frase sendo digitada numa tela (uma analogia à digitação de mensagens de texto): “Você pode dizer que ama uma pessoa de diversas maneiras”. Logo em seguida, aparecem cenas exaltando as diversas funções do celular para permitir essa múltipla forma de expressão de sentimentos: uma pessoa enviando uma mensagem de texto na qual se lê “Eu te amo”; outra enviando uma mensagem de texto na qual inúmeros corações são vistos; um rapaz enviando uma música; outro enviando uma foto na qual aparecem seus lábios exprimindo um beijo; uma moça ativando um papel de parede com um coração e, por fim, um homem gravando uma mensagem de voz. O filme termina com o seguinte slogan: “[aparelho de uma marca fabricante de celular] fala por você”. Há uma mudança na forma de vender o artefato como um objeto tecnológico que auxilia na expressão de si através de suas diversas funções. Trata-se de um aparelho que fala pelo usuário e que se encontra imbricado à sua vida, de forma a estar presente nos momentos mais íntimos – de expressar emoções e sentimentos.

Este processo continua a se expandir, concomitantemente à agregação de uma série de funções aos aparelhos, como rádio e a capacidade de ler e baixar arquivos no formato MP3. Nesse momento (metade dos anos 2000), já é possível perceber uma certa mudança nas comunicações que mostram que o celular que é mais que um telefone. Em outra propaganda, o celular é equiparado a uma caixa de som superpotente, e suas capacidades de tocar músicas são apresentadas ao lado de serviços de *download*, acompanhados pelo *slogan*: “Imagine um celular com a música que faz você vibrar”.

A inovação tecnológica dos aparelhos também traz elementos que geram apelo de compra pela comunicação do design, que se transmuta na finura e tamanho diminuto que os aparelhos foram adquirindo ao longo do tempo. Em uma propaganda, o artefato figura quase como que uma obra de arte, um representante da inovação em tecnologia – associada aos tons metálicos, rapidez de movimentos e à possibilidade de dobrar ou fechar o aparelho quando não se está usando e abri-lo facilmente com o dedo polegar.

A guinada nos formatos de comunicação ocorre, porém, com o surgimento dos Smartphones. A partir daí, as propagandas passam a vender o objeto não tanto pela sua capacidade de comunicação, mas pela instantaneidade e rapidez de resposta que possibilitam, a partir da função de conexão à Internet. Realça-se a possibilidade de não perder tempo com nada, uma vez que tudo é possível de ser resolvido com um aparelho deste em mãos.

O texto publicitário referente a um modelo de Smartphone é um exemplo claro desta mudança:

“Conecte-se a *hotspots* Wi-Fi pelo caminho para não perder nada enquanto vai do escritório a um restaurante, ao aeroporto ou para casa. Você tem um talento natural para fazer muitas coisas ao mesmo tempo, assim como seu smartphone. Não importa o que estiver fazendo, você continuará a receber mensagens, atualizações e notificações – e poderá passar de uma coisa a outra ao mesmo tempo”⁸⁴.

Além de reforçar o imperativo da velocidade e da instantaneidade, a força desse tipo de mensagem está em disseminar o ethos baseado na ideia de multitarefa enquanto símbolo da produtividade. Com Smartphones em mãos, todos são, em tese, mais produtivos e ativos no contato com os outros e com o mundo, uma vez que o aparelho é vendido enquanto chave da conexão, por permitir ao seu usuário estar contactado e hábil a responder aos fluxos de informação que lhe chegam em tempo real.

Percebe-se, assim, a tentativa de cada um dos produtores de vender o seu celular cada vez mais como um computador de bolso, atrelando o modelo anunciado à inovação em tecnologia, traduzida na rapidez na conexão e no processamento de informações, na interface de funcionamento da plataforma, que conversa com a intuição humana (pelas formas de navegação nos menus e telas sensíveis ao toque) e pelas funções cada vez

⁸⁴ Texto retirado do site do fabricante.

mais abrangentes. É assim que um modelo recém-lançado é apresentado: em português “humano como nunca antes”, ou em inglês *Designed for humans* (concebido para humanos). Seguindo essa apresentação, enumeram-se as características que fazem jus à concepção do artefato tal qual foi feita⁸⁵:

- Escolhe a melhor foto para você;
- Compartilha arquivos de forma fácil e rápida;
- Permanece aceso enquanto você olha para a tela;
- Permite assistir vídeos enquanto você utiliza outras funções na mesma tela.

O que a breve descrição desse material publicitário ajuda a perceber é como, neste processo de construção mercadológica do artefato celular, que perpassa os produtores e desenvolvedores e se desdobra para o marketing, o objeto passa por mutações, que acompanham os rumos do desenvolvimento tecnológico do aparelho, e culmina num ponto no qual o celular se torna um superequipamento. Smartphones são apresentados como verdadeiras máquinas de conectividade e convergência de funções, que transportam o mundo para a palma da mão de seus usuários. Em suma, para além da construção do celular enquanto artefato de conexão na mobilidade, o que passa a ganhar força é a venda de um mundo de conexões, a partir de uma experiência única, integrativa e sensorial com o artefato.

Inovação tecnológica, interface com o corpo humano, velocidade na conexão, acessibilidade constante. Esses são alguns dos elementos mobilizados pelo mercado na construção do celular, em sua versão Smartphone. Como veremos, eles não deixam de ser apropriados pelos usuários de forma a compor seus próprios discursos e representações acerca do artefato⁸⁶, além de pautarem as suas práticas de consumo, que os tornam usuários conectados à atualidade.

Ao se levar em consideração todos os dados apresentados, percebe-se como a construção do mercado de telefonia móvel se deu a partir de práticas diversas que envolveram não apenas a construção de uma infraestrutura material necessária para

⁸⁵ Descrição retirada do site do fabricante.

⁸⁶ O capítulo seguinte irá mostrar como, para os entrevistados, a posse de um Smartphone, para além de sinalizar um estilo de vida moderno e em consonância com as necessidades de seu tempo, coloca a experiência de acessibilidade permanente e resposta rápida às atualizações que chegam às telas, um mundo de experiências compartilhadas nas redes sociais e de relações estabelecidas cada vez mais na chave deste contato permanente via aplicativos, compartilhamento de arquivos, troca de mensagens instantâneas de forma rápida e contínua como primordiais.

colocar as redes em funcionamento, como uma série de imbricações entre produtores, operadoras e o próprio governo brasileiro, com suas políticas regulatórias e incentivos. Como resultado dessas relações, negociações e políticas de ajuste entre os mais diversos atores emergiu não apenas uma rede técnica. Vale ressaltar que esta envolve e se alimenta de uma rede do próprio mercado, na qual a conectividade é vendida como serviço essencial e necessário justamente por atrelar uma série de outras práticas de mercado ao seu funcionamento.

Porém, para explicar como o celular veio a se tornar o que é hoje, há também que se considerar o outro lado da moeda – as práticas de uso, pois é ao longo do próprio processo de apropriação do objeto que ele tornou-se o que é. Isso significa tomar emprestadas as ideias das teorias de construção social da tecnologia, que mostram que todo artefato tecnológico, para além de ser construído enquanto um bem de consumo, é um objeto que se insere nas próprias práticas e relações sociais cotidianas dos usuários, ao longo das quais coloca em cena as relações de força e respectivos conflitos, dos quais resultam negociações constantes, práticas de diferenciação e deslocamentos com relação ao que é imposto pelos produtores em sua própria conformação (BIJKER e LAW, 1992; BIJKER; HUGHES; PINCH, 1987).

Mais do que isso, os próprios usuários se constituem enquanto usuários mais ou menos ativos no uso de determinada tecnologia a partir destes processos de apropriação, nas práticas de uso que empreendem diariamente e nas formas como lidam com o objeto. Nesse sentido, vale ressaltar que, quando se fala em construção do usuário, deve-se ir além da ideia daquele que cede aos apelos da publicidade e é convencido da necessidade de aquisição do celular enquanto bem de consumo. Todos os esforços do mercado aqui apontados são apenas uma parte de uma extensa cadeia muito mais ampla que só pode ser explicada ao se considerar que o usuário também emerge como uma construção em termos de aprendizados de habilidades e capacidades técnicas para lidar com as funções oferecidas (WOOLGAR, 1992).

Os capítulos seguintes procurarão dar conta de compreender e analisar as práticas de uso e consumo dos artefatos celulares na tentativa de mostrar que a construção destes, enquanto funcionais e imprescindíveis, se faz à medida que seu usuário – enquanto ser que prescinde deste objeto – também acaba se conformando enquanto tal.

Capítulo 3 – Os usuários e construção do telefone celular: a domesticação

Vimos como, além de ferramentas que permitem a comunicação na mobilidade, os celulares foram construídos pelo mercado enquanto artefatos por excelência de conexão e acessibilidade permanentes. Porém, as dimensões da produção e do mercado não são suficientes para entender como eles chegaram a se tornar o que são⁸⁷. É na relação entre o que o mercado oferece e como a tecnologia é apropriada pelo usuário que os celulares vão sendo continuamente e cada vez mais constituídos enquanto artefatos primordiais e essenciais à vida cotidiana.

Se hoje a relação entre os usuários e seus artefatos celulares se naturalizou, é preciso reconhecer que a sua funcionalidade foi construída ao longo do tempo. Até o celular atingir o patamar atual de um objeto praticamente anexo aos seus usuários, conformou-se um processo que engloba distintos posicionamentos e discursos, além das práticas como o objeto foi sendo apropriado e ganhando novos recortes, significações e usos e se transformando na tecnologia de conexão que se nos apresenta hoje.

Ao contrário de uma mera adoção, que remete a uma atitude passiva dos usuários, defende-se aqui que é preciso entender a relação dos usuários com seus artefatos celulares a partir da ideia de apropriação. Trata-se de um conjunto de práticas que englobam as formas como os objetos são adquiridos, utilizados e incorporados à rotina dos usuários, mas também aos elementos de dissonância e negociação que surgem, conforme o uso proposto pelos produtores passa a ser questionado e revertido em práticas mais atrativas para os usuários.

Parte-se, então, de uma explanação a respeito da construção social da tecnologia, na tentativa de mostrar que as tramas de relações envolvendo os artefatos e usuários, seus posicionamentos e discursos também consistem em elementos ativos e igualmente relevantes na construção da cadeia da qual os celulares emergem como artefatos imprescindíveis. Para isso, a análise se deterá nas práticas criadas e empreendidas pelos usuários para tornar essa tecnologia mais próxima destes, bem como suas

⁸⁷ Aqui, colocamo-nos diretamente em oposição às chamadas teorias da adoção, para as quais a difusão de qualquer inovação no mercado segue, obrigatoriamente, um processo ao longo do tempo que culmina na adoção do mesmo por diferentes grupos sociais, ver Rogers (1962).

representações a respeito, buscando estabelecer um diálogo com as construções teóricas que definem tais processos de domesticação.

O intuito é articular estes elementos teóricos com a análise dos dados empíricos, que surgiram da coleta de dados realizada. Será possível preceber como os dados de campo apontam para algumas particularidades do processo de apropriação envolvendo celulares, que acabam mobilizando elementos que permitem novas reflexões acerca das teorias aqui discutidas.

A descrição e análise desta rede será complementada no capítulo seguinte, tratando das demais práticas de uso.

3.1. A teoria da construção social da tecnologia e suas contribuições para se pensar os celulares enquanto artefatos construídos pelos usuários

Imersa no campo teórico-conceitual dos embates distintos a respeito da relação entre tecnologia, cultura e sociedade, a ideia de construção do social da tecnologia se opõe ao determinismo tecnológico, este que toma a tecnologia como uma força incontornável que invade a configuração societária, transformando as práticas sem deixar espaço para a resistência ou readaptações (CHEN; 2009). Para tal posicionamento, a tecnologia avançaria por si só, segundo uma lógica própria, baseada nas ideias desenvolvidas pelos criadores que, por sua vez, não teriam qualquer diálogo com as dimensões culturais preexistentes nas práticas dos usuários, bem como seus desejos e expectativas.

Se os desenvolvedores seriam os únicos capazes de impor e prever determinados usos, conforme surgem novos objetos, aos usuários caberia apenas adotar passivamente, não havendo qualquer poder de ação para alterar os tipos de uso previamente propostos. Inovações seriam, assim, explicadas por necessidades puramente técnicas ou mercadológicas e seu sucesso na adoção pelas vantagens (econômicas, utilitárias ou sociais) percebidas pelos usuários, pela efetividade e eficiência da invenção criada e pela facilidade de uso e manuseio (ARNOLD, 2003; ROGERS, 1962).

Ao partir de uma análise mais plural e que considera que o sucesso de uma determinada tecnologia depende, sim, das formas como os artefatos tecnológicos são apropriados e

usados, os defensores da construção social da tecnologia⁸⁸ procuram mostrar como as tecnologias emergem de redes de relações envolvendo atores heterogêneos – das quais os produtores e os usuários fazem parte – e dependem das interações sociais entre eles e de processos de negociação mútua para se configurarem e virem a ser o que são (BIJKER, 1992; LAW; CALLON, 1992, WOOLGAR 1994)⁸⁹.

Steve Woolgar (1994) pontua como todo processo de inovação envolve a comunicação entre diferentes elementos e atores, como produtores e usuários. Uma vez que as práticas de comunicação entre eles encontram-se carregadas de obstáculos gerenciais, culturais e linguísticos, pois, muitas vezes, os produtores operam com certas pressuposições implícitas sobre os usuários, suas identidades, necessidades e capacidades, o sucesso de um novo produto dependerá de uma série de ajustes entre os usos pressupostos e os realmente realizados. Nesse sentido, usuários e objetos configurariam-se mutuamente, nas atividades contínuas de negociação, seja nas práticas de uso, seja nas formas como os produtores lidam e se apropriam do conhecimento que emana destas, ao realizar ajustes necessários para a adoção de uma inovação.

Assim, para se analisar o processo de desenvolvimento de uma inovação, é preciso admitir que envolve conflitos entre diferentes grupos sociais, além de questões políticas, econômicas e organizacionais (MACKENZIE, 1987). Nesse sentido, a tecnologia deve ser concebida enquanto socialmente constituída, desenvolvida de forma multidirecional e contingente, e não de acordo com uma lógica técnica interna, mas modelada pelas condições de sua criação e uso⁹⁰ (PINCH; HUGHES; BIJKER, 1992; WILLIAMS; EDGE, 1996).

⁸⁸ Além de SCOT, há outra sigla de uma abordagem que também se posiciona contrária ao determinismo e configura um campo de estudos que levanta questões semelhantes àsquelas trazidas pelas teorias da SCOT. Trata-se da ideia de formação ou modelagem social da tecnologia – SST – *Social Shaping of Technology* (MACKENZIE; WAJCMAN, 1999). Autores como Williams e Edge (1996) consideram a SST mais ampla que a SCOT, pois abordaria diferentes posicionamentos, dentre eles a SCOT e a teoria ator-rede. Para os fins deste trabalho, optou-se por usar o termo SCOT, até porque a ideia de construção parece mais aberta e adequada às ideias aqui expostas do que a de formação ou modelagem direcionada. Para mais detalhes sobre cada uma destas abordagens, ver Williams e Edge (idem).

⁸⁹ Ao tomar o processo de uso e consumo como uma etapa essencial na construção social do objeto tecnológico, as teorias da Construção Social da Tecnologia contribuíram para o desenvolvimento de um campo de pesquisa que buscava um aprofundamento das questões levantadas pela antropologia do consumo nos anos 1970 (ISHERWOOD; DOUGLAS, 2004).

⁹⁰ O que significa realizar um esforço para deixar de considerar um objeto tecnológico como algo dado ou pressuposto para teorizar a respeito dele (ORLIKOWSKI; IACONO; 2001), não apenas enquanto objeto

O que parece importante reter desta discussão encabeçada pela SCOT é que, diferentemente de uma visão mais engessada sobre as inovações e seus usos, os estudos da construção social da tecnologia apregoam que as configurações técnicas de um artefato, bem como seu valor-utilidade, encontram-se culturalmente e constantemente definidos, passíveis de serem socialmente (re)moldados pelos usuários (AKRICH, 1992)⁹¹. Em outras palavras, trata-se de trazer os usuários e suas práticas para o centro do processo de análise da construção de um objeto.

Além disso, é importante perceber como o processo de construção social de um objeto envolve não apenas as práticas de uso, mas também significados que se encontram atrelados às próprias práticas e a discursos numa articulação entre diversos atores sociais. Como mostram Campbell (2003) e Prell (2009), em cada estágio na geração e implementação de novas tecnologias entram em jogo negociações e disputas constantes entre estes atores pela interpretação e atribuição de sentido que um artefato pode vir a ter.

Da parte dos usuários, pontua-se que os imaginários sociais da tecnologia são fortemente influenciados pelo modo como as pessoas os pensam e os constroem e também pelo próprio uso da tecnologia (POWELL, 2002). Mas também é possível supor que tais imaginários sofram influência da forma como aquilo que foi pensado pelos produtores e desenvolvedores é manipulado e transmutado em discursos do marketing e da publicidade (PACEY, 2001)⁹².

Considera-se, assim, o desenvolvimento tecnológico um processo não linear que avança aos próprios passos, uma espiral com indas e vindas, uma atividade, social complexa e interativa sujeita a fatores e influências diversas, havendo dentre as opções técnicas uma série de forças sociais e materiais que as afetam. Nesse sentido, todo objeto passa a ser encarado como tendo uma história, que é formada por políticas de ajuste e negociações entre produtores, engenheiros, gerentes, experts, cientistas, vendedores, usuários etc.,

neutro e/ ou universal, mas enquanto artefato sempre implicado na ação e no efeito e sempre inserido em algum tempo, espaço, discurso e comunidade (GRINT and WOOLGAR; 1995).

⁹¹ Como mostra Akrich (ibidem), os objetos técnicos definem um *script* – um programa de ações para os usuários, atribuindo papéis a certos tipos de atores e autorizando certos modos de relação entre eles, mas os mesmos podem ser contestados, refeitos, remoldados em antiprogramas de ação.

⁹² Segundo Woolgar (1994), entre ambas as pontas da cadeia que liga produtores e usuários há uma série de atores intermediários, como profissionais do marketing, jornalistas e formadores de opinião, com posições estratégicas relevantes para intervirem na interpretação e uso que é feito das inovações.

nas quais se mobilizam diversos significados sociais, políticos, econômicos, culturais etc. (SILVERSTONE e HADDON, 1996).

Se levarmos tudo isso a sério, chegaremos à conclusão de que a produção social da tecnologia deve ser encarada como um processo multissituado e multivocalizado (SØRENSEN, 2005)⁹³ que envolve relações, saberes, desejos e técnicas atrelados a um conjunto de práticas que se referem não só à cultura da organização que produz a tecnologia, mas ao mercado e às formas como o marketing a coloca em venda, além da própria cultura dos usuários, nas suas distintas práticas de apropriação (SILVERSTONE; MORLEY; DAHLBERG; LIVINGSTONE, 1989).

Isso ajuda a entender por que determinados objetos atingem ampla aceitação enquanto outros fracassam. Para além da construção pura e simples a partir dos produtores e sua venda por estratégias de marketing, tem-se um processo no qual o usuário também tem de encontrar a tecnologia e adotá-la. E as razões para tanto (ou não) vão além de justificativas utilitárias ou racionais, como preconizam as teorias da adoção.

Isso pressuposto, procura-se, neste capítulo, considerar que se o telefone celular se tornou o que é hoje, não se deve apenas ao mercado que o vendeu enquanto objeto que garante a conectividade permanente. Por isso, a aposta, aqui, foi considerar ambos os lados – o mercado (produtores e comercializadores de serviços de conexão) e usuários e suas práticas – como igualmente relevantes e complementares no processo de construção social dessa intrincada rede que envolve elementos verbais, materiais, ações e discursos de atores diversos na qual os celulares ganham importância crescente.

O que implica levar a sério o postulado de que, em sua produção, artefatos não se encontram isolados, mas imersos num complexo sistema envolvendo uma série de atores, práticas, significados, relações sociais e outros artefatos que se constituem mutuamente e conformam tramas de relações, que contribuem para que eles sejam concebidos tais como são.

Entender a interface que se circunscreve ao redor do objeto, englobando textos e discursos, escritos e reescritos nos momentos de produção, circulação e consumo é o que pauta, assim, grande parte deste trabalho. Acredita-se que assumir o posicionamento

⁹³ Termo referente à polifonia de discursos existentes sobre determinado artefato (Sørensen, *ibidem*).

que a construção social da tecnologia ocorre no esteio destas relações entre produção e consumo é o que ajudará a antever com maior propriedade o jogo de forças entre empresas e consumidores e os embates que se colocam continuamente sobre as formas de uso e consumo deste artefato celular.

Como já se salientou, não se trata de mostrar como este processo ocorreu desde seu início, quais foram as decisões que confomaram certas continuidades e geraram outras tantas descontinuidades. Esses seriam, sem dúvida, temas importantes a se considerar. No entanto, seus resultados apontariam para outra pesquisa, diferente desta.

A proposta aqui é contemplar não o começo, mas a continuidade de um processo no qual os telefones celulares têm constantemente se remoldado no jogo de relações entre mercado e consumo. Optou-se, assim, por analisar apenas parte desta dimensão presente nesta cadeia composta por práticas, elementos técnicos, funções e discursos em disputa num período específico de tempo (o intervalo de realização desta investigação).

Começamos, então, pelas práticas de uso, pois elas constituem a porta de entrada para que todo este complexo sistema no qual os artefatos e sua funcionalidade emergem se revele. Para tanto, lançaremos mão da noção de domesticação da tecnologia, proposta por alguns estudiosos que buscam compreender as formas como os objetos são absorvidos e incorporados às rotinas de quem os utiliza. Ao mostrar como os celulares se tornam associados a práticas, pessoas, significados e discursos será possível compreender o que estes artefatos vieram a se tornar, após anos de apropriações sucessivas por parte dos usuários.

3.2 A domesticação: decifrando o conceito

Mais do que corroborar as distintas teorias que tratam do consumo como forma de gerar significados sociais, estabelecer relações e marcar diferenças, a noção de domesticação da tecnologia traz à tona a necessidade de entender mais profundamente como o objeto tecnológico é constantemente reproduzido ao longo das práticas de uso e apropriação. Termo que remete ao ato de “domar” animais e plantas selvagens, de acordo com os interesses humanos, adaptando-os às condições impostas e visando atender determinados requisitos, quando transplantado para a teoria social, a

domesticação torna-se uma metáfora conceitual para entender e analisar os usuários e suas relações com as tecnologias. O pressuposto, aqui, seria o de que, assim como animais e plantas, as tecnologias também são “selvagens” e precisam ser “domadas” pelos usuários para que possam ser utilizadas enquanto objetos (HADDON, 2011)⁹⁴.

Com ênfase dos estudos de domesticação encontra-se, assim, na investigação do processo de consumo como um todo, para além dos significados dos bens e dos desejos e motivos para a aquisição (ou não⁹⁵), busca-se entender como eles são incorporados à rotina do lar e como o seu uso se desenvolve nesse contexto, levando à combinação de elementos materiais e simbólicos na conformação de novas relações, hábitos e posicionamentos (Haddon, 2011).

Hartmann (2013) mostra como o conceito de domesticação surge de duas fontes de pesquisa distintas. De um lado, os estudos britânicos de mídia, que se concentraram na análise do uso e apropriação de objetos⁹⁶ como rádios, televisores, videogames, videocassetes, computadores (e dos mídia veiculados por eles) no conjunto da vida doméstica (SILVERSTONE; MORLEY; DAHLBERG; LIVINGSTONE, 1989; SILVERSTONE; HIRSCH; MORLEY, 1992; SILVERSTONE e HADDON, 1996; HADDON, 2001, 2011). De outro, os estudos escandinavos de ciência e tecnologia que usam a domesticação no sentido mais amplo de apropriação das tecnologias em diversos ambientes (Estado, lares, criação de discursos e de práticas, regras etc.) (SØRENSEN, 2006). Nesse contexto, a ideia de domesticação das TICs tem de ser compreendida enquanto pautada nessas duas vertentes. Vejamos uma a uma.

⁹⁴ Aqui, os estudos de domesticação opõem-se claramente à visão determinista de alguns autores, como por exemplo, da teoria da adoção (ROGERS, 1962), para quem a adoção dos objetos pelos usuários daria-se com sucesso de forma crescente (a famosa curva em S), em cinco estágios de aceitação da inovação: conhecimento, persuasão, decisão, implementação e confirmação. Embora Rogers afirme que o processo de adoção seja de construção social, uma vez que depende da forma como o objeto inovador é recebido nos diversos contextos, a crítica de alguns estudos de domesticação a teorias como esta é que estas não dão conta de explicar que o processo de adoção ou não de uma tecnologia é mais complexo e envolve desde a tomada de decisão para a aquisição até diversas formas de uso e tentativas de adequar os objetos à vida cotidiana após a inovação ser adotada. Estudos da domesticação visam preencher justamente essa lacuna.

⁹⁵ A não aquisição e não utilização de certos objetos também é tema dos estudos de domesticação (HADDON, 2006).

⁹⁶ Alguns estudos de domesticação tomam um conjunto de objetos para análise, enquanto outros focam em um ou outro objeto específico.

Segundo Silverstone e Haddon (1996), a domesticação procura entender os processos através dos quais os objetos encontram um lugar no restante da vida doméstica, como as pessoas os experienciam e o papel que têm em suas práticas cotidianas. Trata-se de entender as estratégias, construções e negociações que ocorrem dentro do contexto doméstico, pois a partir do momento em que os objetos chegam ao lar, estes passam a ser incorporados e redefinidos em diferentes termos, de acordo com os valores e interesses de cada esfera doméstica. Indivíduos e lares desenvolvem práticas específicas para acompanhar as tecnologias e regras que visam controlar o seu uso (HADDON, 2006).

Sendo assim, esta primeira vertente dos estudos de domesticação baseia-se na ideia de que cada lar consiste numa unidade econômica e cultural, capaz de se autodefinir em termos morais, emocionais, estéticos. Caberia entender como os objetos se tornam “absorvidos” e integrados à vida familiar e como afetam a “economia moral do lar”⁹⁷.

Entram em cena, então, processos para “domar” as tecnologias (HADDON, 2011), no sentido de trazê-las para o fluxo da vida cotidiana e integrá-las à economia moral do lar, que podem ser descritas através de uma dinâmica de fases que se sucedem e, em alguns casos se sobrepõem. Neste caso, a domesticação é vista como um processo, que ocorre à medida em que os objetos circulam e entram em relação com a economia moral do lar.

A primeira das fases deste processo é a comoditização (SILVERSTONE, 2006), que se refere à forma como os objetos e tecnologias emergem em um espaço público de valores de troca, em um mercado de imagens competitivas e reivindicações funcionais. Objetos não chegam ao consumidor de forma neutra, a comoditização “prepara o terreno” para que a compra ocorra. Nesse sentido, entram em cartaz os discursos e práticas do design e do marketing, que investem nos objetos determinados imaginários. Ou seja, trata-se da forma como os objetos chegam à nossa consciência e são imaginados.

A apropriação ocorre logo em seguida, no momento da venda, quando o objeto deixa o mundo da mercadoria, e o sistema geral de troca e equivalência e se torna um objeto

⁹⁷ Conceito desenvolvido por Silverstone, Hirsch e Morley (1992) para explicar a capacidade do lar de criar e manter sua autonomia e identidade como uma unidade cultural, econômica e social. O lar é concebido como uma economia moral porque é pautado em histórias, biografias e políticas do lar e de seus membros e mantém uma relação dialógica com a economia pública de troca de mercadorias e significados.

autêntico para seu usuário. Esse processo, porém, é longo e engloba outros três processos – a objetificação, a incorporação e a conversão.

A objetificação está relacionada à forma como os objetos são socialmente adaptados no ambiente doméstico, ou seja, como eles são espacialmente colocados na casa, o que revela a lógica classificatória na construção do ambiente do lar.

A incorporação, por sua vez, está atrelada à objetificação, na medida em que se refere à reflexão sobre como o uso de determinado objeto se enquadra na rotina dos usuários, ou seja, às várias formas nas quais o objeto é incorporado material ou simbolicamente. Porém, enquanto a objetificação está mais preocupada com os aspectos espaciais, a incorporação se refere aos aspectos temporais, a saber com o processo no qual o objeto tecnológico encontra um espaço na economia moral do lar, de forma a ser incorporada à rotina da vida cotidiana. Ao longo do tempo, mais funções são acrescentadas, outras esquecidas, outras são criadas para além as intenções dos produtores.

Por fim, a conversão define as fronteiras entre o mundo doméstico e o ambiente externo e pode ser entendida como uma etapa final do ciclo de domesticação. Trata-se de entender a forma como os objetos são mobilizados por nós (como *status*, parte de nossa identidade), os significados nele investidos e a forma como os exibimos aos demais. Nesse contexto, a economia moral do lar é tida como a geradora das bases para a negociação e transformação do significado (quando este tem importância no mundo externo), ou seja, a conversão de significados privados em sociais, como distinção, ostentação etc.

A apropriação consiste, assim, no processo que começa na objetificação, quando o objeto deixa o mundo das mercadorias e é adquirido, passa a ter um usuário e termina na conversão (SILVERSTONE; HADDON, 1996).

Outra chave para entender a ideia de domesticação é mais ampla, uma vez que interessada em qualquer tecnologia e em qualquer forma de apropriação, não necessariamente via integração ao lar. Sua base são os estudos noruegueses de ciência e tecnologia que usam a domesticação no sentido mais amplo de apropriação das tecnologias em diversos ambientes (Estado, lares, criação de discursos e de práticas, regras etc.) (SØRENSEN, 2006).

O intuito destes estudos é entender as complexidades da performance humana com relação às tecnologias através de sua posse e do uso, mas também pelas formas como as pessoas e grupos criam junções ou redes de artefatos, articulados entre si, seja através de práticas materiais, seja através de repertórios coletivos e repositórios de ações e significados.

Nesse sentido, a domesticação refere-se a uma coprodução de características sociais e técnicas, que envolve a construção de um conjunto de práticas relacionadas a um artefato, através de rotinas de uso, mas também o estabelecimento de instituições para regular esse uso (Sørensen, 2006, p. 7). Trata-se de processos de aprendizagem social do uso de determinado objeto, além da construção de normas e regras relacionadas ao bom uso dele.

Na visão do autor, isso deve ser analisado como transcendendo a esfera do lar, uma vez que se trata de processos envolvendo instituições e a construção de discursos. Em outras palavras, a domesticação de um artefato tecnológico pode ser descrita como um processo associado a práticas, significados, pessoas e outros artefatos (Sørensen, 2006, p.8). Entendê-la implica, assim, compreender que este não se encontra isolado e é a atuação deste conjunto de elementos que contribui para que ele seja domesticado tal como é.

Segue, nas próximas linhas, uma tentativa de compreender como o processo de domesticação dos celulares se deu e tem se dado para os entrevistados desta pesquisa, buscando sempre travar um diálogo e propor uma releitura da literatura aqui exposta. Além de problematizar o conceito de domesticação e pontuar alguns deslocamentos, quando se pensa na apropriação dos telefones celulares, espera-se também mostrar como a apropriação se trata de um processo, com idas e vindas, cheio de ambivalências e no qual os celulares emergem conjuntamente com a configuração de seus usuários (WOOLGAR, 1992).

Pretende-se, assim, realizar um exercício no sentido de pensá-los metaforicamente enquanto textos, conforme proposto por Steve Woolgar – textos que são escritos e constantemente reescritos nas práticas cotidianas de uso e consumo, em que se pode observar uma relação de tensão com a retórica⁹⁸ imposta pelo mercado sobre as formas

⁹⁸ Retórica pois se assume aqui, com base em Silverstone, Morley, Dahlberg; Livingstone (1989) e Akrich (1992), que tecnologias envolvem formas de coação de usos, através de discursos e *scripts*

de uso destes artefatos, que variam de acordo com a leitura e interpretação que é feita destes por seus leitores-usuários. Pretende-se neste percurso tornar clara a compreensão do que é criado e mobilizado pelos usuários no processo de construção social do objeto.

3.3. A domesticação dos celulares: tramas de relações entre usuários e objetos, representações e usos cotidianos

Como grande parte dos estudos a respeito de práticas de uso de telefones celulares, e creditados sob o cunho de estudos de domesticação, pouco se refere ao conceito em si e às relações entre essas tecnologias e os membros do lar⁹⁹, é preciso levar em consideração algumas reflexões da teoria social acerca dos novos contornos que a noção de domesticação ganha, quando se pensa em estudar esses artefatos. Em primeiro lugar, os argumentos colocados pelos estudiosos escandinavos ajudam a consolidar a ideia de que, no caso da domesticação de celulares, considerando-se os elementos pontuados por Haddon e Silverstone, é preciso rever e compreender o conceito para além da noção de “economia moral do lar”, uma vez que não se trata de um objeto doméstico propriamente dito, cujos usos e regras de utilização são renegociados entre os membros da casa, e sim de um objeto individual, com presença constante nos espaços públicos e privados fora do lar e que coloca em relação pessoas situadas em diferentes contextos para além do doméstico.

Os próprios estudiosos britânicos, defensores dessa vertente, afirmam, por sua vez, que não cabe enxergar a domesticação como um processo que só acontece dentro da esfera doméstica (SILVERSTONE; HADDON, 1996) e, especificamente com relação aos celulares, Haddon (2001; 2006) aponta que o advento destes objetos, cuja presença é constante em todos os momentos da vida, chama a atenção para como a estrutura do conceito de domesticação deve ser repensada e expandida para considerar interações com essas redes sociais mais amplas fora de casa. Em outras palavras, seria preciso rever o nível de análise e levar a sério a especificidade que pauta a análise da

construídos pelos produtores que nos forcem a comprá-las, usá-las e entendê-las de determinadas formas. Retórica esta composta por seu design, seus apelos funcionais e que visam constituir a identidade do artefato de uma certa maneira.

⁹⁹ Para mais detalhes, consultar Haddon (2001); Nafus e Tracey (2002); Rakov e Navarro (1993), Ito e Okabe (2006).

domesticação dos objetos tecnológicos como os celulares, pois eles acabam colocando em jogo o pressuposto da economia moral do lar e suas fronteiras.

Nesse sentido, Haddon (2005) pontua que os estudos de domesticação das tecnologias da informação devem focalizar as formas como as pessoas lidam com elas tecnologias no cotidiano, como criam usos inventivos ao invés de serem apenas afetadas por elas. Isso significa voltar o olhar para a relação travada entre artefatos e seus usuários, pois é nas práticas de consumo que se revelam as facetas da domesticação, que vão além da mera apropriação.

Dentro do escopo da presente pesquisa, o que se pretendeu foi justamente dar conta dessa ampliação do escopo de análise. Tanto que as dimensões escolhidas para estudo contemplam as esferas da circulação e do consumo destes objetos.

Buscou-se compreender a domesticação dos celulares como um processo cujas dimensões se dão independentemente dentro do lar ou fora dele. Isso exigiu repensar algumas ideias a respeito da domesticação e adotar um posicionamento mais alinhado às teorias escandinavas, tomando-a como uma série de eventos referentes à relação dos usuários com seus celulares que coloca em evidência uma longa cadeia de práticas, elementos e discursos em disputa, ao longo do processo de consumo desta tecnologia. Para tanto, realizaremos a seguir uma discussão das etapas de domesticação, ao retrabalhar os elementos teóricos propostos pelos estudos britânicos, com base na análise de algumas práticas e discursos de usuários de telefones celulares, obtidos a partir da coleta de material empírico.

Comoditização

Conforme aponta Silverstone (2006), a primeira fase da domesticação – a comoditização – é um processo de duas facetas, que envolve tanto os discursos criados pelo mercado a respeito do objeto a ser vendido quanto os imaginários¹⁰⁰ dos possíveis usuários, reagindo à apresentação do mercado realizada pela publicidade. Uma vez que a construção do imaginário dos celulares via publicidade dos aparelhos e dos serviços de comunicação (oferecidos pelas operadoras) que eles permitem realizar já foi abordado no capítulo anterior, o foco da análise da comoditização voltar-se-á aos

¹⁰⁰ E, aqui, vale lançar mão da ideia de “imaginário” tal como mobilizada por Appadurai (1996). Para o autor, a imaginação constitui um campo organizado de práticas sociais que englobam as formas de construções de si e do mundo.

discursos dos possíveis usuários e à forma como estes artefatos fazem parte do imaginário. Para isso, lançaremos mão de alguns discursos obtidos a partir das entrevistas realizadas.

Uma vez que os relatos obtidos e aqui expostos são de pessoas que já possuem contato com os telefones celulares há pelo menos um certo tempo, há que se admitir que a ideia de imaginário não parte de uma construção gerada a partir de uma situação de ausência de contato com o celular, mas que é também fruto da própria experiência de uso que já se desenrola há algum tempo. O resultado que aqui se apresenta pode, assim, ser visto como parte de um determinado estágio na relação entre celulares e seus usuários – relação esta que não toma os primeiros enquanto objetos desconhecidos.

Ao analisar os discursos dos usuários sobre as representações que os celulares assumem em seus imaginários, percebe-se como estes são associados, primeiramente, às novas possibilidades de comunicação que inauguram. Nos diversos relatos colhidos, é grande a quantidade de expressões a respeito da praticidade na comunicação que é possível realizar e da sensação de liberdade que esta novidade proporciona. Praticidade associada à possibilidade de contato com quem se desejar, no momento e local que se escolher:

“Alegria em poder conversar com algumas pessoas em qualquer lugar que eu esteja, sensação de liberdade de praticidade... Satisfação em poder estar em vários lugares ao mesmo tempo, que a interatividade de hoje nos proporciona! Isso representa algo importantíssimo pra mim, por em dias corridos como são os meus, devido a trabalho, faculdade etc., posso me comunicar em tempo real com a maioria dos meus amigos!” (*Paulo, 20 anos*)

Aqui, percebe-se como a referência à praticidade se atrela à possibilidade de superar distâncias e demais barreiras que se colocam nas situações de comunicação com os pares. E tudo isso é visto como liberdade. Para Paulo, seu celular “remete à liberdade de poder comunicar onde eu estiver”. Da mesma forma, Maysa, uma jovem de 26 anos, afirma que o artefato remete a um “sentimento de conforto e proximidade de tudo e todos que gosto e estão longe de mim”.

A possibilidade de superar as fronteiras e se comunicar com quem está longe é, assim, um dos elementos que compõem o imaginário acerca dos telefones celulares. Em outras palavras, os usuários enxergam-se como capazes de ultrapassar limites espaciais. Vale salientar que este imaginário dialoga claramente com as metáforas conceituais de

desterritorialização e reterritorialização – explanadas no primeiro capítulo. A possibilidade de fazer a voz viajar quilômetros de distância e, assim, forjar a situação de comunicação por copresença contribui para que os entrevistados afirmem que se sentem como se estivessem em vários lugares ao mesmo tempo, conforme realizam ou recebem chamadas.

É preciso, porém, ressaltar que o que sustenta o imaginário de praticidade é também a ampla aceitação de uma nova forma de relação com tempo. Como já foi visto, novas temporalidades entram em jogo, associadas ao regime de velocidade de circulação da informação e, com elas, o imperativo da acessibilidade permanente. Nesse sentido, a ideia de poder fazer um melhor uso do tempo ganha força, uma vez que, teoricamente, com um celular em mãos, torna-se possível acessar todos os contatos, a qualquer momento que se desejar fazê-lo, ou poder ser acessado a todo momento:

“Celular, para mim, é sinônimo de comunicação rápida. Consigo ter esta sensação por poder resolver muitos problemas através do celular, sempre de forma rápida e instantânea”. (*Maria Luiza, 40 anos*).

Vista por este ângulo, a ideia de praticidade que envolve a representação do artefato refere-se também à possibilidade de poder reagir no momento do agora, sem deixar nada para depois. Em suma, é também em diálogo com o primado da resposta rápida enquanto necessidade que o imaginário do celular se coloca, enquanto aquele aparelho que permite resolver tudo em poucos cliques ou toques na tela.

Vale ressaltar que essa sensação de comodidade e comunicação em tempo real potencializa-se devido ao fato de a instantaneidade se concretizar via conexão à Internet. Assim, grande parte das vezes, a ideia de Smartphone enquanto computador de bolso – e o que ele permite fazer – é o que tem dominado as representações de facilidade de comunicação e de acesso ao mundo, quando se pensa no telefone celular:

“Temos a comodidade de ter em mãos um grande poder de informação e facilidade de com poucos cliques conseguir conduzir e administrar o que fazíamos antigamente apenas no PC”. (*Vagner, 29 anos*).

Acesso à informação em tempo real, contato com os outros na forma de mensagens instantâneas, buscas continuadas de pessoas, fatos, lugares, enfim, tudo o que poderia ocorrer com o uso de um computador torna-se também possível através de um

Smartphone, a ponto de se afirmar, como faz Paulo, um dos entrevistados, a possível substituição do primeiro em detrimento do segundo: “quem tem um Smartphone hoje em dia não precisa mais acessar o computador”.

Em suma, devido às novas configurações tecnológicas que permitem acesso à rede, celulares são reconhecidos enquanto objetos tecnológicos que ampliam as possibilidades de acesso ao mundo, na medida em que permitem buscar informação em tempo real e facilitam práticas de comunicação instantânea que se assemelham aos programas inicialmente desenvolvidos para computadores. Nota-se, também, como a ideia de acessibilidade constante ao outro se amplia e transborda para a ideia de simultaneidade de tempos, metáfora já explanada anteriormente:

“Posso quase estar em todos os lugares ao mesmo tempo. Saber de várias coisas ao mesmo tempo. Sou sedento por informações e, para mim, essa é a principal função do celular”. (*Luiz, 30 anos*).

O regime da acessibilidade permanente, ao qual vários usuários se submetem, é o que garante a percepção de que nenhuma informação será perdida ou forma de comunicação será vetada, desde que o usuário aceite ficar o tempo todo ligado às redes de conexão. Nesses casos, o imaginário que se tem do artefato não deixa de estar associado ao sentimento de segurança, por permitir saber, como afirma Vagner, que se pode “conversar com pessoas queridas e pedir ajuda, conselhos, etc, a qualquer momento”. Para Luiz, o imaginário de segurança atrelado ao celulares se resume à sensação de “conseguir resolver tudo em tempo real e ter segurança que nada vai passar despercebido”. Maria Luiza exemplifica a tranquilidade que a conectividade permanente gera em seu dia a dia:

“Se tenho um imprevisto e não consigo chegar ao trabalho, casa ou a qualquer encontro tenho como me comunicar com os que me esperam, sem dar margens para desespero ou irresponsabilidades”. (*Maria Luiza, 40 anos*).

Não se pode, aqui, deixar de revelar a associação que muitos entrevistados fazem entre se colocar como acessível e sentir-se seguro, pois no controle da situação:

“Estar no controle para mim é ter a sensação de estar controlando o que se passa no dia-a-dia, via notícias que chegam na tela do meu aparelho e também na minha vida – é poder

utilizar o celular para agendar e lembrar tarefas, armazenar dados, manter contato com os outros.” (*Vivian, 21 anos*).

É evidente que parte destes discursos aqui apresentados não deixa de se referir ao que é vendido pelo mercado enquanto grande vantagem deste dispositivo de conexão – como já foi visto no capítulo anterior. Trata-se de conferir ao celular o posto de ferramenta de controle e gerenciamento da vida cotidiana mais seguro, confiável e agradável que se possa ter. Porém, o que mais salta aos olhos é como a ideia de controle – de dados, informações e do acesso ao outro e da possibilidade de controlar a própria acessibilidade ao mundo através da conexão que os celulares permitem – é visto como algo extremamente positivo pelos entrevistados¹⁰¹:

“Ele representa uma forma fácil de entrar em contato com quem eu preciso, de estar no controle: poder ter acesso à informações no momento em que precisar e de estar em contato com quem importa, inclusive em situações de emergência.” (*Vagner, 29 anos*).

Um outro lado desta dimensão de controle será apontado em um momento posterior. Por ora, pretende-se discorrer sobre outro elemento percebido, na análise dos discursos relacionados ao imaginário do telefone celular, e que se relaciona com a forma como a noção de tecnologia é concebida. O celular aparece como um dos principais representantes da era tecnológica o que, no imaginário dos entrevistados, se configura de forma positiva.

Nas palavras do entrevistado Luiz:

“A principal sensação que o celular me traz é a certeza de estar inserido no mundo, ele me traz a sensação de estar em dia com a tecnologia acompanhando o avanço tecnológico.” *Luiz, 30 anos*.

Isso dialoga com a pesquisa realizada por Silva (2010) que mostra como no caso do Brasil os celulares desempenham um papel importante na construção da identidade e do mundo social, uma vez que se encontram situados em determinado local da cadeia de significados de nossa cultura e assumem o papel ativo de possibilitar a inclusão

¹⁰¹ Não se trata, aqui, de fazer um julgamento moral do imaginário dos entrevistados. O que se procurará fazer, em um momento posterior, é apontar para como estas ideias de praticidade, liberdade e segurança podem também ser revertidas em situações nas quais as vidas de todos os usuários tornam-se facilmente passíveis de gerenciamentos e controles externos, uma vez que tornam-se presas às cadeias sociotécnicas de conexão via telefone celular.

simbólica em uma sociedade regida pela lógica da instantaneidade, mobilidade e conectividade¹⁰².

A noção de avanço tecnológico é compreendida pelos entrevistados como benéfico – um movimento da sociedade em direção ao avanço, à atualização, ao que há de mais novo, visando à melhoria da vida das pessoas¹⁰³. Isso se confirma com o depoimento de Maysa, uma jovem de 26 anos, que afirma que “no atual mundo globalizado, o celular é uma ferramenta imprescindível e indispensável, quase uma regra”. Não possuí-lo significa estar excluído perante os padrões impostos pela sociedade contemporânea. É estar desatualizado, ficar para trás.

Dessa forma o imaginário do celular também dialoga, enquanto objeto tecnológico, com elementos que conferem um sentido de modernidade à sociedade brasileira e àqueles que o possuem. Possuir e usar um celular torna-se uma maneira de *estar no mundo*, em outras palavras, sentir-se integrado em uma sociedade pautada cada vez mais pelos ditames da inovação tecnológica.

Vimos como o trinômio conectividade, acessibilidade e velocidade contribuem para construir os pilares do imaginário que grande parte dos entrevistados possui acerca dos telefones celulares. Imaginário este construído e povoado pelas ideias de trânsito entre espaços, simultaneidade de tempos, segurança e controle. Suportados pelos avanços tecnológicos constantes, são estes elementos que permitem encarar o celular como o artefato por excelência da comunicação e de acesso à informação de nossos dias.

Porém, tais imaginários consistem numa pequena ponta do *iceberg* da construção social do objeto pelos usuários. Após a fase de comoditização, entra-se, de fato, no processo de domesticação pela aquisição do objeto e pelas práticas de incorporação deste à rotina de cada um. Como a apropriação envolve momentos distintos, busca-se, a seguir, com o intuito de realizar uma análise mais detalhada do processo, olhar para cada uma das

¹⁰² Da mesma forma, Colombo e Scifo (2005) mostram como, para os italianos, a posse de um aparelho moderno representa estar à frente de seu tempo e pertencer a grupos sociais mais jovens.

¹⁰³ Não se trata aqui, de tomar partido deste posicionamento, mas de revelar que um dos efeitos dessa visão de mundo acerca da tecnologia acaba por enveredar para uma postura muito mais aberta às novidades tecnológicas lançadas pelo mercado. Apesar disso, não se acredita que tal abertura garanta o sucesso de imediato e aceitação plena de todo e qualquer produto tecnológico lançado, pois, como já se demonstrou, o sucesso ou o fracasso de toda inovação depende da forma como ela dialoga ou não com o modo de vida dos usuários e como estes se encontram dispostos ou não a adotar determinado *script* proposto pelos produtores.

fases separadamente. Contudo, é preciso salientar que se trata de um exercício de construção a partir de tipos ideais. Na realidade, sabe-se que essas fases mesclam-se umas às outras, uma vez que o campo das práticas sociais de manipulação dos objetos é bem mais dinâmico e menos engessado do que o modelo concebido pelas teorias de domesticação.

Apropriação fase I: objetificação

Embora originalmente a objetificação diga respeito à forma como os objetos são adaptados aos espaços do ambiente doméstico, ao analisar o processo de objetificação dos celulares, percebe-se como tal processo não se coloca nestes termos, uma vez que não se trata de um objeto doméstico, e sim de uma tecnologia individual, que permanece boa parte do tempo acoplada ao corpo (ou nas proximidades) de seu usuário. Sendo assim, uma via de se analisar a objetificação dos celulares pode se dar ao encarar as tentativas de adaptar tais objetos não ao lar de seus usuários, mas à sua forma de ser e estar no mundo.

A literatura a respeito da apropriação tende a caracterizar o processo a partir de dois elementos conceituais distintos. Por um lado, Bar, Pisani e Weber (2007) chamam de infiltração barroca práticas que visam tornar os objetos adquiridos artefatos autênticos, com características que reflitam a personalidade e os estilos de vida de seus usuários. A busca por alterar os aparelhos e seus aplicativos, de forma a dotá-los de características semelhantes às preferências de seus donos seria, assim, uma forma de apropriação caracterizada por uma atitude mais conciliadora da parte dos usuários, uma vez que as alterações realizadas são feitas na parte externa dos aparelhos e envolvem mais questões estéticas do que de *hardware*.

Numa outra vertente, Mc Cracken (1990) fala em “rituais de posse”. Tais práticas são vistas como atividades que desempenham a importante função de superar a natureza inerentemente alheia dos produtos fabricados em massa e habilitar os consumidores para adquirir o título de propriedade dos bens em questão, ao se assimilá-los ao seu mundo de sentido. Nesse contexto, a simples experimentação das funções – o chamado “fuçar” – bem como as práticas de customização podem ser consideradas rituais de posse.

Tal customização pode ganhar forma a partir de práticas distintas que envolvem desde a aquisição e colocação de capinhas (geralmente de acrílico), películas para evitar riscos

na tela, colagem de adesivos, configuração do fundo de tela do aparelho com fotos ou imagens que remetam à individualidade e aos gostos pessoais dos usuários, além da configuração de toques de músicas escolhidas pelos usuários. Abaixo alguns exemplos:

Figura 2 - Foto de um fundo de tela religioso, como forma de assegurar proteção ao usuário ao aparelho – Mulher, 27 anos.

Figura 3 - Foto de fundo de tela da marca Adidas – Homem, 25 anos.

Figura 4 - Foto de capa para celular com encaixe para os dedos – Mulher, 21 anos.

Figura 5 - Foto de capas para celular coloridas, de diversos motivos – Mulher 26 anos.

Estas práticas de customização dialogam claramente com o que já foi amplamente discutido por antropólogos a respeito do consumo de bens. Como qualquer outro bem, mas mais provavelmente exposto que boa parte deles porque sempre à mão, o telefone celular constitui um objeto de status e, por isso, um bem extremamente comunicante, que muito revela sobre seu usuário (ISHERWOOD; DOUGLAS, 2004; SAHLINS, 2003):

“Gosto de ter muitas opções de capinhas para fazer variações de acordo com a roupa que eu uso ou cor da bolsa, sapato, cinto, entre outros.” (Ana, 19 anos).

A fala da entrevistada acima descrita permite perceber como o que está em jogo na prática de objetificação é a tentativa de uma modificação que visa tornar o objeto mais familiar ao usuário e mais distante de seus semelhantes produzidos em massa. Porém, mais do que isso, trata-se de uma prática de criação de sentido voltada para o mundo com o qual o usuário dialoga – ou quer dialogar – a partir da apresentação de um objeto que não deixa de ser uma extensão de si. A frase da entrevistada Vivian deixa transparecer este fato:

“Então tento pôr as capas para ficar o mais diferente possível, pois não gosto muito de ser igual a ninguém. Acho que deveria ter loja ou até um site que pudéssemos montar nossos aparelhos com nosso estilo.” (Vivian, 21 anos).

Vale ressaltar que faz parte de uma construção do próprio mercado vender a possibilidade de criação de sentidos autênticos que se sustentam em produtos específicos, destinados a uma infinidade de gostos. Afinal, todos estes acessórios são comercializados também em massa, mas ao mesmo tempo se apresentam como únicos,

devido à infinidade de modelos existentes. Nesse sentido, a construção social do celular pelo usuário enquanto um bem individualizado não passa imune ao que o mercado lhe oferece.

Porém, o que as observações de campo permitem afirmar é que existem recortes de gênero e de estilos de vida em tais práticas de apropriação. Enquanto mulheres mais jovens gostam de variar as capas e geralmente escolhem cores mais chamativas e detalhes com bichinhos, mulheres mais velhas preferem uma apresentação mais “séria” de seus aparelhos. Da mesma forma, homens escolhem tons mais sóbrios, como cinza, preto ou branco, enquanto entre adolescentes e jovens há a possibilidade em encontrar referências a times de futebol, dentre outros.

Vale notar como o processo de construção social do que o objeto telefone celular vem a se tornar tende a passar, mais ou menos intensamente, por uma fase na qual ele ganha caracteres que o tornam distinto de uns e mais próximo de outros, porque atrelado a determinado usuário e estilo de vida. É, assim, que o celular é construído não apenas para seu usuário, mas este, neste processo de criação de sentido para si também gera sentidos socialmente importantes e compreensíveis ao todo social.

Ao nos determos neste campo de práticas, pode-se perceber um deslocamento na ordem das etapas do processo de apropriação. Enquanto um outro estágio da apropriação, a conversão ganha sentido concomitantemente às práticas de objetificação. É no embaralhamento constante no qual se apresentam no conjunto social e na sua articulação intrínseca – no caso dos telefones celulares – que diferenças sociais (de classe e estilos de vida) são produzidas e comunicadas. Como toda ação social, a objetificação e a conversão são significantes e revelam um pouco da sociedade nas quais elas são produzidas e da forma como se encara os celulares que por ela circulam.

E os relatos colhidos permitem perceber como os telefones celulares além de ajudarem a compor o estilo de vida de seus usuários são apropriados para expor este estilo, pelo elemento mais intrínseco que carregam consigo e que refletem – a tecnologia. Conforme relata a entrevistada Ana:

“Um belo e moderno aparelho também é uma forma de chamar a atenção das pessoas, as pessoas notam o celular e por causa dele você pode se tornar atraente. O celular compõe um estilo.” (Ana, 19 anos).

Como visto na seção anterior, o apreço por inovações tecnológicas no campo da telefonia móvel é uma característica de parte dos entrevistados desta pesquisa. Articulando este fato com as práticas de apropriação, é possível dizer que o gosto por novidades também é socialmente distintivo, uma vez que classifica o usuário enquanto imerso na lógica da modernidade e do avanço:

“Um aparelho novo me faz sentir muito bem, atualizado, realizado, antenado, por estar comprando um equipamento que tem as tecnologias mais atuais.” (*Luiz, 30 anos*).

Práticas de apropriação não deixam de comunicar que a ideia de avanço tecnológico também tem sido mobilizada como elemento distintivo, símbolo de poder, sendo os celulares e sua exibição (principalmente quando se trata de modernos Smartphones) um dos principais vetores deste processo. Assim, a construção social do telefone celular perpassa a construção de conceitos valorativos – o que é visto como bonito porque moderno e socialmente ‘digno de respeito’, porque mais avançado tecnologicamente:

“Acredito que um celular ‘top de linha’ auxilia na sensação de pertencer a um grupo de pessoas antenadas, que buscam produtos de qualidade.” (*Vagner, 29 anos*).

Logo, as maneiras como os celulares são mobilizados pelos usuários como status, parte de sua identidade etc. bem como os significados neles investidos e a forma como são exibidos, deixam transparecer a batalha constante por distinção social na qual a noção de avanço tecnológico atua como moeda valiosa na construção social destes artefatos tecnológicos.

Apropriação fase II: incorporação

Da mesma forma como a objetificação dos celulares não pode ser lida e interpretada ao pé da letra conforme o que é pontuado pelas teorias britânicas da domesticação (por não se tratar de um objeto doméstico), propõe-se, aqui, também, uma outra leitura da fase de incorporação destes objetos. Ao invés de enxergá-la como um processo no qual o objeto tecnológico encontra um espaço na “economia moral do lar”, de forma a ser incorporado à vida cotidiana, busca-se realizar uma reflexão sobre as maneiras como os usuários lidam de fato com o objeto em todos os espaços nos quais circulam e como, ao longo desse processo, estes testam constantemente os objetos tecnológicos e suas

funções, debatem-se com usos propostos e reinventam novas formas de uso que se enquadrem em suas formas de vida.

É possível acompanhar este processo no qual os celulares ganham representações diferentes e novos usos, conforme o grau de importância que adquirem para seus usuários com o passar do tempo. Os teóricos da domesticação (HADDON, 2011; SØRENSEN, 2006) pontuam a importância de entender a incorporação como um processo dinâmico e que tende a variar conforme o grau de penetração dos objetos na vida social. Por exemplo, práticas de apropriação de um aparelho já não ocorrem da mesma maneira quando do seu surgimento e penetração nos lares. Com isso, chama-se a atenção para as ideias de aprendizagem social e disseminação de uma determinada forma de uso.

Os telefones celulares não escapam a tal dinâmica. Do momento inicial do surgimento e aquisição dos primeiros aparelhos na vida dos entrevistados até os dias de hoje, o objeto mudou de status e de significado para seus usuários. Isso porque ele também se transformou ao longo do tempo.

Vejamos então, primeiramente, como se deram alguns momentos desta trajetória de relação entre artefato e usuário. É preciso salientar que este não tem sido um caminho trilhado de forma unilateral e unívoca¹⁰⁴ e que, para alguns usuários, os processos mais “antigos” de aceitação do objeto podem, ainda, estar em curso. Até porque, como pontua Haddon (2005), os diferentes grupos envolvidos no processo de aceitação de uma tecnologia possuem visões distintas sobre o papel e os propósitos da mesma.

Em seus primeiros anos de surgimento, questionava-se muito a necessidade de contar com um telefone móvel para os momentos fora de casa. A ideia de poder ser interrompido, importunado a qualquer momento, também impôs restrições ao seu uso. Muitos achavam que ele trazia mais ônus que bônus, como a entrevistada Edna, de 56 anos, que ainda hoje tem certa relutância em utilizar o aparelho o tempo todo:

“Eu me irritava frequentemente, pois assim que comecei a usar, sempre alguém me ligava nos momentos em que estava ocupada ou não podia atender. Aquele aparelho tocando dentro da bolsa me deixava com um desespero, me dava vontade de tacá-lo

¹⁰⁴ Aqui, referimo-nos à ideia de Callon (1987; 1991) de que o crescimento tecnológico raramente é previsível e unilinear e produto da interação entre diversos atores ao longo do tempo.

longe. Hoje, eu aprendi, só deixo no vibra ou desligado. Se for para eu ouvir e atender, vou fazer isso. Se não, nem vou perceber e me chatear por causa disso.” (*Edna, 56 anos*).

Edna revela que anda a maior parte do tempo com o celular desligado e só o liga quando combinou alguma coisa com alguém ou quando precisa fazer uma ligação. A cada ligação que faz, desliga o aparelho ou – como justifica para os filhos e outros que a questionam – esquece que está com celular. Ela também pouco se lembra de ter o objeto ligado e geralmente o esquece em casa:

“Às vezes eu o esqueço, mas só vou me dar conta quando já estou fora de casa e quero fazer uma ligação. Mas eu não faço drama, arranjo um jeito de me virar”.

Pode-se interpretar tais práticas em diálogo com a não interiorização da necessidade de ter o celular consigo. Na verdade, o que mais parece ocorrer é que Edna entra em conflito com a lógica de deixar o celular sempre ligado – imposição esta constantemente reafirmada pelo mercado e adotada por grande parte dos usuários. Está aqui em jogo uma distinta compreensão sobre o papel e o propósito deste objeto tecnológico, diferente da maioria dos entrevistados¹⁰⁵.

Entre alguns entrevistados mais velhos, a dificuldade de aceitação do celular também ocorre devido à dificuldade em lidar com a interface técnica do objeto. E, aqui, pode-se citar desde as dificuldades em navegar no menu do aparelho e selecionar determinadas funções até em digitar mensagens de texto (ao invés de falar) ou, simplesmente, em usar a tela sensível ao toque. Além disso, a ideia de recarga eletrônica – sem a presença de cartões de recarga – pode gerar desconfiança em alguns usuários.

Salete, 50 anos, costureira, é analfabeta e se considera totalmente dependente dos filhos e do marido no quesito tecnológico¹⁰⁶. Ela ganhou seu primeiro telefone celular há três anos, quando seu filho trocou de aparelho e deu o antigo para ela. Até hoje, mal sabe mexer nele e precisa solicitar sempre ajuda para encontrar um contato na agenda ou ler uma mensagem. Apesar de recentemente ter ganhado um aparelho mais moderno de seu marido, ela não o usa, pois tem ainda mais dificuldades em entender seu funcionamento

¹⁰⁵ Afinal, o celular poderia ser utilizado – e de fato o é por algumas pessoas – como um telefone emergencial – um orelhão de bolso, ao qual se recorre apenas em casos específicos, como faz Edna.

¹⁰⁶ Caradec e Eve (2002) discorrem sobre o papel dos mais jovens na concretização da aceitação das tecnologias pelos mais velhos.

(uma vez que as lógicas do menu e acesso às funções diferem entre os aparelhos). Por isso, revela que “fico com esse mesmo que é mais fácil, eu já sei como usa”.

Outro exemplo encontrado em campo é o de Mariza, de 46 anos. Ela teve, por vários anos, um aparelho simples, que apenas realizava chamadas. Dava-se bem com ele, até que a bateria começou a pifar. No momento da troca, decidiu trocar por um aparelho mais moderno. Como é cliente pós-pago, foi até a loja de sua operadora e conseguiu retirar um aparelho supermoderno de graça – com câmera de foto e vídeo, Bluetooth, função *touch screen*. O que acontece, porém, é que Mariza não conseguia lidar bem com este novo aparelho – não achava o menu, mal conseguiu gravar os nomes na agenda além de “apanhar” do aparelho no momento de deslizar o dedo para achar as funções. A lógica de funcionamento deste aparelho era muito diversa daquela com a qual estava acostumada há anos. Resultado: Mariza não se adaptou – devolveu o aparelho e trocou pelo mais simples da loja.

É claro, aqui, o recorte geracional das atitudes relatadas. Ao conversar com os entrevistados mais velhos e mais jovens, percebeu-se como a não adaptação ou a demora para que ela ocorra é um processo mais frequente entre os mais velhos. Para quem passou boa parte da vida sem celular, a menos que seja forçado para tanto (por questões profissionais ou outras), a adaptação à ideia de possuir um telefone que o acompanha e que permite o acesso dos outros a quase todo momento consiste numa prática que precisa ser interiorizada, muitas vezes não sem dificuldades. Mais do que isso, a própria compreensão sobre o artefato tecnológico, sua utilidade e seu papel parece ser diferente daqueles usuários que cresceram tendo contato com ele.

Para a geração de jovens que já nasceram na era digital, muitas vezes a questão da apropriação do objeto nem se coloca, uma vez que desde pequenos estiveram habituados a lidar com eles. No máximo, o que pode ocorrer é determinado “ajuste” conforme as inovações ocorrem. Percebe-se, assim, como existe uma clivagem entre gerações nas formas e velocidades nas quais os objetos são apropriados e seu uso é incorporado à vida cotidiana¹⁰⁷. Vivian, 21 anos, relata o fácil processo de adaptação ao seu primeiro Smartphone:

¹⁰⁷ Vale ressaltar que o mercado não fechou os olhos a estas clivagens e tratou de buscar uma forma de absorver os usuários mais velhos e menos habilidosos com o objeto através do lançamento dos chamados “celulares para idosos”. Tais aparelhos contam com teclas maiores do que o usual e um visor pequeno

“Eu sempre tive vários tipos de celulares, de diferentes marcas e modelos, e sempre fui curiosa, então, não havia dificuldade para mim. Antes de comprar esse aparelho, meu pai, que já tinha um parecido, me pediu para ver se eu conseguia excluir algumas coisas que tinham aparecido na tela e reconfigurar o aparelho. Fiz sem olhar no manual, apenas fuçando. Assim, quando comprei este aqui e passei a usá-lo, no mesmo dia, já conseguia mexer bem nele, apesar de nunca ter tido um Smartphone com tela *touch* antes”.

Fato a considerar também é que quando se deseja e valoriza as funções de um aparelho, a adaptação tende a ser rápida. Como é o caso de Joana, 27 anos. Recentemente, ela comprou um celular “moderno” com Bluetooth, câmera, cartão de memória para armazenar músicas, fotos, vídeos¹⁰⁸. Num primeiro momento, ela confessa que não sabia como mexer nem para que servia tudo aquilo, mas o fato de os amigos terem um celular “moderno” a fez “fuçar” e logo aprendeu a usar o aparelho. Hoje, esses acessórios do celular tornaram-se tão indispensáveis que ela considera o seu supersimples e já pensa no próximo modelo.

Voltando à análise longitudinal a que nos propusemos, percebe-se que se, na maioria das vezes, os usuários não estavam cientes do possível desenrolar que sua relação com os celulares poderia levar no momento de sua primeira aquisição, hoje pode-se afirmar que, para a maioria deles, a relação já esteja “institucionalizada” – uma vez que houve a aceitação da necessidade de adoção destes artefatos – também porque grande parte da rede de contatos passou a fazê-lo e porque as próprias práticas cotidianas tornaram-se mais facilitadas quando se os utiliza. Em termos gerais e mais fundamentalmente, os celulares tornam-se ferramenta de gerenciamento do cotidiano e das formas de comunicação à distância:

“É imprescindível. Não cogito mais a vida sem ele. Gosto de ver funcionando bem, mantendo conservado e nunca deixar de carregar para não ficar sem bateria, pois senão fico frustrado na hora que vou precisar.” (*Paulo, 20 anos*).

onde aparece apenas o número da chamada, função viva-voz previamente ativada e um botão escrito SOS na parte de trás do aparelho, no qual é possível salvar quatro números de emergência.

¹⁰⁸ Na época da entrevista, o celular de Joana era considerado novidade tecnológica, já que Smartphones ainda não haviam se popularizado.

O fato de já não se poder viver sem um celular é apontado pelos entrevistados como uma situação que não havia sido prevista por eles quando da primeira vez que passaram a ter contato com tal artefato. Paulo, 20 anos, discorre muito bem sobre isso:

“Celular é uma demanda que foi criada e que agora não conseguimos viver sem. Uso o celular desde de manhã, quando checo se não há alguma mensagem ou ligação, e o uso até o fim do dia para me comunicar. Não tinha ideia que ia usar tanto. Depois que comprei um Smartphone, então, piorou. A toda hora é mensagem, bate-papo no Facebook ou Whatsapp”.

De fato, a maneira como as pessoas hoje se apropriam dos celulares já difere muito dos momentos iniciais da coleta de dados empíricos. Nos primeiros anos, embora tenha se observado um uso cada vez mais contínuo do aparelho e de suas funções, não era tão intensa a sensação de que é preciso usá-lo para tudo, tal como descrita nas últimas entrevistas realizadas. Nesses casos, a função de Internet no celular já havia sido amplamente disseminada e boa parte dos entrevistados havia trocado seu modelo “comum” por um Smartphone. Hoje, já são outras as expectativas com relação ao objeto:

“Amo tecnologia, logo sinto a necessidade de ter um aparelho de última geração, o mais moderno e com mais recursos do mercado. Tem que ter um design atraente, tela grande, processador rápido. Fácil acesso à Internet, ótima resolução de câmera fotográfica e vídeo (tem que ser HD), interação com meus outros aparelhos eletrônicos, GPS, boa memória interna ou possibilidade de inclusão de cartão de memória.” (*Vivian, 21 anos*).

A naturalização da necessidade de aquisição dos celulares e os usos constantes, que têm se colocado como fatos consumados, necessitam, assim, ser encarados como socialmente construídos. Em outras palavras, procurou-se apontar para alguns detalhes do processo de incorporação desta tecnologia na vida cotidiana, o que possivelmente deixará nos próximos anos de ser algo a ser percebido. Tal qual o advento da energia elétrica ou o surgimento dos telefones fixos, os celulares também têm passado por um processo de “estranhamento” até que seu uso seja consolidado e que se incorporem de fato à “segunda natureza” das coisas.

Se já vimos como o mercado tratou de vender a conectividade como mercadoria, ainda não está claro quais práticas, da parte dos usuários, passaram a ser mobilizadas neste processo no qual a própria noção de utilidade dos celulares se conforma. As linhas a

seguir se detêm na descrição e análise de como alguns dos principais usos e formas de apropriação se apresentam neste processo, à medida em que cada vez mais funções que envolvem a conexão à Internet têm sido incorporadas.

Capítulo 4 - Práticas de uso na apropriação das funções de conexão e a ampliação do espaço comunicacional móvel

“Fico o dia inteiro no celular. Ou é pra ouvir música, ou é pra falar com as pessoas, enviar arquivos, ou tudo isso ao mesmo tempo.” (*Vagner, 29 anos*).

Da mesma forma como no capítulo anterior, parte-se, neste capítulo, de uma perspectiva orientada pela relação entre celulares e seus usuários. Dando continuidade à descrição e análise da cadeia de ações, relações, funções imbricadas na conformação do processo no qual os celulares são adotados e domesticados, parte-se, agora, de um outro componente, referente aos usos cotidianos do objeto e de suas funções.

Se o intuito é chegar à compreensão de como os celulares emergiram enquanto tecnologias amplamente utilizadas e tidas como indispensáveis, faz-se necessário – como preconizam os teóricos escandinavos dos estudos de domesticação – considerar a apropriação como um processo, cuja análise das práticas de uso ajuda a decifrar os diversos elementos presentes na conformação da ampla cadeia sociotécnica que torna a tecnologia celular consideravelmente ativa no estabelecimento de relações sociais. E aqui será dada ênfase à dinâmica da inovação tecnológica (e às respectivas resistências e adoções daí decorrentes) – através da análise das práticas de acesso à Internet no celular.

Para além da realização de formas de comunicação à distância, o registro de fotos, mensagens, uso da Internet e compartilhamento de arquivos parecem ter se tornado igualmente ou mais essenciais e necessários.

De fato, o fenômeno da proliferação de celulares com acesso à Internet contribuiu para ampliar o jogo das práticas de uso envolvendo os artefatos e suas formas de apropriação. Busca-se, então, relatar algumas destas alterações e propor uma leitura baseada na observação do espriamento da lógica do compartilhamento a partir deste novo cenário, no qual cada vez mais informações (sejam texto, dados, arquivos ou fotos) transitam pelas infovias.

Para tanto, buscou-se adentrar nas práticas de uso mais frequentemente realizadas pelos entrevistados desta pesquisa e analisar o papel da conexão nas suas formas de travar relações sociais e se comunicar com seus pares, ativar suas redes de sociabilidade

através da troca de arquivos e mensagens, além de contribuir para que eles se constituam enquanto usuários desta tecnologia de conexão móvel. Acredita-se que, ao serem exploradas e analisadas, as práticas cotidianas de registro de imagens, envio de mensagens, uso de redes sociais e compartilhamento de arquivos, bem como a forma como são percebidas e avaliadas, ajudem a perceber que são igualmente estes elementos que contribuem para conformar as diversas teias das quais os celulares emergem enquanto objetos essenciais de conexão.

4.1 Envio de mensagens: SMS *versus* aplicativos de mensagens

“Uso o celular desde de manhã, quando checo se não há alguma mensagem ou ligação, e o uso até o fim do dia para me comunicar. A principal função que utilizo é o SMS.” (*Paulo, 20 anos*).

O relato de Paulo serve como resumo de uma série de falas de entrevistados jovens colhidas ao longo do campo. O uso de mensagens de texto – o famoso SMS¹⁰⁹ – virou prática comum de muitos deles, muitas vezes atuando como substituto de ligações. Nesse caso, vale ressaltar que a forma como as mensagens são escritas reproduz as palavras e neologismos criados a partir do uso de programas de mensagens instantâneas de computador, aos quais estão habituados¹¹⁰.

É possível afirmar que o uso de SMS esteja tanto relacionado a estratégias pragmáticas (redução de custos) quanto a um conjunto de representações associadas à função, como privacidade, instantaneidade e discrição. Enviar SMS evita, para muitos, os constrangimentos de uma chamada por voz – de importunar o outro em momento indevido e até mesmo de ter que se expor quando este contato ainda não é tão íntimo. Comodidade porque, para quem usa, assemelha-se à lógica presente da comunicação instantânea das redes sociais – é fácil de escrever, em poucas palavras diz-se o que se

¹⁰⁹ A sigla refere-se ao termo em inglês *Short Message Service* (Serviço rápido de mensagens).

¹¹⁰ Neste sentido, a ferramenta de mensagens de texto contribui para a disseminação de uma subcultura de códigos que é constantemente recriada, reformulada e espalhada por entre os grupos sociais, principalmente os mais jovens. Gordon (2002); Grinter e Eldridge (2001) dentre outros debruçam-se sobre esta temática do envio de SMS.

quer de forma objetiva e ainda é instantâneo e economiza tempo. Por fim, privacidade porque os conteúdos só podem ser vistos e acessados, num primeiro momento, por quem os envia/recebe.

O conteúdo enviado pode, assim, variar de poemas e declarações de amor a pequenas mensagens que permitam a coordenação e o planejamento de atividades, o fomento de relações e a manutenção de vínculos já existentes. Tjora (2011) lista uma série de outros usos do SMS, que também foram observados em campo, como flertar; mandar lembranças, falar com amigos, coordenar atividades, evitar interromper situações, fazer piada e até mesmo comunicar-se em reuniões etc.

Digno de interesse, porém, é como por volta do ano de 2012, um outro tipo de serviço passou a substituir o SMS. Trata-se dos aplicativos de mensagens instantâneas, que passaram a ser oferecidos nos celulares inteligentes, com acesso à Internet. Ao se basearem na instantaneidade das conexões em rede, estes programas revelaram-se como um importante vetor de mercado, no que diz respeito à expansão da venda dos serviços de conexão, antes monopolizados pelas operadoras.

Num momento em que inúmeros programas são inventados e recursos cada vez mais variados e sofisticados têm sido acoplados às configurações dos aparelhos, observa-se como isto engendra disputas ferozes entre empresas e operadores por um mercado cada vez mais expansivo, justamente porque passa a prescindir destes usos infundáveis do artefato:

“O Whatsapp mudou a minha vida. Não mando mais mensagem [SMS]. Utilizo bastante para conversar com amigos nas mais diversas horas do dia para saber como estão. É muito mais prático você ter ali todos os seus contatos em forma de um chat, tipo o antigo MSN e, uma vez que você já esteja conectado na Internet, a mensagem chega na mesma hora. Dá realmente pra ficar batendo papo pelo Whatsapp, o que é bem mais difícil por mensagem, pois não chega tão rápido e o jeito como aparece na tela não facilita isso. Utilizo bastante para conversar com amigos nas mais diversas horas do dia para saber como estão.”
(Ana, 19 anos).

É para atender desejos de usuários como Ana que as práticas de mercado têm se direcionado. Em conjunto, tratam de forjar e vender a possibilidade (ou a sua impressão) de um ser-estar em plena conexão.

Como práticas sociais daí decorrentes, observa-se, então, não só uma expectativa maior na velocidade da resposta, como também uma sensação de obrigatoriedade de responder assim que se visualizar a mensagem. Como salienta Maysa:

“Eu tô tentando me policiar mais para não brigar com meu namorado e não cobrar as amigas quando elas não respondem logo as minhas mensagens. É difícil porque você sabe que a pessoa visualizou, tá ali marcado, mas você não pode fazer nada, tem que esperar. E aí, fica se perguntando: ‘mas por que não quer responder agora?’ Dá uma ansiedade...” (*Maysa, 26 anos*).

Esses recursos de mensagens instantâneas terminam por construir e ampliar um espaço de comunicação social móvel composto por uma imensa cadeia cada vez mais realimentada por dados e arquivos, na velocidade instantânea da circulação e troca de mensagens¹¹¹. Essa conectividade permanente parece tornar a lógica das interações quase próximas do espaço de uma interação copresente, à medida em que se exige a atenção, disponibilidade e a respectiva velocidade na resposta, como se fosse uma conversa face a face em tempo real. Percebe-se, assim, o surgimento de uma nova forma de lidar com o tempo – principalmente aquele tempo dedicado ao momento de espera. O próprio sentido de urgência parece se redefinir, num contexto em que a velocidade da contestação tem se tornado mais importante do que a resposta em si.

4.2 Comunicação visual mediada pelos celulares: álbum de fotos e compartilhamento de imagens

“Gosto de tirar fotos, em ocasiões do dia a dia, nem sempre é possível levar a máquina.” (*Luiz, 30 anos*).

Se os aplicativos de mensagens instantâneas contribuíram para alargar o espaço da comunicação móvel, é preciso ter em vista que tal alargamento deve ser caracterizado não apenas por uma frequência maior na troca de mensagens, mas pela ampliação do fluxo e tipos de dados que entram em circulação. Dentre eles, encontram-se as fotografias tiradas com a própria câmera do celular. Diferente dos aparelhos de

¹¹¹ Como se verá mais adiante, as próprias características de configuração deste espaço ajudam a explicar a emergência do usuário conectado de nossos dias.

fotografia, a câmara acoplada ao celular “já está ali”, pronta para a captura de imagens, cada vez mais frequentes, registrando diversos momentos da vida.

Tais práticas sugerem que se está diante da conformação de uma cadeia de ligação entre os usuários e suas memórias, diferentemente da que existia há alguns anos. Em primeiro lugar devido à virtualização de arquivos.

O celular parece ter aprofundado um processo inaugurado pelas câmeras digitais, que culmina muitas vezes na não necessidade de transformar o arquivo da foto em papel. Passá-lo para o computador, ou outro artefato, tal como CD, DVD ou *pen drive*, já garante a possibilidade de acesso no momento em que se desejar. Ter, para além do computador, estes arquivos presentes na memória do celular garante uma liberdade e uma capacidade ainda maior de poder acessar a qualquer momento o arquivo desejado¹¹².

Em alguns casos, o celular ajuda a compor o álbum de família, além das fotos poderem circular nas redes sociais. O artefato aparece, assim, como um mediador capaz de facilitar o acesso a múltiplas referências de maneira instantânea por parte de seus usuários, uma vez que estas informações estão sempre à mão e condensadas na memória dos aparelhos. Através do armazenamento é possível recorrer a elementos imateriais que, de outra maneira, só estariam disponíveis se atrelados a um espaço fixo e/ou a um objeto tal como um computador ou câmera ou, ainda, fotos impressas.

Nesse sentido, a ideia de armazenamento digital parece se atrelar a novas práticas – torna-se muito mais fácil “viajar” por entre distintas temporalidades dessas memórias, uma vez que todas se encontram armazenadas e condensadas em um só lugar. É possível, a partir daí, supor uma mudança na forma de se lidar com as memórias, uma vez que o acesso a elas se torna mais fluído e contínuo.

Além disso, a própria mudança na natureza das memórias e sua relação com a biografia dos indivíduos ganha novos contornos. As memórias de cada um parecem cada vez mais confundirem-se com a memória digital do aparelho – inteiramente objetivada no

¹¹² Os entrevistados recorrem a estas fotos em momentos de solidão, por exemplo, entre uma atividade e outra, durante o transporte etc. Tal prática torna-se uma forma de tornar aquele momento agradável, recordando pessoas queridas e situações especiais com ou sem elas. Também é comum recorrer ao álbum de fotos para mostrar a colegas e outros contatos fotos de filhos, namorados, animais de estimação que não são conhecidos destes.

seu registro digital, o que se coloca, é claro, de forma diferente e distante dos processos de elaboração subjetiva de tempos, identidades e experiência, associados à construção da memória individual.

Mas a própria lógica do compartilhamento de imagens entre os pares também se altera. O que antes era mostrado após a transposição do arquivo da imagem para o computador e a consequente postagem nas redes sociais tem a chance de ser compartilhado instantaneamente, no momento em que a foto foi tirada, seja via programas de troca de mensagens, seja via redes sociais. Ao fazer o registro de momentos de encontros, a câmera do celular acaba por produzir e materializar (ainda que de forma virtual) referências e imaginários comuns aos grupos sociais e que serão, em momento posterior (dias, horas ou minutos após o registro), compartilhados e mobilizados pelos grupos na manutenção de toda uma rede de sociabilidade.

Nesse sentido, se a cadeia de ligação entre os usuários e suas memórias (no duplo sentido) começa com a virtualização, ela ganha força e dinâmica pelas práticas de compartilhamento de arquivos na rede. Graças às possibilidades técnicas, a produção e transmissão de conteúdos tornam-se integradas de forma instantânea (COLOMBO; SCIAFO, 2005).

Seria possível dizer que o uso da câmera fotográfica do aparelho cumpre uma função comunicativa, que auxilia na construção de referências que alimentam imaginários sobre si e imaginários comuns partilhados nas redes de contato. A visualização das imagens de amigos, colegas e parentes gera a percepção de um “estar junto pela conexão”, ainda que se esteja distante. Sobre essa realidade afetiva compartilhada, a entrevistada Maria Luiza discorre muito bem:

“Uso muito para ver meu filho durante meu dia de trabalho. Peço para a babá me mandar várias vezes ao dia mensagens pelo Whatsapp com as fotos dele, do que ele está fazendo, de quando está no parquinho brincando, quando está comendo... É uma forma de eu me sentir mais perto dele e acompanhar mais seu dia a dia. Aí, às vezes, acabo enviando essas fotos pro meu marido, pra minha mãe, pra sogra, pra minha irmã, cunhada... De repente, é como se todo mundo estivesse junto ali, ao mesmo tempo, compartilhando aquele momento.” (*Maria Luiza, 40 anos*).

Observa-se aí o desenvolvimento de um modo visual de comunicação interpessoal, no qual a imagem tem se tornado o eixo principal. E não raramente a comunicação visual,

representada pelas fotos, acaba por ocupar o centro da comunicação, uma vez que cada vez mais posta-se e compartilha-se muito mais imagens em detrimento de textos (RIVIÈRE, 2006)¹¹³. Assim, o espaço de comunicação móvel, colocado em evidência pelas programas de mensagens instantâneas, parece ganhar cada vez mais força com a troca e o compartilhamento de imagens.

Se por um lado o ato de fotografar e instantaneamente postar o que foi fotografado permite que a realidade afetiva circule e seja compartilhada em uma prática de “estar junto à distância”, por outro percebe-se, cada vez mais, um agir espontâneo e impulsivo na imediatez do ato de comunicação via postagem dessas fotos. É como se a emoção do momento só fizesse sentido se compartilhada minutos após seu acontecimento, o que remete à lógica imediatista de eventos irrisórios mobilizados na lógica da hiperexposição dos fatos cotidianos da vida. Assim, as redes sociais constituem uma alavanca estimuladora ao mesmo tempo em que mediadora de tais práticas de voyeurismo genralizado¹¹⁴.

4.3 Redes sociais no celular: a vida como notícia

“Com essa história de você estar o tempo todo conectado, acho que você acaba tirando muito mais fotos do momento. Gosto de divulgar meu dia a dia informando na rede social, tirando fotos do que estou fazendo no momento. Tudo o que estou fazendo registro com minha câmera, e se for interessante já posto nas mídias sociais, na mesma hora.” (*Vagner, 29 anos*).

Com a possibilidade de ter acesso às redes sociais pela tela do celular, pode-se dizer que o fenômeno do compartilhamento de arquivos, principalmente de fotos, ganha destaque ainda maior, pois se descola do contexto de postagens relacionadas a eventos que já aconteceram e passa a atuar no regime da simultaneidade. Imagens parecem ganhar sentido, apenas se postadas, visualizadas, comentadas e compartilhadas no momento

¹¹³ Para Rivière (ibidem) isto acaba por transformar radicalmente a função social da fotografia, que perde o caráter de eternizar grandes momentos e ocasiões solenes e se iguala a uma ligação ou mensagem.

¹¹⁴ É ampla a discussão sobre as implicações destes processo. Bruno (2013), por exemplo, aponta como, neste contexto, as práticas de ver, ser visto e vigiar os outros são progressivamente incorporadas ao repertório perceptivo, afetivo, atencional, social, e associadas a processos de prazer, diversão, sociabilidade. Em outras palavras, digno de atenção é como os afetos e as subjetividades contemporâneas não encontram na vigilância apenas um meio de inspeção e controle ou de segurança e proteção, mas uma forma de diversão, prazer e sociabilidade (ibidem, p. 34).

exato em que foram capturadas. Isso porque, mais do que um registro de um certo momento para uma visualização no futuro, o que parece ser importante é registrar o presente para que se possa contar sobre ele. Mais do que ativar memórias, as fotos passam a atuar como testemunho de práticas.

Dentre as práticas de postagens cotidianas, encontram-se não apenas aquelas relativas aos locais visitados e paisagens, mas fotos que se referem ao que se está comendo, ao que se está fazendo, aonde e com quem¹¹⁵, bem como o estado físico e emocional dos fotografados. E, para incrementar as imagens e torná-las ainda mais chamativas a quem as visualiza, entra em cena a utilização de aplicativos de fotos que se conjugam às redes sociais.

Através deles é possível personalizar as fotos tiradas antes de compartilhá-las. Opções de filtros diferentes (com efeitos de cores e luz) e programas para a edição de imagens apresentam-se aos usuários. Cada um pode, assim, “trabalhar” as fotos que tira, tornando-as mais bonitas, estilizando-as e conferindo a elas uma característica que difere das demais.

Além disso, o usuário pode “taguear” a foto, ao procurar por nomes que levem a imagens específicas/temáticas que se relacionam à imagem capturada ou criar seus próprios *tags*. Enfim, é possível a qualquer um que esteja inscrito no aplicativo produzir conteúdo e “soltá-lo” na rede, sincronizando suas imagens com as do banco de imagens do programa, através dos *tags* utilizados.

Se, por um lado, tais aplicativos possibilitam a exploração lúdica de um mundo individual que se compartilha – mundo este colocado entre a realidade e a representação – por outro, eles alimentam o regime do ver e ser visto¹¹⁶, que se apoia numa roupagem de autenticidade, um tanto quanto necessária para chamar a atenção em meio a inúmeros conteúdos disponíveis na rede.

¹¹⁵ Redes sociais permitem ainda que se “marque” as pessoas da foto ou indique quais contatos de sua rede encontram-se presentes naquele momento.

¹¹⁶ Além de exigirem uma atuação constante dos usuários na postagem de conteúdos, o que confere sucesso ao aplicativo são as visualizações e os *likes* nas imagens dos outros. É possível “seguir” perfis de pessoas pelas fotos que publicam ou pelos *hashtags* a elas associados, “curtir” e comentar suas fotos, compartilhá-las e comentá-las. Um “perfil de sucesso” é, assim, aquele com vários seguidores que acompanham, curtem e comentam as atualizações feitas.

Uma vez que grande parte da lógica das redes sociais se resume a contar histórias e representar a si mesmo, a utilização cada vez mais constante das redes sociais e de tais aplicativos só tende a reforçar esta tendência de que cada um se torne uma espécie de “agência de notícias, emitindo boletins diários sobre os acontecimentos relevantes de seu cotidiano” (Vicentin, 2008, p. 130). Conforme relata um entrevistado a respeito:

“Ao comprar o celular eu jamais imaginei que me tornaria tão tecno-dependente desta joça, mas você se sente sempre na obrigação de estar constantemente conectado, porque você quer saber o que o “mundo” está fazendo e quer também mostrar ao mundo o que você está fazendo naquele momento.” (*Paulo, 20 anos*).

Em suma, é como se a vida de cada um pudesse ser lida como uma sucessão de fatos, eventos e locais, sem relação necessária com uma biografia (e sua história), mas que constroem um “perfil” sempre atualizado e sempre reeditado¹¹⁷. O resultado, ao que parece, é que cada um se torne ator, ao mesmo tempo em que o próprio ídolo de si, pela tela do celular. Não se trata aqui de interrogar sobre as novas formas de constituição de subjetividades que se desenrolam a partir desses mecanismos e práticas que colocam as “narrativas do eu” em primeiro plano¹¹⁸. Contudo, não se pode ignorar que há implicações para as discussões sobre vigilância, controle e formação de saberes específicos sobre desejos, inclinações, condutas e hábitos de indivíduos a partir do momento em que as temáticas da exposição do eu e da privacidade entram na pauta das disputas comerciais, como será visto no capítulo a seguir.

4.4 Do “blutufe”¹¹⁹ à Internet: a expansão da lógica do compartilhar

¹¹⁷ As mudanças recentes na interface das redes sociais caminham no sentido de tais sites serem cada vez mais livros abertos com informações valiosas sobre a vida de cada um. Assim, recursos específicos fazem essa lógica ganhar ainda mais sentido. Já é possível hierarquizar as informações de uma forma diferente e dar ênfase ao que for mais importante em cada período de tempo. Eventos que aconteceram há mais tempo tendem a ser resumidos de forma mais condensada, enquanto os mais recentes são exibidos de forma mais extensa, o que não deixa de reforçar o caráter da vida de cada um como notícia instantânea.

¹¹⁸ Fernanda Bruno (2013) consegue dar conta dessa questão com maestria em sua última obra, ao analisar a emergência de subjetividades cada vez mais exteriorizadas, em que as esferas de intimidade de cuidado e controle de si se fazem na exposição pública via redes sociais com a ajuda das tecnologias comunicacionais.

¹¹⁹ Termo nativo referente à palavra em inglês *Bluetooth*. Refere-se à forma como é pronunciada.

Se os aplicativos de fotos, mensagens instantâneas e redes sociais têm contribuído para uma ampliação do espaço comunicacional móvel, através do espraiamento da lógica do compartilhar pelas infovias, não se pode afirmar que a possibilidade de conexão à Internet no celular tenha inaugurado as práticas de compartilhamento de arquivos. A conexão em rede, atrelada ao acesso constante aos sites de redes sociais, apenas impulsionou práticas que eram realizadas de formas muito mais incipientes de outros modos.

O compartilhamento de arquivos começou com a conectividade entre os celulares e outros aparelhos, via cabo USB e evoluiu para o infravermelho¹²⁰. Logo em seguida, apareceu o dispositivo de *Bluetooth* que consiste numa função que permite a transferência de arquivos sem a necessidade de fios ou qualquer outra conexão material entre os aparelhos, conformando redes sem que ligam celulares, notebooks, computadores, impressoras etc.¹²¹.

Por um bom tempo, o chamado “blutufe” era sensação entre os mais jovens¹²². A gratuidade da ferramenta e a desnecessidade de cabos foram os principais elementos fomentadores de sua popularidade e disseminação de seu uso nas práticas de compartilhamento e músicas¹²³ dentre os entrevistados.

¹²⁰ Conhecido também como *infrared*, até alguns anos atrás era um dos poucos padrões, senão o único, que permitia a conexão entre dois dispositivos sem a necessidade de fios. A comunicação via infravermelho utiliza sinais de luz emitidas e captadas por um sensor no dispositivo receptor. Devido a suas limitações, já é considerado obsoleto perante aos demais meios de conexão disponíveis nos dias de hoje. Sua velocidade de transmissão de dados limita-se a 115 kbps e há limitação física para a troca, pois para funcionar o led transmissor do primeiro dispositivo precisar estar apontado diretamente para o receptor em uma pequena distância.

¹²¹ Ao ativar o *Bluetooth*, ele irá pesquisar os dispositivos presentes naquele raio. Após a identificação do dispositivo com o qual se deseja conectar, basta que um deles selecione o arquivo a ser enviado e aguarde a autorização do outro. A transmissão de dados finaliza-se a partir de dispositivos dentro dos aparelhos que são nada mais do que microchips transmissores que, quando ativados e posicionados em curtas distâncias (raio de até 100 metros, dependendo da potência), permitem a transferência de dados.

¹²² Casos colhidos em campo permitem supor um corte geracional no envio de arquivos via *Bluetooth*. Nem todos os entrevistados conheciam a função (que geralmente fica escondida em algum canto do menu). Apenas os mais jovens, acostumados a “fuçar” em seus aparelhos e predispostos, de alguma forma, a trocar arquivos citaram o *Bluetooth* como importante. Dado que sua prática de uso já pressupõe uma certo domínio de certas ferramentas, é possível deduzir que, assim como no caso do SMS, o uso da função revela a completa adoção e apropriação do que o artefato tem a oferecer.

¹²³ A dinâmica do compartilhamento segue o seguinte movimento: geralmente as músicas são baixadas da Internet e passadas para o celular via algum cabo de conexão com o computador. Logo após são compartilhadas via *Bluetooth* com conhecidos. Estes, por sua vez, continuam a repassar estes arquivos a outros integrantes de suas redes, algumas vezes, após modificá-los. Assim, os arquivos se expandem e conteúdos são propagados e disseminados pelas redes de contato.

É o caso de Breno, 19 anos. Desde criança, é ativo nas atividades culturais de seu bairro, como caboclinho e quadrilha. Além disso, toca trompete numa banda e é puxador da ala masculina de maracatu. De acordo com seu relato, foi a partir do celular, mais especificamente, da função *Bluetooth*, que sua participação em todas essas atividades foi reforçada, devido à possibilidade de divulgação. O dispositivo o ajuda a compartilhar com os amigos do bairro o que é ensaiado. Além disso, é através do *Bluetooth* que pega com amigos de outros bairros informações e músicas de outros grupos e até alguns vídeos de coreografias, além de compartilhar os seus. A partir daí, uma série de práticas envolvendo ensaios, bricolagens e reenvio de arquivos se desenrolam até que Breno finalize seus arranjos musicais e seja reconhecido como músico.

Essa breve história permite perceber como o *Bluetooth* ajuda Breno a firmar sua posição e papel dentro do seu bairro e com amigos de bairros vizinhos. Seu uso se dá nos termos de uma troca ritual que acaba, através do conteúdo transmitido, ajudando a compartilhar significados comuns, chegando a estabelecer, em alguns casos, uma identidade comum que é tornada pública nos espaços coletivos. Assim, a função ajuda a compartilhar muito mais que arquivos; ela propicia toda uma rede de sociabilidades baseada na circulação dos arquivos.

É possível sugerir que a função tenha atuado como a grande precursora da lógica do compartilhar dos dias atuais. Com ele, arquivos situados no ciberespaço podiam viajar em fluxos, traçar rotas distintas e ganhar uma significação e um local específico no interior de celulares. Ao permitir a interface entre dados digitalizados situados no ciberespaço e seu armazenamento em memórias de dispositivos, o uso do *Bluetooth* ajudou a conformar uma rede sociotécnica composta por pessoas, arquivos de áudio e links da Internet, conectados simultaneamente. Mas era ainda uma rede limitada a espaços definidos pela área de acesso do próprio dispositivo. Essa limitação se esvanece com os novos recursos digitais.

Elementos materiais, digitais e relações tornaram-se, assim, interligados nessa extensa teia que hoje se expandiu a níveis antes inimaginados a partir da proliferação da conexão de dados nos celulares.

Ao longo deste capítulo, procurou-se chamar a atenção para o fato de que a mudança na velocidade de conexão e a consequente possibilidade e facilidade de trocar arquivos na

rede – via aplicativos de mensagens e redes sociais – apontam para uma alteração nas práticas do compartilhar. Para além do fato de tudo – absolutamente tudo, desde fotos e mensagens, até arquivos em editores de texto e músicas – poder ser compartilhado, percebe-se como a própria prática passou a se dar de forma muito mais frequente.

E um elemento a ser considerado quando se olha para a alteração na dinâmica de compartilhamento de arquivos consiste na mudança do regime de temporalidades, já explorada anteriormente. Os casos aqui apresentados de troca de mensagens e envio de fotos via conexão à Internet apontam para a necessidade de ser rápido nas respostas ou, no caso de fotos, de registrar e compartilhar o momento, que só passa a fazer sentido se postados segundos após o ocorrido.

Trata-se de exemplos claros da imposição da lógica da aceleração de tempos de que fala Virilio (1996, 1998). Mais do que nunca, o imperativo do agora se faz sentir e cada vez mais práticas sociais acabam seguindo – ou têm tentado seguir – a velocidade da conexão em tempo real.

E isso permite levantar questões a respeito do controle do tempo. Ao que parece, o controle sobre o próprio tempo – o tempo para si – torna-se cada vez mais roubado, menos frequente, pois este se torna invadido, a todo o momento, por mensagens que chegam já supondo a necessidade de resposta imediata. A partir do momento em que se entra no jogo da acessibilidade constante e do imediatismo, cada um se vê obrigado a seguir e a acompanhar as atualizações que seguem a velocidade das conexões em tempo real.

Embora ainda haja muito o que se discutir sobre as consequências deste novo modelo, por ora, cabe supor que essa nova lógica não deixa intacto o regime de subjetividades, constituídas, cada vez mais, com o direito de controle de si e do seu tempo doados voluntariamente à lógica da conexão permanente¹²⁴.

A descrição e análise das práticas e usos cotidianos mais frequentes aqui apresentados revelam como os celulares têm se tornado elementos essenciais à vida cotidiana ao mesmo tempo em que seus usos engendram novas formas de ser e estar junto, de comunicar-se com várias pessoas e trocar experiências em tempo real. Novas formas de alimentar as relações sociais fazem-se presentes, possibilitadas pela conexão à Internet e

¹²⁴ Esta questão será amplamente explorada no capítulo 5.

por programas e dispositivos que interligam os usuários a suas redes de contatos, via mensagens de texto e de voz, em fotografias e filmagens, músicas etc. Sendo assim, é possível supor que os vínculos sociais se encontrem, a partir desta nova lógica, cada vez mais regidos sob pelas formas digitalizadas no espaço de comunicação móvel que liga pessoas, arquivos, relações e sentimentos.

Retomando a discussão sobre as concepções de domesticação e apropriação, iniciadas no capítulo anterior, nota-se que os celulares têm se constituído como objetos domesticados e indispensáveis aos usuários ao longo do tempo. Se o processo de apropriação dos celulares tende em grande parte a se concretizar pela aceitação do aparelho e pelo uso disseminado e cada vez mais constante das funções de troca de arquivos, possibilitada pela conexão à Internet e por aplicativos diversos, aí se insere uma questão importante para a discussão: poderia-se dizer que um objeto torna-se verdadeiramente domesticado à medida em que se observa a estabilização (i) da rede de relações na qual está imerso e que ajuda a construí-lo e (ii) dos conflitos que regem as relações entre atores de posicionamentos distintos (STAR, 1991; BIJKER, 1992; BIJKER; LAW, 1992). Nesse sentido, a domesticação encontra-se claramente ligada à aceitação e legitimação do objeto.

Para compreender melhor o que significa essa estabilização, faz-se necessário remeter a duas conceituações propostas pela literatura sobre a construção social dos objetos. A primeira delas é a ideia de *scripts* de ação, colocada por Madaleine Akrich (1992). Segundo a autora, produtos e objetos têm uma certa medida de agência: dependendo de como eles são desenhados e concebidos, permitem ou evitam certos tipos de ação de seus usuários. Sendo assim, produtores e desenvolvedores propõem um *script* que deve ser seguido ou confrontado pelos usuários. Tais *scripts* podem ser abertos ou fechados (no sentido de facilmente ou dificilmente burlados pelos usuários), semióticos (envolvendo representações e ideias) ou materiais, intencionais ou não (SHOVE, WATSON; INGRAM, 2005)¹²⁵.

Logo, a domesticação e incorporação dos celulares pode ser interpretada como envolvendo a adoção do *script* proposto (ou imposto) pelos produtores e operadoras de

¹²⁵ Conforme pontuado anteriormente, é possível afirmar que a própria construção deste script é fruto de inúmeras disputas e negociações entre uma série de atores como desenvolvedores, profissionais de design, do marketing e da publicidade, dentre outros (WOOLGAR, 1994).

telefonía móvel. Por mais que se assuma que os usuários ainda têm uma margem de manobra ao longo da apropriação e domesticação dos telefones celulares, o rumo de tal processo tem se dado, basicamente, pelos ditames do mercado.

A segunda conceituação vem de Mika Pantzar (1997), que afirma que os processos de estabilização de porte e de uso dos artefatos na vida cotidiana refletem mudanças no próprio *status* e representações deste, que passam de bens supérfluos e de luxo – carregados de curiosidades para serem experimentados pela primeira vez – a objetos necessários à vida cotidiana. Segundo a autora, eles deixam de ser meros objetos de desejo, e sua aquisição torna-se, com o tempo, justificada em termos racionais e funcionais.

Ora, se o intuito até o momento tem sido demonstrar como a funcionalidade deve ser encarada enquanto constituída em um longo processo social de valorização que envolve não apenas as práticas de uso, mas a própria história do objeto, os valores dos quais ele é portador e do contexto que vivem seus usuários, pode-se afirmar que a funcionalidade e indispensabilidade dos celulares pauta-se sobre certa construção destes artefatos à medida em que seus usuários, enquanto sujeitos que prescindem desses objetos, também se conformam enquanto tais.

E aí torna-se claro como a proposta imposta e vendida pelos produtores e operadoras não só entra em diálogo com os valores da conectividade, amplamente presentes na cultura digitalizada de nossos dias, como ajuda a fomentá-los. E isso se deu não apenas conforme o uso se estabeleceu, como também à medida em que seus próprios usuários construíram-se enquanto mais ou menos cativos dessa tecnologia.

Entender o que de fato significa essa imprescindibilidade, que se constitui permeada por um modo de vida em constante conexão, que rede de relações ela mobiliza e o que de fato está em jogo nisso é o tema do próximo capítulo. Se olharmos a fundo o que emerge daí, veremos que há ainda outros elementos a desvendar, questões caras à teoria social que se colocam ao se olhar para esse conjunto de práticas e relações entre usuários e mercado.

Capítulo 5 - A cadeia sociotécnica da conectividade: agenciamentos de poder, gestão das vidas, controle e produção de valor

Ao longo dos capítulos apresentados vimos como tem se dado o processo de incorporação dos celulares na vida cotidiana. Tomando como inspiração a ideia de construção social, realizou-se um esforço de mostrar como tal processo ocorreu multissituadamente e envolveu forças distintas e correlações específicas que têm, até o momento, culminado numa configuração em que a conectividade permanente se apresenta como essencial.

Porém, as dimensões presentes nesta imprescindibilidade alcançada pela conectividade ainda não estão totalmente claras. Por um lado, sabe-se que parte do esforço dos produtores e das operadoras de telefonia móvel tem sido bem-sucedido ao forjar a necessidade da conexão. No entanto, supõe-se que, para além de tudo que já foi discutido, há elementos ainda não analisados e que contribuem para entender quais questões a conectividade por meio dos celulares mobiliza em termos de relações e práticas, tanto da parte do mercado quanto dos usuários.

Assim, o que foi apresentado até o momento acerca da construção mercadológica do artefato, dos elementos infraestruturais para a conexão e o processo de apropriação do celular tende, agora, a ser complementado por uma análise que visa entender alguns dos processos e elementos em jogo que compõem o ser-estar conectado. E, para tanto, pretende-se invocar a concepção de cadeia sociotécnica enquanto metáfora explicativa do processo de conformação da conectividade de nossos dias.

A ideia de uma intrincada cadeia de relações se coloca pela própria natureza da conexão inaugurada pelos celulares – que não é uma, mas múltipla; que não envolve apenas usuários, mas que os conecta com diversas dimensões do mercado; que não atua apenas como suporte para a construção de relações de sociabilidade, mas que também envolve outras relações, passando por práticas de consumo, afetos, controle e gestão das vidas. Parte-se, então, do princípio de que é possível interpretar os elementos presentes na vida em plena conexão enquanto provenientes de múltiplas dimensões que envolvem tanto as possibilidades técnicas que os celulares inauguram como as formas como o mercado e os usuários se imbricam (cada um a seu modo, mas em constante diálogo) neste jogo de

possibilidade de ações e relações que tem feito dos celulares o que eles atualmente são – ferramentas por excelência do contato com o outro.

Sendo assim, o objetivo deste capítulo consiste em puxar alguns dos fios desta emaranhada cadeia na tentativa de analisar o que, de fato, se configura na noção de conectividade e alguns de seus desdobramentos na formas como as relações sociais têm se estabelecido. Defende-se aqui a ideia de que é justamente nesta imbricação que se constitui a força da atual configuração na qual os celulares aparecem como ferramentas imprescindíveis ao cotidiano, uma vez que o que está em jogo nada mais é do que a imbricação da própria vida de cada um dos usuários, em suas mais distintas esferas, a estas cadeias de conexão.

Destrinchar que forças têm atuado nesse processo, bem como entender alguns dos pontos de tensão que se apresentam, é o que se pretende neste capítulo final. A ideia é que, ao longo deste percurso, seja possível apontar para reflexões importantes da teoria social sobre questões atuais, como relações entre produção, consumo e geração de valor, formação de subjetividades, produção de afetos, gestão das vidas e de uso do tempo e formas de controle. Apontar para uma nova configuração social com base nesses elementos é o desafio final deste trabalho.

5.1 Usuários, emoções e afetos na constituição da cadeia sociotécnica da conectividade: relações de dependência

“Não sei viver sem. Já é uma parte de mim.” (*Maria Luiza, 40 anos*).

Nos últimos capítulos, foi possível mostrar como todo um conjunto de ações, práticas, discursos e relações foi gestado ao longo de um processo no qual os celulares se tornaram elementos indispensáveis à vida cotidiana. Neste intervalo de tempo, ocorreu não apenas a proliferação do número de linhas, a ampliação do acesso a aparelhos e planos, mas também a diversificação das potencialidades técnicas inseridas nos diversos modelos lançados, tornando-os objetos que vão bem além do que simples telefones, ajudando seus usuários cada vez mais a realizar uma série de práticas de trânsito de dados.

Ao mesmo tempo em que é possível perceber que a utilização constante do artefato ajudou a propagar essa forma de ser e de estar no mundo que não mais se distancia da conectividade permanente, a recíproca também se coloca: cada vez mais o ser e estar no mundo exige a posse desse dispositivo, e as ações cotidianas se pautam, de alguma forma, nas potencialidades trazidas pelas funções que o objeto agrega. Em outras palavras, oportunidades como acesso ao emprego, à prestação de serviços (para quem trabalha como autônomo), o contato com um parente distante ou com amigos, as conversas diárias e o arranjo de atividades, o acesso à informação, a troca de arquivos etc. chegam na ampla rede que envolve pessoas conhecidas e desconhecidas, fluxos de dados e informações e cuja conexão se concretiza através destes artefatos e ganha materialidade na forma de ligações, mensagens, arquivos. Compreender essa constituição do ser-estar conectado, tida cada vez mais como necessidade, os elementos que aí se fazem presentes e as práticas em jogo levou-nos ao diálogo com a noção de cadeia sociotécnica. A inspiração vem de Bruno Latour (1991, 1992, 1994, 1999), que pontua que cada objeto técnico é formado por cadeias de associações heterogêneas entre usuários e dispositivos e que condensam práticas e relações diversas.

Para Latour, cada objeto deve ser concebido enquanto conformado – e, ao mesmo tempo, conformador de – uma rede de arranjos materiais diversos, dos quais fazem parte humanos, ferramentas, elementos verbais, materiais, ações, discursos num conjunto denominado arranjo sociotécnico. Nas palavras do autor, desta composição que mobiliza coisas, pessoas e suas correlações¹²⁶ resultaria uma totalidade sem unidade e tampouco pontos fixos, sempre aberta, capaz de crescer para todos os lados e direções e composta apenas por agenciamentos e linhas que se cruzam, formando cadeias de associações – as chamadas *assemblies*¹²⁷ – e que conformam campos possíveis de ação, os *scripts*.

É possível perceber como a construção de Latour não deixa de estar atrelada ao que é defendido pelos estudiosos escandinavos engajados na discussão da domesticação de objetos técnicos, conforme visto no capítulo 3. Nesta chave, a ideia de domesticação é

¹²⁶ Para Latour, o humano seria mais um nó nesta estrutura não linear, sempre aberta a novos componentes.

¹²⁷ O termo é colocado pela literatura tanto em inglês (*assembly*) como em francês (*assemblage*) e remete às ideias de cadeias de associações ou montagens. De acordo com os objetivos deste trabalho, acredita-se que o termo “cadeias” seja mais apropriado, pois coloca em evidência a noção de vinculação, tão bem explorada nas obras de Bruno Latour (2005).

vista como uma coprodução de características sociais e técnicas associado a práticas, significados, pessoas, seus discursos e outros artefatos na construção de redes interseccionadas, de modo a conformar determinados arranjos (Sørensen, 2006, p.7).

Se pensarmos no estabelecimento destes arranjos presentes na construção social do telefone celular enquanto objeto de conexão, fica claro como, da parte dos usuários, a composição da cadeia sociotécnica se encontra atrelada às noções de domesticação e apropriação, uma vez que implica nas formas de construção da vida cotidiana que cada um empreende conjuntamente com os celulares e os respectivos elementos que se colocam entre e atravessam as relações de usuários e seus artefatos. Essa cadeia torna-se visualizável ao considerar as práticas de uso e discursos envolvidos nesse processo, principalmente aquelas referentes às funções e recursos de compartilhamento de arquivos, que contribuíram conjuntamente para a criação de um espaço comunicacional móvel, situado nas infovias, no qual dados transitam na velocidade instantânea da circulação e troca de mensagens¹²⁸.

Assim, parte do que aqui chamaremos de cadeia sociotécnica da conectividade pode ser compreendida ao se considerar este espaço comunicacional entre os diversos usuários que interagem entre si via celular e os elementos que nele transitam. Um olhar atento para eles permite perceber a articulação de tempos, espaços e relações diversas em conteúdos materializados e armazenados nos artefatos¹²⁹.

Vimos como são nestas práticas não apenas de chamadas de voz, mas principalmente via armazenamento e troca de arquivos, que alguns dos ingredientes para a manutenção dos vínculos e relações sociais são mobilizados, pelo envio e recebimento de conteúdos em formato digitalizado, como mensagens de texto e de voz, fotografias, filmagens, músicas armazenadas, links diversos etc. Assim, embora esteja claro que a própria alimentação das relações sociais faça parte e passe por esta cadeia sociotécnica conformada pela conectividade, é preciso, contudo, voltar mais atentamente o olhar para

¹²⁸ Latour (2005) assume que as Tecnologias da Informação e Comunicação permitem rastrear associações de modo inédito devido a sua própria forma de funcionamento.

¹²⁹ O esforço de Latour é todo voltado para enfatizar os fluxos, os movimentos de agenciamento e as mudanças por eles provocadas. Segundo o autor, a principal vantagem que se coloca a quem deseja compreender determinada configuração social a partir da ideia de cadeia sociotécnica consiste na possibilidade de levar em consideração os movimentos circulatórios dos diferentes elementos ao longo das redes e conexões e trabalhar com diferentes referências espaço-temporais e em diversos níveis de materialização.

alguns elementos presentes neste espaço comunicacional para entender o que tem contribuído para gerar o apego e a percepção de imprescindibilidade dos celulares.

E aqui vale notar que se neste espaço transitam elementos que contribuem para conformar e alimentar as relações dos usuários com seus pares, o conteúdo que circula envolve não apenas dimensões racionais relacionadas à coordenação de atividades, resolução de problemas, incremento da rede de contatos profissionais etc., mas também obrigatoriamente dimensões emocionais que se encontram “materializadas” de forma digital. Assim, o que transita pelo espaço comunicacional móvel não são apenas elementos responsáveis em parte pela manutenção ou quebra de relações sociais. É preciso atentar para o fato de que eles, em seu conteúdo, mobilizam sentimentos e relações afetivas, estes também atuantes na conformação e constante alimentação da cadeia sociotécnica da conectividade.

Entender os celulares como artefatos que mediam emoções e sentimentos não é empreitada nova. Já há alguns anos, certos autores colocam que é possível pensar neles enquanto repositórios de memórias e emoções – diários eletrônicos da vida dos usuários (ELLWOOD, 2003; HJORTH, 2005). Isto porque além de aproximar as pessoas através das ligações, o celular também permite que elas se presentifiquem através de suas configurações¹³⁰.

Sendo assim, a representação do aparelho enquanto diário pessoal não é meramente simbólica. Trata-se, de fato, de um verdadeiro recipiente organizador de memórias (TAYLOR; HARPER, 2001) – uma ponte que permite guardar e acessar a qualquer momento sentimentos e emoções, pessoas queridas e recordações – graças à capacidade de memória cada vez mais expandida nos aparelhos, que aparece como um elemento capaz de facilitar o acesso a múltiplas referências pessoais¹³¹.

¹³⁰ O fato de se poder guardar mensagens enviadas e recebidas e relê-las posteriormente reforça a experiência social de tê-las recebido, bem como reaviva a sensação vivida no momento da releitura (ELLWOOD; 2003). O mesmo pode ser aplicado a fotos, vídeos, dentre outros arquivos que, enquanto elementos da cadeia, ao serem acessados permitem que se transite até a outra ponta – o emissor – o que não deixa de ativar sentimentos, lembranças e práticas relacionadas ao mesmo e ao conteúdo emitido.

¹³¹ Outro dispositivo sociotécnico extremamente significativo do artefato e que dialoga com a memória é a função da agenda – ao mesmo tempo o depositário da rede de contatos de cada um. Da mesma forma que o início de novas relações é mediado pelo artefato, o corte de relações (sejam elas amorosas, profissionais ou de amizade), quando ocorre, ganha força através do ato de exclusão da agenda do celular e exerce o significado simbólico de exclusão da vida como um todo.

Contudo, é interessante pensar que mais do que repositórios de emoções, é a partir dos celulares e da conectividade a eles atrelada que a circulação destes conteúdos se dá e a própria alimentação dos vínculos emocionais ganha força. As mensagens guardadas, fotos, filmagens etc. que muito têm a dizer sobre a vida dos usuários, bem como suas relações e práticas cotidianas e conexões com o mundo, constituem, assim, parte daquilo que compõe o fluxo que transita na cadeia sociotécnica da conectividade¹³².

Fica claro, então, por que Lasen (2004) refere-se aos telefones celulares como “tecnologias afetivas”. Para a autora, os artefatos são mediadores da expressão, experiência, comunicação e troca de sentimentos, uma vez que permitem a presença virtual daqueles ligados a seus usuários:

Os usuários possuem um relacionamento emocional com seus telefones e sentem-se ligados a eles. (...) isto porque os celulares não são apenas uma extensão da presença do dono, mas também propiciam a presença virtual daqueles ligados à nós. (Lasen, 2004, p. 1, tradução nossa).

Isso posto, é mais fácil entender em que pilares a ligação emocional dos usuários com seus celulares se estabelece e de que forma dialoga com questões como dependência e a consequente noção de imprescindibilidade destes. Sugere-se, aqui, que o estabelecimento de uma relação emocional com o aparelho se dê justamente a partir da relação emocional que se tem com o conteúdo nele armazenado e com todos os conteúdos possíveis que ele permite fazer circular. A fala da entrevistada Ana é capaz de ilustrar claramente este processo:

“É impossível desligar. Me sinto perdida. Qualquer coisa que eu faça, mesmo dentro de casa, ele fica por perto, até mesmo na hora do banho. Sem ele, sinto como se estivesse nua. Lá estão todas as minhas músicas, tenho arquivos da faculdade, as mensagens que recebo são automaticamente armazenadas e, se tenho várias salvas no aparelho, porque são especiais, remetem a momentos importantes da minha vida. Também é lá que guardo as minhas fotos, as fotos dos momentos de encontro com os amigos e do meu dia a dia. Está tudo lá. Sem contar a agenda de contatos, né?” (Ana, 19 anos).

¹³² Seria possível descrever e analisar parte desta cadeia sociotécnica a partir dos registros das ligações e mensagens enviadas e recebidas, além de arquivos diversos que, por sua vez, são capazes de sinalizar facilmente o peso de determinados laços dos contatos da rede de cada um, suas ramificações e pontos de apoio, bem como de ruptura. Este não foi, porém, o foco deste trabalho.

Ora, se as emoções se encontram imersas nos fios que compõem a cadeia sociotécnica da qual também fazem parte os aparelhos, suas funções, seus usuários, bem como a própria conexão que permite a troca e o armazenamento de arquivos, a questão do vínculo entre usuário e aparelho passa a se explicar pelo apego ao conteúdo emocional mobilizado. A fala de outra entrevistada a respeito dessa relação com seu celular, compreendida em termos de vício, é extremamente ilustrativa:

“Acho que pode-se dizer que o celular é vício para mim. Estou sempre com ele por perto, já não consigo mantê-lo longe. Entretanto, julgo ser um vício que me dá prazer e diversão e não faz mal, então não me preocupa com fato de ser viciada. Meu celular faz meu dia a dia mais fácil e alegre. Todas as tarefas que citei – ser despertada de manhã, ouvir música enquanto estou na academia, indo pro trabalho, poder consultar algum mapa e endereço no GPS, poder falar com meus amigos – se não as realizar, me sinto irritada, como se estivesse faltando algo muito importante no meu dia.” (*Maysa, 26 anos*).

É claro que tal relação de dependência é construída ao longo de um processo amplo. Por um lado, devido ao tempo de uso, pois conforme os usuários desenvolveram um grau de intimidade e um consequente apego muito maior a seus aparelhos, eles também passaram a incrementar cada vez mais a cadeia com conteúdos que dizem respeito à sua individualidade e emoções. Por outro, estimulado pelo mercado, que também percebeu esse movimento e a consequente oportunidade de expandir um dos elementos essenciais na conformação desta cadeia – a memória – e passou a desenvolver aparelhos tecnicamente com amplo espaço interno e passíveis de expansão via cartões. Hoje, o espaço de memória se transformou em elemento a ser considerado na hora da compra para boa parte dos usuários:

“De suma importância. Carrego muitos arquivos no celular e não quero ficar me preocupando se há espaço para tudo o que quero ter no celular. Tenho muitos CDs, filmes, séries e programas de TV, álbum de fotos e vídeos em HD que fiz com o meu aparelho.” (*Luiz, 30 anos*).

Assim, conforme os usuários exerciam uma participação cada vez mais contínua e crescente na alimentação desta cadeia que se ampliava – também pelas possibilidades técnicas que se inauguravam – a relação que se estabeleceu com os aparelhos se colocou em termos de dependência emocional. Se é possível afirmar que esta relação ganhou força é porque uma ampla cadeia, composta pelas associações entre ‘usuários – arquivos – outros usuários – memória – aparelhos’ se conformou e permitiu a circulação e

mobilização de dimensões emocionais nos conteúdos presentes na troca e envio de arquivos.

Tal cadeia parece se sustentar cada vez mais à medida em que uma quantidade maior de elementos passa a circular neste espaço comunicacional criado e se torna materializada na memória dos artefatos. E isso tem a ver com o fato de que ao longo dos processos de apropriação, cada vez mais vidas inteiras – e seus respectivos afetos e elementos que os mobilizam – se encontram inseridas nesta cadeia sociotécnica, a partir de conteúdos que circulam.

Se hoje o celular tem se convertido no artefato que articula a relação de cada um com sua própria vida e emoções, é possível entender que a partir do momento em que isto ocorre, o ser-estar em conexão torna-se a chave necessária para a execução de uma série de práticas. Por isso, se a bateria acaba e não se está com o carregador no momento, o celular “morre” e gera sentimentos de luto, desamparo, frustração e desespero e a necessidade de “ressuscitá-lo” o mais rápido possível se coloca como primordial¹³³. É como se o usuário se sentisse banido do acesso a alguns dos elementos que compõem esta cadeia sociotécnica, que ele mesmo ajudou a construir e da qual depende cada vez mais, mas que, naquele momento, tem seu fluxo interrompido¹³⁴.

Dessa forma, a concepção do celular enquanto extensão do corpo humano ou do *self*, já colocada por alguns autores (HULME; PETERS, 2001; TOWNSEND, 2000; KATZ, 2002, 2006) – e exemplificada na frase que abre esta seção –, ganha outro sentido quando se toma a ideia de cadeia sociotécnica. Enquanto a ideia de extensão revela que o celular se constitui como um objeto que vai além de seu usuário e/ou que está para além dele, pelo conteúdo nele inserido, a noção de cadeia sociotécnica permite perceber que se trata, na verdade, de um emaranhado único de associações que unem celulares de um lado e usuários de outro, interligados via inúmeros agenciamentos comuns. Logo, a ideia de extensão se coloca justamente ao se considerar a possibilidade de fazer a série

¹³³ Alguns autores mostram como esta tendência é mais geral do que se imagina. A ligação com o artefato é tão significativa que a perda ou o afastamento do aparelho assemelha-se simbolicamente à perda física de um membro do corpo (HULME; PETERS, 2001) ou do cérebro (por causa da memória nele registrada) (KATZ, 2006).

¹³⁴ As possibilidades de pensar em outras associações sociotécnicas por onde se conforma a conectividade são imensas. Dentre elas, digna de atenção é a associação ‘aparelhos – baterias – carregadores – tomada – energia elétrica’. Pode-se citar como exemplo a carga constante de baterias, o fato de se levar o carregador consigo para que a alimentação desta cadeia e de seus fluxos se torne possível.

de dimensões do usuário e de sua vida – que se encontram desdobradas em um formato digitalizado – transitar ao longo da cadeia de associações engendradas pela conectividade.

Assim, a ideia de cadeia sociotécnica permite perceber como os conteúdos que circulam – e que claramente podem mobilizar dimensões emocionais – atuam enquanto elementos que interligam os usuários, seus aparelhos e suas redes de contatos, numa imbricada teia da qual cada vez mais é difícil de se desfazer. Contudo, a relação de dependência estabelecida com o conteúdo armazenado nos aparelhos vai muito além da imbricação dos afetos e emoções a estas cadeias. Ela envolve outros elementos que permitem pensar numa verdadeira gestão da vida cotidiana dos usuários de celulares. É o que se verá a seguir.

5.2. Puxando outros fios da cadeia: a gestão das vidas via telefone celular

“Eu utilizo para quase tudo. Ele já começa o dia despertando. Acesso a Internet, converso com amigos em tempo real, uso o GPS, utilizo o gerenciador de entradas de cinema, teatro, encontro onde meus amigos estão pelo localizador de amigos. Pago contas, controlo as finanças. Leio meu jornal e revistas de que sou assinante *online*. Participo de promoções. Baixo vídeos, músicas, vejo vídeos *online*. Tiro fotos e já posto nas mídias sociais, na mesma hora.” (Vagner, 29 anos).

Vimos como no arranjo sociotécnico construído e reconstruído cotidianamente pelas práticas de uso de celulares entram em cena agenciamentos que, materializados em programas ou funções específicos, dão ensejo para que os usuários insiram cada vez mais suas vidas na cadeia da conectividade. Contudo, para além dos elementos circulantes que mobilizam dimensões emocionais, desta cadeia também fazem parte outros elementos que, através de imbricações diversas com programas como aplicativos, acabam por englobar e abarcar a vida dos usuários, de forma a mobilizar agenciamentos que colocam em prática uma gestão mais eficiente dela.

Quando se pensa nas funções de um celular relacionadas à organização do cotidiano, primeiramente vêm à mente as funções de despertador, bloco de notas, agenda organizadora, dentre outras. Porém, após a conversão do celular em um computador de

bolso capaz de executar praticamente qualquer tarefa – desde a busca de um endereço até o pagamento de contas – observa-se como ganham espaço programas diretamente voltados para acompanhar a vida do usuário e auxiliá-lo a executar diversas atividades, conforme relatado acima pelo entrevistado Vagner. Sendo assim, as possibilidades de conformação de vínculos e associações envolvendo ‘usuários – práticas cotidianas – programas – aparelhos’ tornam-se amplamente incrementadas, de forma a expandir para níveis antes inimaginados a cadeia sociotécnica da conectividade, justamente porque um de seus elementos – os programas – passou a se associar a um outro elemento – a conexão à Internet – tendo reconfigurado por completo ele mesmo e o conjunto de associações do qual faz parte.

É possível perceber como aí há novos agenciamentos em jogo, cujos pontos de ancoragem se fazem visualizar em uma série de aplicativos que visam medir, categorizar, armazenar práticas e hábitos cotidianos de forma a auxiliar numa gestão mais eficiente da vida de quem deseja fazer uso deles. Contudo, para que estes programas que permitirão ao usuário ser ajudado, orientado, informado possam ser acionados e colocados em prática, é preciso que sejam alimentados com dados e informações pessoais, incrementando, assim, o fluxo da cadeia sociotécnica que liga usuários e celulares. Vejamos alguns exemplos de como isso tem se dado.

Para quem nunca lembra onde deixou seu carro estacionado, existem aplicativos¹³⁵ que ajudam no processo de localização do veículo que funcionam através do sistema de coordenadas fornecido pelo GPS do celular. Para tanto, o usuário deve solicitar a memorização da posição exata do seu carro e depois utilizar o navegador para encontrar o ponto memorizado no mapa.

Já quem quer controlar e organizar seus gastos e despesas cotidianos pode contar com um tipo de aplicativo específico¹³⁶. Para isso, é preciso acessar o site do programa e fazer a sincronização com os gastos do cartão de crédito e das contas bancárias para ter a lista de despesas sempre atualizadas. Além disso, é possível criar entradas automáticas através de imagens de recibos. A partir daí, boletins financeiros são emitidos e enviados

¹³⁵ Informações retiradas do site dos desenvolvedores dos programas: (<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.elibera.android.findmycar>).

¹³⁶ Informações retiradas do site dos desenvolvedores dos programas (<https://www.expensify.com/>).

para o e-mail do usuário sobre os locais e categorias dos gastos e seus respectivos valores.

Os exemplos não param por aí. Para quem quer gerir seu tempo na web e aumentar a produtividade, otimizando as horas de trabalho em detrimento das de distração, certos aplicativos¹³⁷ ajudam a estabelecer limites para as atividades, ao monitorar o tempo passado na frente da tela.

No quesito saúde, há também aplicativos¹³⁸ que ajudam a controlar as horas de sono. Ao monitorar a atividade, criam-se gráficos com padrões de sono para mostrar quando o usuário dorme melhor. Quem deseja emagrecer pode também utilizar aplicativos¹³⁹ que fazem um plano de consumo de calorias de acordo com o peso que o usuário quer alcançar e propõem uma série de tarefas a serem realizadas. Quem tem cachorro e deseja se exercitar com ele, pode baixar programas¹⁴⁰ que calculam o tempo de caminhada e traçam um plano de exercícios para o usuário e seu animal.

Há, ainda, aplicativos específicos¹⁴¹ que permitem a coleta e categorização de uma série de hábitos cotidianos, como por exemplo a quantidade de cafés tomados, a distância percorrida na última corrida, as séries assistidas na TV ou qualquer outra atividade passível de descrição. Boletins são gerados e até gráficos aparecem na tela, que por sua vez podem ser postados e compartilhados nas redes sociais ou guardados para maior controle do usuário.

Haveria uma série de outros exemplos a destacar. Acredita-se, porém, que os descritos acima sejam suficientes para explicitar como, para além de questões mais utilitárias – nas quais é possível perceber que o que está em jogo (ao menos em termos de proposta) é a economia e otimização de tempos – ao fim e ao cabo, o que se acaba por engendrar, ainda que algumas práticas possam ter se tornado mais facilmente realizáveis, graças ao apoio destes programas, é a gestão da vida de cada um, seja via melhor organização da

¹³⁷ Informações retiradas do site dos desenvolvedores dos programas (<https://www.rescuetime.com/>).

¹³⁸ Informações retiradas do site dos desenvolvedores dos programas (<http://www.sleepcycle.com/>).

¹³⁹ Informações retiradas do site dos desenvolvedores dos programas (<http://www.noom.com/>).

¹⁴⁰ Informações retiradas do site dos desenvolvedores dos programas (<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.purina.petometer>).

¹⁴¹ Informações retiradas do site dos desenvolvedores dos programas (<http://daytum.com/>).

rotina, melhoria das condições físicas e de saúde, direcionamento das potencialidades etc.

E tudo isso opera nas associações entre uma série de dados e informações pessoais com os elementos técnicos que fazem estes programas funcionarem. Aliadas à conexão à Internet, cria-se um campo de circulação no qual os fluxos destas informações viajam não apenas pela rede que liga usuários a seus aparelhos, mas se apoiam e se expandem pelas infovias da conexão à web. Dimensões extremamente privadas da vida dos usuários transitam e se amarram a outros fios, gerando um incremento daquilo que circula na cadeia sociotécnica.

A partir daí, é possível sugerir a conformação de agenciamentos de poder que reforçam um novo regime de gestão das vidas, pelo que tais programas sugerem e propõem aos seus usuários em termos de práticas, pautados cada vez mais por parâmetros, os quais cada um toma como modelo para atingir determinado grau de desempenho tido como aceitável. Nesse contexto, a proliferação de dispositivos automatizados, como as funções e recursos destes aplicativos, colocam-se enquanto auxiliares deste processo, uma vez que as associações entre dados pessoais e as informações de base destes programas permitem gerar elementos, como boletins estatísticos que acabam, por critérios previamente estabelecidos, aproximando ou distanciando as vidas de quem resolve se monitorar dos padrões de eficiência e eficácia, daquilo que é tido como bom, saudável, organizado etc.

Conforme aponta Lipovetsky (2007), vigiar seu corpo e seus hábitos, gerir seu capital-corpo é uma das marcas da era do desempenho. Neste regime, o que vale é ter um controle estrito da vida: fazer o tempo de cada um render da melhor maneira possível, de modo a poder executar a maior quantidade de atividades possíveis, vigiar os hábitos e se forçar a ter hábitos tidos como saudáveis, de forma a prolongar o tempo de vida; controlar as finanças, para que se consiga obter sucesso na aquisição dos próximos bens materiais e assim por diante. Coloca-se em jogo a cultura da gestão de si. Mais do que hedonismo, essa valorização de si e da intimidade relaciona-se, para o autor, a um novo processo desencadeado na sociedade de hiperconsumo, na qual a prevenção e a patologização crescente de si ganham importância jamais vista e encontram-se lado a lado com a cultura do desempenho.

A fala de uma entrevistada, usuária adepta desta série de aplicativos, ajuda a tornar claros os agenciamentos de poder que se encontram imiscuídos na cadeia sociotécnica da conectividade e que colocam em jogo a autonomia de cada um na gestão das próprias vidas:

“A gente vai falando sobre o que faz durante o dia, como um diário. Por exemplo: acordei às sete horas, tomei café com um copo de chá verde, dois pães de queijo, um suco. Aí, aplicativo vai fazendo uma estatística que mostra o que a gente fez naquele dia. No final do dia que relatei tudo, ele me dá uma pontuação e fala: ‘o seu dia foi bom!’ Para isso, você tem que ter uma alimentação saudável, ingerir água, ir à academia etc. Se ele fala ‘o seu dia não foi bom’, ele te dá sugestões do que fazer para conseguir mais pontos e reverter essa situação. Ao longo do tempo, ele vai te mostrando o que modificou na sua vida, o que entrou, o que saiu, o que fez o seu dia melhor do que outro. Não é um jogo, é um diário de saúde. Você compartilha com quem você quer.” (*Maria Luiza, 40 anos*).

A partir do discurso acima, é possível ter dimensão das novas formas de poder que se conformam ao longo das práticas de uso de tais aplicativos, capazes de construir um verdadeiro boletim dos usuários e de sua rotina, cujo resultado se coloca, de acordo com os cruzamentos de dados, em termos binários de bom ou ruim, saudável ou não, adequado ou inadequado etc. Digno de interesse é que longe de ganharem força a partir de uma imposição exterior aos indivíduos, são potencializados pelos próprios usuários, a partir do trânsito constante de dados pela cadeia e que alimentam práticas de automonitoramento, visando constantemente “corrigir” o que há de errado e seguir os padrões do que é considerado certo e eficiente, numa eterna corrida a fim de gerir os riscos para se viver melhor¹⁴².

A reflexão acerca da existência destes agenciamentos e as consequentes práticas de gestão de potencialidades evoca questões que já haviam sido colocadas por Michel Foucault (1987; 1988) em suas considerações sobre os regimes de poder, sua relação com o controle social e as formas de constituição dos sujeitos atreladas a eles. Nas sociedades disciplinares, observa o autor, dispositivos de poder eram montados e

¹⁴² Segundo Bruno (2013), mais do que nunca, a gestão dos riscos e a prevenção se colocam como primordiais. Trata-se, em suma, de colocar as práticas dentro de parâmetros que possuem maiores probabilidades de levarem a cenários futuros mais promissores. Neste contexto, o controle do indivíduo – através da responsabilidade por seus atos e automonitoramento constante – atuaria como forma de direcionar o incontingente, sem a garantia, contudo, de eliminação dos riscos.

emanavam de espaços fechados – as instituições – num registro no qual a moldagem e domesticação dos corpos eram necessárias para a melhor inclusão no mundo destas instituições. A extração de uma mais-valia de poder destes corpos (individualmente e como massa) dava-se ao homogeneizar singularidades via mecanismos centralizados e hierarquizados de vigilância e tecnologias de domesticação dos corpos.

Numa fase posterior, Foucault aponta para uma mudança no regime de poder, que passa a atuar na chave que foi denominada por ele de biopoder. É neste momento, com a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie na ordem do saber e do poder e no campo das técnicas políticas, que se coloca a questão da gestão: da população e de seus indicadores. Caberia organizar estrategicamente as relações de força, disciplinar e gerir as forças da diferença para direcioná-las em seu potencial e fazê-las crescer. Práticas de poder começam a se estruturar em questões ligadas ao árbitro e controle da vida cotidiana e redefinição de seus jogos. Nos termos de Foucault, práticas de governamentalidade entendidas como relações de poder regidas pela gestão de condutas e comportamentos. Essa é uma questão que, mais recentemente, foi retrabalhada sob a égide do que Deleuze, ao comentar Foucault, chamou de “sociedade do controle”.

É possível sugerir que os agenciamentos aqui descritos e que atuam na avaliação e direcionamento de condutas dos usuários dialoguem com esse registro, no qual o que está em jogo, é conseguir tirar proveito das potencialidades de cada um e fazê-las render. Em ambos os casos, encontram-se claramente prenunciados procedimentos positivos de poder que promulgam trazer saúde, ordem, segurança, adequação etc., mas igualmente engendram mecanismos infinitesimais nos quais procedimentos de autocontrole e automonitoramento se instauram e se tornam constantes.

Vale, porém, ressaltar que a própria forma como tais agenciamentos – que visam curar, educar, produzir, reformar, normalizar – operam, revela um deslocamento nas formas de exercício do controle social, tal qual conceituado na era moderna. Em primeiro lugar, não se está diante de práticas que são impostas visando disciplinar as forças da diferença, tornando-as dóceis a um controle generalizado e homogêneo. O próprio formato e as condições em que tais agenciamentos se colocam vão de encontro ao que foi colocado por Deleuze (1992) sobre a sociedade de controle, sociedade pós-disciplinar. Conforme aponta o autor, há que se supor que os dispositivos apontados por Foucault estejam operando em outro diagrama de relações.

Diferente da modelagem própria das disciplinas, entram em cena outros jogos de poder. Trata-se, aos olhos de Deleuze, de controles modulares, que não se restringem a espaços físicos e que se ajustam, a cada momento, às situações e circunstâncias. Aí que se encontram embutidos “processos de normalização, de modulação, de modelização, de informação que se apoiam na linguagem, na percepção, no desejo, no movimento, etc., e que passam por microagenciamentos” (Deleuze, 1992, p. 158).

Nada mais semelhante, ao que foi aqui colocado a respeito do conjunto de associações sociotécnicas envolvendo os celulares¹⁴³ e usuários. É possível identificar a lógica sutil, mas extremamente constante e rizomática destes agenciamentos de poder nestes aplicativos que atuam, em parte enquanto jogos, em parte enquanto programas estatísticos, em parte enquanto conselheiros especializados. E os dispositivos que emergem das associações entre dados pessoais e conexão à Internet estão cada vez mais automatizados nos próprios mecanismos de funcionamento dos celulares, sem que seja preciso baixar qualquer programa.

Esta trama de agenciamentos na qual a gestão das práticas se coloca atingiu níveis tão sutis de integração à vida cotidiana que alguns celulares já contam com dispositivos que permitem entender os hábitos e oferecer soluções prontas para as questões do dia a dia de seus usuários, mesmo que estes não as solicitem. Tais mecanismos têm sido alimentados pelas próprias práticas de uso, que configuram na memória do aparelho os principais interesses e hábitos de seus usuários. Por exemplo, se em um determinado dia se consulta o horário de filmes em cartaz no cinema, o sistema guardará esta informação e passará a oferecer os horários de cinema disponíveis em um momento posterior. Ou, se se utiliza determinado aplicativo para consultar o trânsito na hora de saída do trabalho, diariamente, mesmo antes de o usuário abrir o aplicativo, três opções de rota aparecem na tela do celular.

Sendo assim, a lógica de funcionamento dos celulares aliada às práticas constantes de buscas das mais diversas temáticas e questões com auxílio da conexão à Internet tem contribuído para que se antecipe a gestão de qualquer atividade já anteriormente “documentada” na cadeia sociotécnica da conectividade. Não só os tempos de cada um

¹⁴³ Vale ressaltar que Deleuze (ibidem) coloca os celulares e outros dispositivos eletrônicos que atuam em rede enquanto os dispositivos por excelência de operação destes agenciamentos de poder. Devido às extensas capacidades de armazenamento e processamento de dados inauguram-se possibilidades nunca antes vistas de controle em espaços não fixos e/ou fechados.

passam a ser geridos e submetidos a formas diversas de controle, mas a própria vida em si, com todas as atividades que carrega, tornam-se passíveis de serem categorizados e, conseqüentemente, modulados e direcionados para práticas tidas como melhores por forças difusas que atuam agora não mais no âmbito das máquinas disciplinares, mas sim das tecnologias comunicacionais.

O entrevistado Luiz é um exemplo de usuário construído nesse regime de agenciamentos. Capaz de fazer “quase tudo” com seu aparelho, encontra-se dependente dele para gerir seu tempo e sua vida, na mesma medida em que quase toda as suas atividades cotidianas se tornaram executáveis de outra forma, depois que presas às cadeias sociotécnicas dos programas que utiliza:

“Passa a ser uma extensão de você, ele pensa tão rápido quanto ou até mais rápido que você, tem uma conectividade entre você e ele. Eu tenho aplicativos para fazer as minhas contas, para comer, para tudo, para correr, para tudo! Quando a gente vê o telefone faz a parte da secretária, te ajuda a planejar, a ser mais eficiente. Sem ele, demoraria pelo menos o triplo de tempo para conseguir dar conta de tudo.” (*Luiz, 30 anos*).

O que o relato acima traz de interessante é como os mecanismos de gestão acabam sendo colocados em prática pelos próprios usuários, a partir dos elementos que surgem da associação de dados em conexão. E aqui há que se questionar se, nesse conjunto de propostas que visam descrever, documentar, automonitorar ações para assim ajudar as pessoas a “viver melhor”, o próprio regime de constituição da própria subjetividade não acabe por se alterar, ou melhor, nos termos de Foucault, modos de subjetivação.

Como mostra Foucault, esses modos de subjetivação são produzidos por mecanismos de adestramento, vigilância e observação dos corpos que, na sua forma ideal, criam modos de viver, instaurando de si para consigo uma autovigilância que, de algum modo, interioriza e dá continuidade ao olhar do outro e à norma por ele representado. Porém, diferentemente dos dispositivos presentes nas formas de controle social modernas, que incluíam a interiorização da norma e dos valores a ela associados como condição de sua eficiência – o controle social contemporâneo parece visar diretamente a própria ação, modulando o comportamento em duas frentes: i. pela ameaça calcada no risco e voltada para o futuro e as conseqüências das ações presentes e ii. pela promessa da otimização da performance e pela exigência de melhores resultados nos diversos planos da vida profissional, pessoal, social etc. (Bruno, 2013, p.35). Nesses casos, não se trata de banir

as singularidades, mas modulá-las, aprimorá-las e geri-las, de acordo com o que é visto e aceito enquanto potencialidade.

Sendo assim, pode-se inferir que os resultados das associações entre usuários, seus dados, atividades rotineiras e demais dispositivos técnicos que fazem parte do artefato encontram-se atravessados, enquanto elementos de saber, por agenciamentos de poder que tomam parte na conformação de novas formas de ser, cada vez mais regidas por práticas de gestão baseadas nos elementos que surgem da associação de dados em conexão. As formas de poder que operam em outro registro fazem-se presentes na cadeia sociotécnica da conectividade e caracterizam-se por transferir para os próprios sujeitos o campo de visibilidade e monitoramento que antes era voltado sobre eles¹⁴⁴, com base no apoio das ferramentas tecnológicas.

É possível, assim, sugerir que a força desta nova forma de poder consista justamente em fazer os próprios objetos do monitoramento crerem que são os responsáveis pela gestão de si, pois é deles que partem os dados que alimentam os direcionamentos que lhes chegam pelas telas de seus artefatos. Embora se possa questionar se tais agenciamentos constituem de fato elementos capazes de conformar individualidades por completo, a proposta é fazer com que os sujeitos que daí emergem sejam vistos como indivíduos ativos, autônomos e que sozinhos autorregulam suas vidas.

Por isso, é possível traçar uma associação entre as práticas de autogestão, amparadas pelos dispositivos de poder que emergem das associações entre dados pessoais e conexão à Internet, com as chamadas tecnologias de si – nos termos colocados por Foucault (1982) – enquanto:

estratégias para os indivíduos alcançarem seus propósitos ou efetuarem por seus próprios meios, ou com a ajuda de outros um certo número de operações em seus corpos, almas, pensamentos, condutas, em seus modos de ser, para transformarem a si mesmos no sentido de atingirem a felicidade, pureza, perfeição, sabedoria (Foucault, 1982, p. 35).

Contudo, há que se supor que em alguns casos estas técnicas acabem se tornando tecnologias de dominação individual, uma vez que a transposição de práticas cotidianas para a cadeia sociotécnica da conectividade não se diferencia muito das técnicas

¹⁴⁴ Não se pretende afirmar, contudo, que os usuários estejam imunes a formas de monitoramento por terceiros, pelo contrário, estas assumem novas dimensões, como se verá na seção adiante.

analisadas pelo autor ao longo dos séculos, tais como a escrita de si, as confissões, o autoexame, a psicanálise etc., nas quais agenciamentos de poder levaram ao desenvolvimento de formas específicas de subjetivação.

Nesse sentido, a conformação destas subjetividades parece se constituir com o auxílio de elementos de governamentalidade¹⁴⁵, emergentes como resultado das técnicas de si, cada vez mais imbricadas às práticas de uso de celulares. Sujeitos autogovernáveis com base em critérios estabelecidos de acordo com a lógica do desempenho e gestão de riscos vão se constituindo e conformando seus modos de viver cada vez mais amparados pela posse e necessidade constante de uso dos artefatos celulares e de seus programas. Ao mesmo tempo, suas práticas de uso parecem se direcionar de acordo com o funcionamento próprio dos dispositivos presentes nestes aparelhos, ao criarem campos de ações possíveis que, muitas vezes, escapam aos critérios que anteriormente pautavam ações e práticas¹⁴⁶.

É preciso, ainda, seguir e destrinchar o outro lado do fio atrelado a esse processo composto pelas associações entre ‘usuários – práticas cotidianas – programas – aparelhos’. Espera-se mostrar como esses novos modos de viver e elementos de gestão e direcionamento de práticas a eles associados atuam em consonância com outros agenciamentos de poder que envolvem o mercado e suas estratégias. É no sentido do detalhamento de alguns dos dispositivos presentes neste processo, bem como dos pontos de tensão que daí se configuram, que a próxima seção se encarrega.

5.3 A vida presa às cadeias de conexão: mercado e geração de valor

Como já foi argumentado, o surgimento da possibilidade de acesso às redes de Internet fez do celular um terminal capaz de engendrar a conexão com o mundo. A extensa gama de possibilidades advindas a partir daí, pelos programas e aplicativos e todos os dispositivos e práticas que emergem dessas associações, fez ampliar a quantidade de

¹⁴⁵ Aqui, toma-se o termo, tal qual definido por Foucault, como a arte de governar os outros ou a si mesmo (FOUCAULT, 1983, 1992, 2006).

¹⁴⁶ Não se pretende, aqui, realizar uma apreciação sobre estas novas formas de constituição da ação social. Antes, chama-se a atenção para como ela agora se dá a partir da presença de elementos compostos e engendrados ao longo de uma cadeia sociotécnica envolvendo usuários e seus aparelhos.

elementos que circulam na cadeia sociotécnica da conectividade, tornando seus usuários e suas vidas cada vez mais imbricados. Dando continuidade à análise de alguns feixes de relações que compõem essa cadeia, busca-se agora olhar com maior propriedade para o modo como estes agenciamentos engendram, de forma intensa, uma ligação direta e cada vez mais constante e permanente dos usuários com o mercado.

Começemos, então, pelos elementos dos quais esta relação com o mercado parte e a partir dos quais ela se expande. Como se sabe, os celulares já se diferenciam dos demais bens, na medida em que, atrelada à venda do aparelho em si, tem-se a venda de conectividade enquanto serviço necessário para garantir o funcionamento do artefato. Ora, se após o advento da Internet móvel, a configuração do mercado de telefonia móvel tem se pautado na ideia da venda da conectividade como mercadoria e é grande o esforço das operadoras em forjar, ao tempo todo, cada vez mais conexões da parte de seus clientes, há de se supor que, para além da relação de serviço com a operadora contratada, entre em cena o estabelecimento de uma série de cadeias de conexão com as mais diversas ofertas, empresas, produtos e serviços.

Parte dos incontáveis fios que permitem essas associações já foi aqui apresentada. Os exemplos relatados pelos entrevistados – que vão desde o acesso a contas bancárias e pagamento de contas, *download* de aplicativos, utilização de programas de geolocalização (que informam, além de endereços, os comércios e serviços oferecidos nas proximidades do que foi buscado) até a própria conexão às redes sociais (com a consequente exposição de gostos, preferências e práticas cotidianas) – permitem perceber que os serviços de conexão atuam como porta de entrada para o estabelecimento de outros inúmeros feixes de relações entre as vias do mercado, de um lado, e a vida dos usuários, de outro.

Num momento em que se convive com o desejo de se dedicar cada vez mais tempo e atenção à alimentação (voluntária ou não) de uma ampla variedade de mecanismos digitalizados como os aplicativos – seja na busca por prazer, diversão ou facilidades – percebe-se como, no conjunto dessas práticas, agenciamentos que nos conectam ao mercado são construídos pelos próprios mecanismos exigidos para acesso¹⁴⁷. Na medida

¹⁴⁷ Vale acrescentar, aqui, que a criação de tais conexões, embora não seja forçada, acabe se colocando como a única opção para quem deseja usufruir de uma série de facilidades pelas infovias. Basta olhar atentamente para os mecanismos de registro (login e senha) que se colocam como pressuposto a

em que os usuários atrelam suas vidas aos fios de conexão que permitem a realização de práticas diversas, torna-se cada vez menos possível se desvencilhar dos elos com o mercado.

Uma vez que o estar conectado parece exigir cada vez mais a conexão com empresas, produtos e serviços, o imbricamento das vidas à cadeia sociotécnica da conectividade acaba por alterar o jogo de relações que cada um, enquanto consumidor, estabelece com o mercado. Não apenas porque todos têm se tornado usuários de um serviço de conexão, mas principalmente porque a cada ato de conexão produzem-se novos agenciamentos que ampliam ainda mais os elementos circulantes na cadeia, para além daqueles já destacados anteriormente. A cada novo registro, postagem, ato de compra e até mesmo busca, incrementam-se os feixes de relações que, quando acionados, contribuem para expandir a própria participação do mercado na cadeia.

Aí se constitui um ponto importante: se as práticas de conexão contribuem de forma significativa para a reprodução e expansão do próprio mercado, isto se dá porque, mais do que qualquer coisa, os elementos que permitem tais agenciamentos se conformem são as informações pessoais que, devido ao caráter de fluxo que adquirem, circulam pela cadeia e se tornam passíveis de serem apropriadas em sua totalidade (LÉVY, 1999). Conforme pontua Marcos Dantas (2006), informações assumem papel central no processo da gestão do capitalismo contemporâneo e passam a contar como os bens preciosíssimos, pois se tornam a base para a geração de conhecimentos que alimentarão processos decisórios dos mais diversos¹⁴⁸.

A transformação das informações pessoais em elementos-chave na reprodução do capital e a consequente disputa pela captura do maior número de informações possíveis podem ser compreendidas ao se levar em consideração o novo posicionamento do mercado a respeito do consumidor no atual momento do capitalismo, em que processos de segmentação se completam e pluralizam (LIPOVETSKY, 2007; ARVIDSSON,

praticamente qualquer site que se ingressa. Nesse sentido, a própria ligação com o mercado torna-se uma das exigências para o acesso à rede.

¹⁴⁸ Segundo o autor, estaríamos na “era do capital-informação”, na qual parte dos processos de valorização e acumulação do capital sustenta-se por regimes de trabalho que visam a obtenção, registro, processamento e comunicação de fluxos de informação.

2004)¹⁴⁹. Uma vez que atualmente já não se observam mais esquemas rígidos que permitem atrelar produtos a estratos sociais – pois marcas e produtos referem-se, agora, a contextos de consumo, a uma determinada forma de vida, a experiências e valores a serem realizados no consumo daquele produto, mas que podem mudar a qualquer momento, ao sabor das escolhas de cada um, cada vez mais fluidas (LIPOVETSKY, 2007) – torna-se essencial conhecer, prospectar e processar o potencial dos consumidores em suas mais distintas facetas (SANTOS, 2003).

Para acompanhar essas mudanças, ao invés de buscar a homogeneização do consumo e a disciplinarização de consumidores para comprar determinados produtos e construir determinado estilo de vida¹⁵⁰, o mercado detecta, valoriza e monetariza a diversidade dos estilos de vida, explorando diferentes recortes sobre suas vidas e dos espaços pelos quais eles passam, apoiando-se na ampla gama de informações que as associações na cadeia sociotécnica da conectividade fazem circular.

Vimos como atualmente praticamente qualquer atividade que englobe o uso do celular, seja o envio de arquivos e mensagens, seja a utilização de aplicativos ou uma simples busca na Internet, colocam em circulação informações sobre a vida dos usuários. Para entender o que torna possível a apropriação dos fluxos de dados que circulam na cadeia sociotécnica da conectividade e sua conversão em informação, é preciso retomar a noção de redes e seu funcionamento, já explanada no primeiro capítulo.

Sabe-se que a estrutura de redes é conformada por uma série de programas e sistemas integrados que atuam na codificação, decodificação e recodificação dos dados que circulam nas distintas camadas e em distintos formatos. Com a proliferação das redes de

¹⁴⁹ Lipovetsky (2007) separa o capitalismo de consumo em três fases distintas: a primeira corresponde ao surgimento da sociedade de massas e vai até os anos 1950 e pauta-se no início da difusão das marcas e a transferência da confiança do vendedor para uma assinatura – a marca. A segunda fase vai até os anos 1980 e é caracterizada como “o modelo puro da sociedade de consumo de massa”, na qual o consumo se apresenta na forma de desejo passível de ser consumido. Entram em cena estratégias de segmentação de marcas centradas na idade e nos fatores socioculturais dos públicos distintos. Por fim, a terceira fase constitui uma etapa de “mercantilização moderna das necessidades e orquestrada por uma lógica desinstitucionalizada, subjetiva, emocional”. A política das marcas centra-se menos no produto e mais na geração de valor para seus clientes, a partir da entrega de experiências, sensações etc.

¹⁵⁰ Vale ressaltar que parte do que configurou o sucesso do marketing deveu-se à capacidade de essa ferramenta impor estabilidade à mobilidade, colocando a diversidade potencial das práticas dos consumidores em categorias trabalháveis em meio a uma mutabilidade e uma irracionalidade dos modelos de consumo que reinavam no entre-guerras. Foi nessa época que surgiu o sistema de classificação por classes ABCD. Esse sistema reduziu a complexidade da mobilidade do consumo numa tipologia simples e alinhada (Arvidsson, 2004, p. 462).

conexão, o volume de elementos que nelas circula deu um salto e forjou o desenvolvimento acelerado dos mais variados programas capazes de decodificar e recodificar estes dados – advindos de fontes distintas e conformados em códigos diferentes entre si – e processar informações de forma jamais antes vista¹⁵¹.

São os mesmos mecanismos imersos nesses programas que passaram a ser usados na captura e posterior classificação de informações pessoais. Através de sistemas integrados, criam-se subsídios para que a apropriação destes ocorra (LYON, 2002). Essa facilidade na obtenção de informações parece ser reforçada pela própria estrutura de funcionamento das redes, onde toda ação deixa um rastro potencialmente recuperável devido aos mecanismos de cadastro e login. Cada vez mais necessários à comprovação da identidade para o ingresso em determinados espaços, sites ou, ainda, como forma de obter descontos na compra de produtos¹⁵², eles abrem um campo de acesso que torna possível a atuação facilitada de dispositivos que permitem a obtenção e reatramento de dados pessoais¹⁵³.

Como mostra Bruno (2008), os diversos sistemas informatizados compostos por ambientes e serviços, com finalidades diversas – sociabilidade, consumo, busca, entretenimento, informação –, contêm, em seus próprios mecanismos de funcionamento e eficiência, meios de monitorar e classificar ações e comunicações dos indivíduos, além de gerar a possibilidade de rastreamento das atividades e coleta de dados e informações sobre cada um durante sua entrada, saída e circulação¹⁵⁴. Muitas vezes

¹⁵¹ Conhecimento e informação tornam-se desterritorializados (LÉVY, 1999) e pela primeira vez torna-se possível articular dados e informações advindos de fontes distintas e gerados em temporalidades diferentes, através da capacidade de integração entre aparelhos, programas e bases de dados que as TICs inauguram (LYON, 2002). Trata-se do fenômeno chamado “*Big Data*”.

¹⁵² Nora Draper (2011) dá o exemplo de sites de compras coletivas, como configurados a partir da necessidade de um extenso cadastro dos usuários, composto por perguntas sobre as mais diversas informações pessoais sobre seu estilo de vida, hábitos etc. Consequentemente, os interesses de compra de cupons podem ser cruzados e gerar figuras detalhadas dos usuários destes sites, para criar ofertas específicas para cada um deles.

¹⁵³ É claro que as práticas de rastreamento de dados não podem ser vistas como consequência natural da exigência de senhas e códigos de acesso. Trata-se, na verdade, de uma brecha encontrada pelo mercado para atuar no ciberespaço, que até o momento está livre de ordenação jurídica suficientemente forte capaz de regular essas questões.

¹⁵⁴ Santos e Ferreira (2008) mostram como os jogos eletrônicos também constituem atmosferas extremamente importantes para a captura dessas informações. As preferências de cada um durante o jogo, suas atitudes, pontuação, forma de jogar, enfim, todo o tempo e o envolvimento desejante dos usuários contribui para a produção de informações, de forma a contribuir na oferta de produtos e serviços nos momentos de navegação.

atrelados a *cookies* ou outros dispositivos instalados nos sites – os *web beacons* – é possível ter acesso ao histórico de navegação dos usuários, dos ícones clicados por eles, das ofertas procuradas, dos assuntos de interesse nos campos de busca etc., principalmente se estão logados no sistema¹⁵⁵.

Uma vez que estar em conexão e estabelecer relações em rede, fazendo transitar informações e operando continuamente conjunções e disjunções de agenciamentos, é o que pauta grande parte das nossas práticas cotidianas, praticamente todo momento tem se tornado uma porta aberta para a coleta de uma série de informações pessoais postas em circulação durante a conexão via artefatos como os celulares, a partir de práticas de acesso a sites e aplicativos e postagens em redes sociais¹⁵⁶, entre outros. Dessa forma, os processos de codificação digital colocados em curso e alimentados pela produção da massa de dados inserida na cadeia sociotécnica da conexão podem ser interpretados enquanto matéria-prima primordial para a geração do capital-informação de que fala Dantas – “informação transformada em conhecimento com papel ativo no processo de geração e reprodução do valor” (Dantas, 2006, p. 111).

Sabe-se que atualmente há inúmeras empresas especializadas no tratamento destas informações, que posteriormente são oferecidas de forma sistematizada ao mercado, cada vez mais interessado em saber quem são seus potenciais clientes, o que fazem,

¹⁵⁵ Trata-se de duas “tecnologias de rastreamento mais comumente usadas na Internet atualmente. Os *cookies* são pequenos arquivos de texto que são armazenados no navegador enquanto trafegamos pela Internet e nos conectamos a um site qualquer. Eles foram em princípio criados para armazenar informações sobre as interações dos visitantes com os sites de modo a otimizar a sua performance, reconhecendo usuários e memorizando suas preferências. Contudo, como ficam armazenados no navegador e conferem a este um número de identificação, permitem rastrear a navegação do usuário pelas diferentes páginas e sites da Internet. Os *web beacons* funcionam de forma semelhante, mas são pequenos objetos invisíveis embutidos numa página web permitindo o rastreamento das ações do usuário no interior de uma determinada página. Enquanto os cookies são relativamente simples de serem bloqueados através de ajustes disponíveis nos navegadores web, os beacons são mais difíceis tanto de identificar quanto de bloquear, uma vez que não ficam armazenados nos navegadores de Internet e não são visíveis” (Bruno, 2013, p.9).

¹⁵⁶ A dimensão da importância das postagens nas redes sociais tem sido cada vez mais considerada por empresas não apenas porque podem contribuir para fazer propaganda das marcas e valorizá-las, mas também porque a partir delas é possível descobrir como a marca é vista pelos consumidores, em que momentos de suas vidas está presente etc. Nesse sentido, empresas têm ampliado suas atividades de monitoramento online com a ajuda de softwares específicos. Um exemplo caro da importância desse processo é relatado em uma reportagem sobre um software desenvolvido para identificar as marcas presentes nas fotos postadas via um aplicativo de fotos. A partir dele, é possível saber o que os consumidores falam das marcas através de imagens e criar padrões de ocasiões, nos quais as marcas encontram-se presentes. *Empresas buscam a própria imagem na rede Instagram*. O Estado de S. Paulo, 24.03.2013.

como agem e o que buscam quando em conexão¹⁵⁷. A partir de técnicas de mineração de dados (*data mining*) torna-se possível processar os dados colhidos e cruzá-los com uma série de outros dados obtidos em coletas anteriores de forma a construir, com base em métodos estatísticos indutivos, possíveis perfis comportamentais e de consumo que vão alimentar estratégias de marketing (ARVIDSSON, 2004).

E, aqui, vale ressaltar que o perfil se refere, na verdade, menos a um conjunto de dados de uma única pessoa e a suas características intrínsecas e mais a traços que expressam relações entre indivíduos, sendo, portanto, mais interpessoal do que intrapessoal:

a informação de interesse não é aquela relativa a um indivíduo específico, mas a parcelas, fragmentos de ações ou comunicações que irão alimentar complexos bancos de dados cujas categorias consistem, por exemplo, em tipos de interesse ou comportamento que não estão atrelados a identificadores pessoais. Ao mesmo tempo, tais bancos de dados mineram essas informações para extrair categorias supraindividuais ou interindividuais a partir de padrões de afinidade e similaridade entre elementos, permitindo traçar perfis – de consumo, interesse, crime, empregabilidade etc. – que irão atuar ou diferenciar indivíduos ou grupos, mas que não dizem respeito a este ou aquele indivíduo especificamente identificável. (Bruno, 2013, p. 146-147)

Se o principal objetivo da criação de perfis não é tanto produzir um saber sobre um indivíduo identificável, mas usar um conjunto de informações pessoais para agir sobre indivíduos similares que possuem padrões de comportamento em comum¹⁵⁸, observa-se, então, que a dissolução e fragmentação de indivíduos nestes dados e informações coletadas e processadas pelos dispositivos eletrônicos (KANASHIRO, 2009) opera em consonância com a produção de indivíduos – conjunto de modulações dinâmicas e funcionadas das identidades individuais – no interior de amostras, conforme apontado por Deleuze (1992). Por isso não cabe, segundo Bruno, falar em identidades, a não ser em um sentido pontual e provisório, uma vez que os perfis não atendem a critérios de

¹⁵⁷ Segundo Gary Marx (2002), a quantidade de informações pessoais que é conhecida cresceu vertiginosamente em escala, densidade e diferenciação nos últimos anos. Tudo isso de forma mais sutil, aproveitando-se dos processos de digitalização da vida cotidiana. Cada vez mais nossas atividades do dia a dia envolvem transações e interações que geram gravações eletrônicas, das quais não sabemos o destino que lhes é atribuído (GANDY JR., 2002).

¹⁵⁸ Também é possível, a partir daí, tratar cada consumidor de forma diferente dos demais, conforme as empresas percebem seu valor – positivo ou negativo (no sentido de vir a adquirir determinados produtos) – além de olhar para o consumidor desleal e poder calcular como e em que nível ele se pode se tornar leal às empresas.

verdade e falsidade, mas sim de performatividade. Trata-se, assim, “de uma simulação pontual de identidades que, ao se anunciar, tem uma efetividade performativa e proativa, fazendo passar à realidade o que era apenas uma possibilidade, uma potencialidade” (Bruno, 2013, p. 170).

Tendo isso claro, fica fácil perceber como, na lógica atual dos mercados, trata-se de modular sistematicamente os consumidores¹⁵⁹ – permitir o acesso dos perfis “certos” às situações, lugares e produtos apropriados, extraindo de suas diferentes facetas (gostos, hábitos e práticas) lacunas para a inserção de um universo específico de bens e serviços¹⁶⁰ (ZWICK, 2009).

Torna-se, assim, evidente que se está diante de um outro registro no qual as técnicas de poder operam e se fazem presentes. Trata-se de formas de poder que estão em consonância com técnicas de vigilância, diferentes daquelas da sociedade disciplinar, pois não se trata de uma vigilância punitiva, mas de uma vigilância predictiva, ou seja, vigilância distribuída que busca prever comportamentos (PALMÁS, 2011). Mais do que isso, estaríamos diante de uma forma de vigilância que não se encontra restrita aos circuitos de controle, segurança e normalização, mas se faz também intensamente presente nos circuitos de entretenimento e prazer (BRUNO, 2013). Conforme já apontava Deleuze:

Sublinhou-se recentemente a que ponto o exercício do poder moderno não se reduzia à alternativa clássica “repressão ou ideologia”, mas implicava processos de normalização, de modulação, de modelização, de informação, que se apoiam na linguagem, na percepção, no desejo, no movimento, etc., e que passam por microagenciamentos. (Deleuze, 1992, p. 158).

Se podemos levar a sério a questão de que diante deste novo regime de poder entram em cena formas de governamentalidade, pelas quais se trata de viabilizar que subjetividades sejam produzidas e constantemente geridas e moduladas (sobre o que eles podem e não

¹⁵⁹ Novamente, a referência de Deleuze (1992) sobre formas modulares de exercício do poder vale ser lembrada como elemento constitutivo desta nova fase do capitalismo. Da mesma forma, “os dispositivos de vigilância correspondentes a essas formas de poder parecem operar menos sobre corpos do que sobre dados e rastros. Indivíduos que não precisam ser pessoalmente identificados para serem monitorados como objetos eventuais de poder e controle” (Bruno, 2013, p.47).

¹⁶⁰ O domínio do mercado por uma empresa se potencializa, em muitos casos, a partir desta capacidade em controlar significados, e acertar em suas previsões, antecipar as propensões do consumidor em agir de determinadas formas. A partir daí atrela-se produtos a perfis, controla-se e gere-se suas práticas de consumo. (PALMÁS, 2011).

podem desejar, conhecer, escolher) de acordo com critérios de mercado, a força de tais controles está no fato de que o ingresso da vida na cadeia sociotécnica da conectividade não se dá de forma separada da articulação constante com o mercado. A transposição e movimentação de informações pessoais pelo sistema celular de comunicação (e também por todo e qualquer sistema que se valha da conexão à Internet) torna cada um de nós responsáveis pela divulgação e propagação de dados que se converterão em informação passível de ser apropriada e retrabalhada com a ajuda de dispositivos especializados.

Mais ainda digno de atenção é o fato de que atualmente não é possível saber se (e de que forma) a privacidade e o controle de cada um sobre as informações pessoais divulgadas serão mantidos. Usuários têm pouco poder sobre quem acessa seus dados num simples serviço de busca realizado e raramente sabem como fazer para evitar que isto seja apropriado sem sua autorização. Até o momento, ficar invisível para as empresas, assim como garantir a privacidade, com apoio de alguma lei, daquilo que é postado na rede¹⁶¹ parecem ser tarefas impossíveis, justamente porque a cadeia que liga usuários à conexão é a mesma na qual agenciamentos de poder que envolvem o mercado se fazem presentes.

E aqui faz-se necessário chamar a atenção para o fato de que, para além das formas modulares de poder que operam na captura e remoldagem de informações pessoais, é possível visualizar como a cadeia sociotécnica da conectividade dá subsídio para que princípios de poder que se baseiam na utilização ativa das práticas cotidianas dos usuários para acionar regimes de produção de valor operem. O modo de funcionamento de um dos aplicativos mais utilizados pelos entrevistados consiste num exemplo claro de como a própria ampliação e reprodução do capital passa a se dar ao longo das práticas de conexão nas quais os usuários se envolvem de forma ativa.

Atrrelados à função de GPS, os aplicativos de geolocalização permitem aos usuários indicar onde se encontram e procurar por contatos seus que estejam próximo desse local. O usuário ainda pode compartilhar sua localização com outros contatos da rede

¹⁶¹ Em janeiro de 2013, foi enviada à Casa Civil uma proposta para um projeto de lei que regulamenta e protege o uso dos dados dos cidadãos brasileiros na Internet. Durante todo o ano de 2013, observou-se um intenso debate na sociedade civil em conjunto com a classe política acerca dos limites e possíveis consequências desta lei no que diz respeito à privacidade do usuário da rede. Até o final da redação deste texto nem o Marco Civil da Internet e tampouco o anteprojeto de proteção de dados pessoais haviam sido votados no Congresso.

que não possuem o aplicativo, sincronizando-o a outras redes sociais. Porém, a característica mais reveladora destes programas é que eles permitem “marcar” o local na rede (se ele ainda não foi identificado) ou então fazer “*check in*”¹⁶² no mesmo (se ele já possui um registro) e escrever comentários sobre o local, serviço prestado, atendimento etc., além de anexar fotos. Para tanto, basta acionar tais programas ao chegar em um local, que automaticamente todos os espaços mais próximos que já foram registrados serão identificados, bem como comentários e informações a respeito, como dicas de melhores pratos, bebidas, preços etc. Esse tipo de prática tem convertido tais programas em guias culturais e gastronômicos eletrônicos da atualidade.

O que este breve exemplo procura demonstrar é que, para além da ideia de serviços colaborativos¹⁶³, percebe-se como os usuários encontram-se cada vez mais engajados na produção de conteúdo destes sites e plataformas. Visto por um outro ângulo, são os usuários os empregados voluntários do serviço, capazes de valorizar locais gratuitamente e elegê-los locais da moda, ao acessarem a plataforma e postarem seus comentários. São também os usuários os responsáveis por tornar esses aplicativos valorizados no mercado, pois quanto maior o número de usuários em determinada plataforma, mais caras as taxas para a exposição de publicidade.

Apenas para ter outro exemplo: um aplicativo de ensino de idiomas, criado pelo mesmo desenvolvedor dos códigos *captcha*¹⁶⁴, ajuda seus usuários a aprenderem uma língua estrangeira através de uma série de exercícios, dentre eles, a tradução de textos que, por sua vez, consistem em trechos que empresas pagaram à plataforma para que fossem traduzidos. Tem-se, assim, que o aplicativo é mais um facilitador, uma ponte que agrega usuários e empresas na produção de valor que acaba por canalizar as práticas de seus

¹⁶² Quanto mais “check ins” o usuário acumula, mais pontos ele pode ganhar. Estes pontos geram dois rankings de classificação dos quais participam o usuário em relação a sua rede de contatos e em relação a todos os usuários da sua cidade. Os pontos garantem distintivos relativos a lugares específicos – vira-se prefeito de um local, administrando-o, ganha-se troféus que podem ser convertidos em cupons de desconto etc.

¹⁶³ Não se trata de negar, aqui, o caráter colaborativo de tais programas. O fato é que não se sabe o que estes serviços de geolocalização fazem com as informações sobre os locais frequentados de cada usuário – se repassam informações a outras empresas ou guardam sigilo sobre elas. Ainda, tais plataformas são detentoras de uma base valiosa de dados, que certamente ajudaria a compor e reconstituir a vida e a rotina de dezenas de milhares de pessoas e, assim, servir aos fins mais escusos possíveis.

¹⁶⁴ Vale aqui ressaltar que o mecanismo das famosas siglas *captcha*, que temos que digitar toda vez que nos é exigida a comprovação de nossa identidade em algum site, utiliza-se da nossa cognição para a digitalização de livros online (trechos escaneados que programas de computador não conseguem identificar), serviço este, gratuitamente realizado por nós.

usuários em atividades que não só alimentam a popularidade do aplicativo perante as empresas, como garantem financeiramente a sua manutenção.

Esses exemplos constituem uma pequena parcela daquilo que atualmente está em curso nas infovias e por isso nos obrigam a pensar em uma nova dinâmica nas relações envolvendo mercado, consumo e geração de valor. Para além de feixes de relações que ligam os usuários e suas vidas diretamente ao mercado, está-se diante de novos agenciamentos de poder, calcados em práticas disfarçadas sob a ótica de atividades criativas que unem informação e entretenimento, mas que podem ser encaradas enquanto exploração digital, pois se aproveitam da proatividade, cognição e imaginação dos usuários na geração de conteúdos (FUCHS, 2011).

Termos como cocriação e *producers* e *prossumption*¹⁶⁵ permitem evidenciar a dinâmica em curso na qual usuários parecem se transformar em geradores de conteúdos essenciais que contribuem para processos de geração de valor a partir do momento em que se engajam em determinadas plataformas na rede (FUCHS, 2011; ZWICK, BONSU, DARMODY, 2008):

Trata-se do pressuposto de que o controle do consumidor e do mercado pode ser mais bem atingido ao promover plataformas dinâmicas e ambientações que programem a liberdade do consumidor e a possibilidade de aproveitar produtivamente suas práticas. É aí que o capital coloca em andamento processos que permitem a liberação e captura de grandes repositórios de competências técnicas, sociais e culturais em locais considerados fora da produção monetária de valor (Zwick, Bonsu, Darmody, 2008, p. 165-166, tradução nossa).

Como afirma Ramaswamy (2006), estas “plataformas de engajamento” que conformam a Web 2.0¹⁶⁶ de nossos dias e que propiciam a expansão do compartilhamento de experiências e as práticas de proatividade tornam-se capazes de incitar a produção de valor ao se aproveitar dos tempos de não trabalho dos consumidores-usuários.

¹⁶⁵ Neologismos que conjugam as palavras em inglês *producer* (produtor) e *user* (usuário) ou *production* (produção) e *consumption* (consumo). Observa-se aqui uma mudança na forma como os próprios consumidores são vistos pelas empresas. Para além da ideia de clientes que consomem passivamente produtos, eles são cada vez mais encarados enquanto cocriadores, indivíduos engajados tanto quanto os produtores e publicitários e que têm saberes e competências especializadas, que as empresas não são capazes de compreender de antemão, sendo necessário atraí-los e retê-los através destas plataformas, onde eles possam aplicar e aumentar este conhecimento (Zwick, Bonsu, Darmody, *ibidem*, p. 174).

¹⁶⁶ O termo designa serviços e ambientes na Internet compostos por remixagens de dados de múltiplas fontes, incluindo as postagens e conteúdos produzidos pelos próprios usuários.

Outros autores partem desse mesmo registro para ir mais além. Santos e Ferreira (2008), por exemplo, pontuam uma mudança na forma de se conceber o trabalho e afirmam que atividades de trabalho assumem características cada vez mais semelhantes à lógica do jogo. Isso porque atividades de exploração têm se inscrito no domínio do alegre e do *fun*, a partir do momento em que também entra em cena o envolvimento desejante do usuário em dedicar cada vez mais tempo e atenção à conexão com o maior número de redes possíveis:

Trabalhar, hoje, é permanecer a maior parte do tempo ligado ao maior número de redes possíveis e, de preferência, com uma alta dose de envolvimento. A imagem-limite seria um mundo-online no qual todo o tempo de vida da pessoa é tempo de produção – não porque ela trabalhe o tempo todo, mas porque o trabalho agora mudou de natureza. Nesse sentido, trabalhar já não seria uma atividade com início e fim, mas sim a alimentação contínua de uma rede que, dessa maneira, usa para seus próprios fins toda a informação que puder obter através da conexão. (Santos e Ferreira, 2008, p. 89).

Como já foi notado por muitos, a produção de valor descolou-se do trabalho concreto, e esse é um processo que também opera ao longo das práticas de acesso e conexão ao longo da cadeia sociotécnica aqui descrita. Tal processo engendra uma mudança em torno das relações entre mercado, consumo e geração de valor e traz para o centro da atividade econômica o controle do tempo do consumidor. Este deixa de ser um alvo do mercado para se tornar o próprio mercado. Ocupar o tempo das pessoas, fazer com que elas dediquem seu tempo ao consumo de produtos e serviços e à promoção de discursos sobre eles parece ter tornado a essência da produção de valor no capitalismo contemporâneo segundo os autores.

Nesse sentido, os celulares e a cadeia sociotécnica engendrada a partir de seu uso podem ser considerados enquanto centrais no processo de valorização de nossos dias porque, no fundo, trata-se da produção de agenciamentos que permitem que o tempo da conexão seja direcionado para atividades que acionem a produção do valor. O lado perverso desse processo é que, na maior parte das vezes, o usuário não percebe que seu

engajamento consitui elemento poderoso, ao mesmo tempo em que vê sua vida amarrada a todos os agenciamentos realizados na cadeia¹⁶⁷.

Em segundo lugar, isso levanta uma outra questão. Se a conexão com o mercado é intrínseca à conectividade e se o tempo da vida é tomado cada vez mais pelo tempo da conexão, permite supor que nossas próprias vidas, práticas, atitudes, nossa forma de ser-estar conectado tenham se tornado elementos essenciais para a produção de valor. Em outras palavras, não basta apenas encarar o atual registro em termos da existência de uma vida capturada e em constante diálogo com o mercado. Trata-se, de fato, da vida colocada para atuar enquanto matéria-prima para processos que culminam em valorização, ou seja, a reprodução da vida em si encadeada nas redes de conexões constitui ingrediente essencial na reprodução do capital.

Tal processo não deixa de evocar a discussão proposta por alguns autores que mostram como cada vez mais os tempos da produção de valor englobam também tempos de consumo (e os tempos da vida). Os pioneiros nesta discussão são os italianos Lazaratto e Negri (2001) que, desde os anos 1980, apontavam para esta nova relação entre produção e consumo, que conforma o surgimento do que foi cunhado enquanto trabalho imaterial.

Dentro do que se convencionou chamar de trabalho imaterial encontram-se concepções distintas¹⁶⁸ que envolvem: i. atividades simbólicas e cognitivas, formas de trabalho primordialmente intelectuais, que envolvem tarefas simbólicas e analíticas e as expressões linguísticas, que produzem ideias, símbolos, códigos, textos, formas linguísticas, imagens etc.; ii. o produto destas atividades, que resultam além de bens materiais, bens intangíveis – o conteúdo cultural das mercadorias – como sentimentos

¹⁶⁷ Neste sentido, Santos e Ferreira (2008) acrescentam que tudo tem se dado de veras de acordo com a lógica do jogo, uma vez que não basta apenas obrigar o jogador a aceitar as regras, é preciso fazer com que ele veja tal aceitação como mais vantajosa do que a sua recusa. Traçando um paralelo com a necessidade com a qual a conexão se impôs em nossos dias, é possível perceber como formas de poder se reatualizam neste processo no qual o estar conectado parece ser ainda mais vantajoso que o não estar.

¹⁶⁸ Não se pretende, aqui, desenvolver uma ampla discussão sobre as diversas correntes teóricas acerca dos tipos de trabalho, das formas de constituição da acumulação capitalista que estas novas práticas inauguram e tampouco das teorias que se constituem em torno do conceito de trabalho imaterial, seja para aprimorá-lo, seja para criticá-lo. Em primeiro lugar, porque isto implicaria numa tarefa que está para além das capacidades da autora realizar e, em segundo, porque se acredita que dentro dos objetivos aos quais este trabalho se propõe, válido é mostrar como na mudança do jogo de relações entre tempos de trabalho e tempos de consumo, a noção de trabalho imaterial surge como uma ferramenta conceitual importante que ajuda a entender parte deste processo.

de confiança, segurança e conforto, numa nova relação produção-consumo considerada enquanto “relação de capital”, envolvendo empresas e seus clientes e iii. a própria forma como a relação produção-consumo se dá, através de relações comunicativas e afetivas, envolvendo tempos da vida e irrompendo com as distinções entre produtores e consumidores, pois englobam ambos na produção de valor (LAZARATTO e NEGRI, 2001; HARDT e NEGRI, 2001; 2005). Para além de todas elas e da ideia comum de que há transformações em curso no conteúdo do trabalho – que substitui o dispêndio físico de energia pelas aptidões cognitivas, como criatividade, imaginação, afetividade etc., caráter cooperativo e natureza comunicativa – acredita-se que o mais importante de se levar a sério neste posicionamento seja a ideia de que o momento de produção confunde-se e mescla-se cada vez mais com o momento de consumo, de forma a minar as fronteiras entre tempo do trabalho e tempo livre e a alterar a dinâmica da produção de valor.

Em outras palavras, vale reter a ideia de que o valor passaria a se atrelar mais às formas de consumo e aos tempos da vida de todos nós. É por esse prisma que também é possível entender a mudança nas relações entre empresa e consumidor, cada vez mais pautada pela venda de serviços e que busca fazer do consumidor um cliente fiel via relações contínuas e duradouras entre empresa e cliente, que englobam uma extensa cadeia de serviços e outros produtos atrelados, muitas vezes ofertados enquanto cortesia, visando à fidelização e ao estabelecimento de relações de longo prazo com a empresa¹⁶⁹:

No capitalismo contemporâneo, a empresa não existe fora do produtor e do consumidor que a representam. O mundo da empresa, sua objetividade, sua realidade, confunde-se com as relações que a empresa, os trabalhadores e os consumidores mantêm entre si. (Lazaratto, 2006, p. 99).

É fácil perceber, a partir de todos os elementos aqui já expostos, como a participação mais ativa das empresas na vida dos usuários encontra terreno fértil para se dar na

¹⁶⁹ Conforme pontuam Negri e Lazaratto (2001), hoje as empresas estruturam suas estratégias no final do processo de produção, mais especificamente na venda e na relação com o cliente-consumidor. Os novos imperativos dessa fase constituiriam mecanismos cada vez mais rápidos de *feedback* do consumo para a produção. É também possível estabelecer um paralelo entre tais relações e o que Hardt (1999) denomina produção e manipulação de afetos, a saber, a introdução de sentimentos a partir de relações de sociabilidades travadas em processos comunicacionais que envolvem empresas e seus clientes. Tal economia dos afetos colocaria em cena uma outra dimensão do trabalho imaterial denominada trabalho afetivo.

própria conectividade – via plataformas de engajamento (sites, aplicativos, portais etc.) e os consequentes agenciamentos que estes exigem. Se tomarmos estes elementos como pressupostos das atuais relações entre mercado, bens e consumidores, torna-se possível entender como a cadeia sociotécnica que envolve telefones celulares, usuários e os serviços de conexão não deixa de estar atrelada à produção de um mundo de relações de serviços envolvendo empresas e seus clientes – constituídas ao se mobilizar o próprio tempo da vida do usuário em conexão.

Sob o fluxo visível destas interações sociais, constituem-se circuitos de entretenimento, prazer e sociabilidade, nos quais “um imenso, distribuído e polivalente sistema de rastreamento e categorização de dados pessoais que alimenta estratégias de publicidade, desenvolvimento de serviços e produtos, dentro e fora destas plataformas” entra em cena (Bruno, 2013, p. 9).

Assim, se o tempo de reprodução da vida se converteu em tempo de produção de valor, isto se deu não só pelo fato de o consumo se dar nestes momentos, mas pela própria mutação no *status* do consumo, que se torna atividade primordial, constantemente monitorada e passível de apropriação em termos de saberes, relações e afetos que ele mobiliza. E tudo isto de forma ativa e passiva pelo simple processo de consumo do serviço de conexão.

A noção de trabalho imaterial, proposta pelos autores aqui citados, gerou inúmeras controvérsias e questionamentos. Não é nossa intenção entrar nesse debate, que iria além do que se se propôs realizar nesta pesquisa. Sendo assim, preferiu-se tomar essa noção apenas como um fio condutor que ajuda a entender a forma com a qual o capital tem capturado as atividades subjetivas, culturais e de entretenimento para sua expansão¹⁷⁰.

Se antes o tempo do lazer, das relações privadas não era inteiramente penetrado pela relação mercadoria-consumidor ou trabalhador-capitalista, hoje “a expansão capitalista abriu novos territórios, subordinando processos produtivos não capitalistas às regras do capital” (Negri, 2001, p.291). Nas palavras de Pelbart (2000, p.37) “o trabalho precisa

¹⁷⁰ Até porque, como já se pontuou anteriormente, não se acredita numa imaterialidade da reprodução do capital. Pelo contrário, o intuito, até o momento, foi mostrar que dimensões simbólicas engendradas pelo mercado encontram-se amarradas a outras dimensões fundadas em cadeias sociotécnicas envolvendo múltiplos atores e linhas de força materialmente constituídos.

da vida como nunca e seu produto afeta a vida numa escala sem precedentes – a vida torna-se inteiramente trabalho e o trabalho torna-se vital”.

Essa relação redefinida entre tempos da vida e produção do valor fica clara quando se considera que tempo da vida é tomado cada vez mais pelo tempo da conexão, e o acesso à cadeia sociotécnica da conectividade se tornou uma prática intrínseca a praticamente todas as atividades cotidianas, ao mesmo tempo em que constitui a mesma cadeia que nos liga ao mercado e a seus agenciamentos contínuos.

Sendo assim, espera-se ter conseguido demonstrar como a força da conexão e a imprescindibilidade que esta passou a ocupar na atualidade sustentam-se ao visualizar a composição de uma cadeia sociotécnica da conectividade e de alguns elementos que nela circulam, dentre eles agenciamentos de poder que incidem diretamente nos regimes da vida envolvendo os afetos, a gestão, as formas de ser-estar no mundo, as subjetividades e a relação com bens e serviços. Nesse sentido, a cadeia sociotécnica da conectividade pode ser encarada enquanto um dos pontos de ancoragem extremamente relevantes para se pensar a constituição de um social cada vez mais capturado pelo mercado.

6. Conclusões e questionamentos: como pensar as formas de poder e constituição de si no ser-estar conectado

Ao longo deste trabalho, procuramos mostrar como e de que forma o uso do telefone celular tem se embrenhado nas diversas tramas de relações sociais da atualidade. Grande foi o esforço de demonstrar que a compreensão das práticas sociais de uso e o consumo dos telefones celulares devem ser vistos enquanto um processo sociotecnicamente constituído, que envolve inúmeras forças, atores e agenciamentos ao longo do tempo. Mais do que a busca por entender como o uso de celulares e da tecnologia de conexão, da qual eles se tornaram mediadores, alterou de fato as práticas sociais, as formas de relação com o tempo e o espaço, a comunicação com o outro e acesso às informações, o que guiou a construção desta tese foi a tentativa de destrinchar

como isso tornou-se possível, a partir da análise de algumas das forças atuantes neste processo.

Vimos como parte do que sustenta a construção do telefone celular enquanto artefato imprescindível são os esforços dos produtores e operadoras de serviços de telefonia móvel em construir a ideia de um mundo de conexão constante como extremamente necessário à vida atual. Se considerarmos que o processo de valorização capitalista tem se subordinado menos à criação de mercadorias e de novos serviços, em detrimento da efetuação de mundos (de consumo, de informação, de trabalho, de lazer), nos quais estes fazem pleno sentido, através de forças e agenciamentos que nos convidam a adotar “certa maneira de viver, de ter um corpo, de comer, de morar, de deslocar-se etc.” (Lazaratto, 2006, p. 101), é possível traçar um paralelo entre o processo de construção mercadológica do telefone celular e a consequente criação de um mundo no qual a conectividade e a acessibilidade constante se colocam como principais fontes garantidoras de uma vida plena, em diálogo com seu tempo.

Porém, mostrou-se também como parte de tudo isso é fruto da forma como os usuários têm se relacionado com o mercado e com estes objetos ao longo de seu processo de apropriação. Se hoje se apresentam aos nossos olhos formas cada vez mais cativas de uso do celular e um consequente apego a ele, é importante ressaltar que não se deve apenas à conformação do serviço de conexão móvel enquanto mercado. Tudo foi (e continua sendo¹⁷¹) tecido num processo de construção social envolvendo agenciamentos e jogos de relações entre governo, produtores e operadoras de telefonia, de um lado, e usuários e suas práticas de uso de outro.

Assim, se atualmente a conexão e a comunicação à distância se configuraram enquanto serviços valorosamente oferecidos no mercado, uma vez que tidos como essenciais, para que isso fosse possível a própria noção de usuário teve de ser construída. E parte desse processo de construção deu-se em termos de aprendizados de habilidades e capacidades técnicas para lidar com os celulares ao longo das práticas de uso destes.

¹⁷¹ O que o período de pesquisa permitiu flagrar é como muito do que diz respeito às formas de lidar com tal tecnologia de comunicação móvel alterou-se entre o início e o término deste trabalho – e continuará a se alterar ao longo do tempo, pois estamos diante de um processo não finalizado, cujos desdobramentos da vida em plena conexão ainda são difíceis de prever.

Por isso, procurou-se abordar a ideia de construção social do celular concomitante à construção do usuário conectado. Foi no conjunto de relações estabelecidas entre o processo de domesticação, as inovações tecnológicas crescentes que transformaram os celulares em computadores de bolso, a ampliação da infraestrutura técnica necessária à conexão, o barateamento do preço das ligações, as práticas de apropriação dos objetos, que se observou a conformação de um arranjo sociotécnico no qual a conectividade emergiu enquanto elemento estruturante.

Esta foi uma das apostas analíticas desta pesquisa: olhar para as relações entre usuários e artefatos para além das práticas de uso e consumo, mas buscando entender tal relação a partir da análise de distintas dimensões que tornam o processo de consumo da conectividade possível. Dessa forma, acredita-se que a compreensão da nova configuração social, que pode ser chamada de vida em conexão, bem como do processo que a permitiu emergir, ganha feições mais palpáveis analiticamente ao se ter em mente a ideia de construção de uma cadeia sociotécnica. A ideia de descrever uma cadeia, enquanto cristalização de uma série de relações e práticas de atores distintos, elementos e ações diversos, políticas, tecnologias, discursos e dispositivos, todos envolvidos na criação deste mundo, mostrou-se uma estratégia interessante justamente porque foi possível, a partir daí, puxar os fios que a compõem para focar a análise em alguns momentos e situações específicas, nas quais algumas dimensões do que significa estar conectado ganharam concretude.

Em primeiro lugar, vale destacar a integração do celular a praticamente todas as rotinas de cada um de nós, como consequência de termos tornado nossas vidas cada vez mais imersas na cadeia sociotécnica da conectividade. À medida em que as práticas diárias, relações e afetos tornaram-se transplantados para a rede complexa de relações envolvendo os usuários, seus celulares e as possibilidades de conexão, a relação com estes artefatos passa a carregar elementos de necessidade e imprescindibilidade. É claro que o mercado também se esforçou para reforçar tais práticas, seja ampliando as possibilidades técnicas para tanto – a partir do Smartphones –, seja via criação de mecanismos que tornassem a vida dos usuários mais facilitadas, mas também cada vez mais atreladas a seus celulares. Porém, o que vale ressaltar é que o ser-estar conectado gestou-se num processo multissituado capaz de agenciar práticas ligadas à construção de uma nova maneira de se comunicar, de estar acessível e acessar as informações e de lidar com elas para realizar as atividades mais corriqueiras, mas também de estar sujeito

a elas para tomar decisões e tornar-se cada vez mais impelido a seguir o ritmo no qual circulam.

Assim, se o consumo dos celulares enquanto possibilidade de acesso a tudo e a todos tem ganho cada vez mais importância, é porque fomos convidados a adentrar no mundo da conectividade permanente e a alterar nossas práticas a partir de novos agenciamentos propostos. Aprendemos a viver no imperativo da velocidade da troca de mensagens, da resposta instantânea para nossas perguntas, e qualquer momento de desconexão passou a ser vivenciado enquanto privação, a ponto de podermos afirmar que isso se dá porque a reprodução da vida se encontra em plena consonância com os fluxos que circulam na cadeia sociotécnica da conectividade.

Isso traz a possibilidade de se pensar na presença de novos elementos capazes de interferir na constituição da ação social, uma vez que práticas tornam-se cada vez mais atreladas ao ser-estar conectado. Vale chamar a atenção para o fato de que estes elementos compostos e engendrados ao longo de uma cadeia sociotécnica envolvendo usuários e seus aparelhos contribuem para colocar em jogo forças poderosas que parecem ameaçar os campos de ação possível dos sujeitos envolvidos. Em outras palavras, é possível afirmar que a própria domesticação do objeto aqui discutida não deixa de envolver a dimensão da domesticação dos corpos e das vidas de cada um pelas forças do mercado.

É de se questionar se aí não estariam presentes forças de poder que embaralham a capacidade individual de gestão de si e dos tempos para si, pois à medida em que se opta por estar conectado à cadeia, cada um se vê obrigado a colocar sua vida à disposição de uma temporalidade que foge aos limites do controle sobre seu próprio tempo. Em outras palavras, tais formas de poder incidem de forma a embaralhar as capacidades de cada um na gestão de suas próprias vidas, nas escolhas sobre as formas de se comunicar, de quando e como ter acesso e ser acessado pelos outros etc.

Além disso, ao alimentarem uma série de dispositivos tais como aplicativos, redes sociais e os próprios sites de busca com dados e informações pessoais específicas, os usuários mostram-se como ativos na criação de agenciamentos de poder que permitem que formas de controle e gestão de suas vidas se estabeleçam a partir destes mesmos programas. Em seu conjunto, engendram-se práticas de avaliação e condução de condutas individuais, com base em critérios que visam guiar, orientar e direcionar as

vidas dos usuários em determinadas direções, advindos da análise de um conjunto de atividades anteriormente realizadas e inseridas na cadeia.

Nada mais próximo, nesse sentido, às chamadas tecnologias de controle individual, nos termos colocados por Foucault. Interessante notar, porém, como neste processo transfere-se para os próprios sujeitos o campo de visibilidade e monitoramento que antes era voltado a eles, ao mesmo tempo em que lhes é atribuída a responsabilidade pela gestão de suas vidas, como se o “auxílio” conferido por tais mecanismos servisse apenas para acelerar e otimizar as práticas, e não direcioná-las e conformá-las.

Se aí se constituem formas de poder que tomam de assalto as práticas diárias e formas de ser-estar cada vez mais em conexão, é preciso considerar que os elementos de saber, materializados em dados e informações pessoais postos em circulação na cadeia sociotécnica da conectividade, não deixam de ser atravessados por agenciamentos de poder ligados aos fios do mercado. A partir daí amplia-se não só a participação do mercado na cadeia, como colocam-se em cena dispositivos que alimentam a produção de valor na atual etapa do capitalismo. Sendo assim, o que parece estar em jogo são novos parâmetros de exercício do poder e do controle, no esteio daquilo que já havia sido prognosticado por Deleuze (1992).

O autor notou o papel estratégico de tecnologias enquanto dispositivos a partir dos quais o poder se exerce nas sociedades pós-disciplinares. Porém, longe de buscarem extrair regularidades e transformá-las em regras a serem seguidas, Deleuze aponta como estas novas formas de poder operam no formato de modulações, que visam direcionar cada um de acordo com suas potencialidades, moldar preferências, explorar inclinações e, assim, colocar em jogo formas sutis de controle e gestão das vidas.

Segundo Deleuze, estaríamos num momento em que as relações de poder se processam em fronteiras tênues e redes flexíveis, despertando uma sensação de aparente liberdade, ao mesmo tempo em que formas de controle se fazem atuar de maneira contínua e ilimitada nos modos de vida, alimentadas pelos movimentos dos indivíduos e circulação de informações. Nada mais semelhante, portanto, ao que se apresenta aos nossos olhos, ao considerarmos que atualmente praticamente todos os momentos da vida encontram-se presos aos momentos de conexão, que não deixam de ser também ocasiões nas quais os agenciamentos com o mercado se fazem atuar. Controles modulares parecem, assim, ganhar força em consonância com o modo de funcionamento da cadeia sociotécnica da

conectividade, aproveitando-se de sua característica onipresente, distribuída e, ao mesmo tempo, facilitadora da circulação de informações para colocar em ação estratégias que visam sua captura em prol de práticas comerciais visando direcionar a conduta de cada um para os produtos mais apropriados e fáceis de serem adquiridos de acordo com as características de cada perfil, previamente construído.

Porém, os campos de ação dessas formas de poder parecem ir mais a fundo, de modo a envolver cada um de nós no processo de reprodução do capital, pelos simples agenciamentos que realizamos na cadeia sociotécnica da conectividade. Mais do que o gerenciamento de comportamentos e o direcionamento de condutas e a canalização de desejos e preferências em torno de alguns produtos e serviços, os fios que nos conectam ao mercado nos tornam usuários ativos nos processos de valorização pelo simples dispêndio de nossos próprios tempos da vida com a conexão e no consequente engajamento em plataformas específicas, sites, aplicativos em momentos de entretenimento e prazer, fazendo-nos crer que a atuação e participação criativa nestes espaços colonizados pelo mercado foi escolha nossa.

E aí podemos dizer que se constitui a forma sutil, mas extremamente onipresente desta forma de poder, que ganha força a partir da percepção de que o ser-estar conectado é mais vantajoso do que o não-estar e ao se aproveitar a própria reprodução da vida em si para imbricá-la ao mercado e às formas de geração de valor, através de agenciamentos presentes na cadeia sociotécnica da conectividade. Se inteligência, afetos, desejos, engajamentos dos mais diversos, maneiras de ser, fazer e divertir-se encontram-se capturados de forma a consituírem elementos ativos na produção de valor, uma vez que circulam ativamente na cadeia de conexão da qual todos nós (inclusive o mercado) fazemos parte, parecemos estar diante de um momento do capitalismo, no qual o capital parece não só penetrar nas esferas mais infinitesimais da existência, mas também as mobilizar de forma jamais antes vista – “ele as põe para trabalhar, as explora e amplia” (Pélbart, 2009, p. 20).

E aqui cabe se perguntar sobre como encarar esta forma de poder em diálogo com o atual contexto no qual a vida em conexão se torna, ela própria, diretamente produtiva. Aos olhos de autores como Negri e Hardt (2001; 2005), num momento em que a produção torna-se coextensiva à reprodução, “envolvendo todos os elementos da vida cotidiana em prol da acumulação capitalista” (Negri e Hardt, 2001, p.44), entra em cena

um poder que rege e regulamenta a vida social desde dentro, seguindo-a, interpenetrando-a, assimilando-a e reformulando-a. Dessa forma, o que parece estar em jogo nesse regime de poder é a produção e reprodução da vida ela mesma.

Se podemos tomar o ‘ser-estar conectado’ enquanto condição primordial para que as vidas se tornem inseridas no domínio dos cálculos explícitos do poder, conforme aponta Foucault, seria possível interpretar o que se desenha a partir daí enquanto biopoder? Visto enquanto atrelado apenas ao corpo, aos processos biológicos e a seus potenciais tendo por objeto o corpo da população e suas condições de reprodução – de criar, administrar e controlar a vida –, o biopoder parece se atualizar aos olhos de Hardt e Negri, que passam também a atrelá-lo às capacidades de reprodução da vida cotidiana e, conseqüentemente, à conformação de afetos, desejos, inteligência e práticas que atuam ativamente no processo de acumulação capitalista.

Embora se admita que a concepção de Foucault sobre a entrada do corpo e da vida e seus mecanismos esteja um tanto quanto distante da ideia de um poder unidimensional¹⁷², tal como colocado por Negri e Hardt, acredita-se que seja possível tomar este cenário como ponto de partida para uma discussão sobre os regimes de subjetividades que atuam em consonância com formas de poder que atravessam as vidas em plena conexão.

Uma vez que o ‘ser-estar conectado’ encontra-se atrelado à produção de novos elementos, que alteram a constituição da ação social, e, conseqüentemente, a novas formas de vida, ao mesmo tempo em que a cadeia sociotécnica da conectividade parece se apresentar como um dos campos de ação privilegiados desta forma de poder, há, então, que se questionar como é possível compreender as formas de subjetivação num momento em que o próprio campo de experiência e de ação cotidiana parecem inteiramente capturados pelo capital. Autores como Lazaratto (2006) e Pélbart (2000) pontuam que o que parece estar em jogo é a produção de subjetividades consumidoras – subjetividades que não são fixadas em identidades específicas, mas híbridas e moduladas, atuando em consonância com o processo produtivo de nossos dias, de acordo com o que lhes é oferecido em termos de possibilidade de atuação.

¹⁷² Não nos esqueçamos que, para Foucault, formas de poder encontram-se sempre atreladas a uma multiplicidade de relações e mecanismos infinitesimais.

A partir dessa perspectiva, coloca-se a possibilidade de entender a conformação destas subjetividades consumidoras produzidas, moduladas enquanto subjetividades cada vez mais conectadas e dependentes da conexão, conformadas em meio a processos de modulação de práticas sempre voltadas à reprodução do capital. Porém, é possível admitir que elas se encontrem, de fato, completamente aprisionadas ou cabe supor que existem chances para escapar a estes agenciamentos que se fazem presentes em todos os momentos da vida cotidiana e atuam sobre o regime de gestão dela?

Se tomarmos a perspectiva colocada por Foucault nos seus últimos estudos, veremos como o espaço para a ancoragem da resistência coincide com o campo de incidência do próprio poder¹⁷³. Segundo Foucault, é possível compreender o poder enquanto uma economia política de forças envolvendo relações estratégicas que permitem a estruturação do campo de ação do outro.

Sendo assim, sempre há espaço para o que Foucault chama de contracondutas que escapem ou questionem ou resistam a esses modos de gestão das vidas, seus modos de ser e se conduzir. Ao longo desses jogos infinitesimais, móveis, reversíveis, instáveis que compõem o exercício do poder, nos é permitido colocar em ação estratégias para modificar situações para conseguir estabelecer relações numa mesma medida. Vale ressaltar que este espaço não está dado de antemão, precisa ser inventado por nós.

Destarte, se a cadeia sociotécnica da conectividade reatualiza as relações de poder e impõe novos parâmetros para a construção de subjetividades, há de se ressaltar que cabe a nós saber encontrar o ponto de equilíbrio e aprender a lidar com as possibilidades que nos têm sido colocadas. Isso significa perceber os dispositivos de captura, com os quais estamos contribuindo para nossa servidão, e traçar estratégias para nos tornarmos imperceptíveis a eles com a ajuda das próprias facilidades engendradas pela conectividade.

¹⁷³ Nos últimos escritos do autor, é possível perceber como ele interroga o poder, seus dispositivos e práticas não a partir da teoria da obediência e suas formas de legitimação, mas a partir da liberdade e da capacidade de transformação que todo exercício de poder implica.

Referências¹⁷⁴

Bibliografia consultada:

AGRE, Philip E. Changing Places: Contexts of Awareness in Computing. **Human-Computer Interaction** 16(2-4), 2001, pages 177-192. Disponível em: <<http://dliis.gseis.ucla.edu/pagre/>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2010

AKRICH, Madeleine - Comment decrire les objets techniques? **Techniques et Culture**, 9, 49-64, 1987

_____. The de-scription of technical objects. In: BIJKER, W. e LAW, John (eds.) **Shaping technology, builing society: studies on sociotechnical change**, MIT Press, Cambridge, 1992

_____. e LATOUR, Bruno - A summary of a convenient vocabulary for the semiotics of human and nonhuman assemblies. In: BIJKER, W. e LAW, John (eds.) **Shaping technology, builing society: studies on sociotechnical change**, MIT Press, Cambridge, 1992

ÁLVAREZ, F. A. C., SERRANO, F. T. E RUEDA, L. I. - “¿Bajo las riendas del teléfono móvil? Control social, normalización y resistencia”. *Open access*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a08.pdf>> Acesso em: 21 de setembro de 2012

ANATEL- Agência Nacional de Telecomunicações – Dados sobre quantidade de acessos em Telefonia móvel e Relatórios consolidados. Disponpivel em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do>> Acesso em: 17 de dezembro de 2013

APPADURAI, Arjun –Introduction: commodities and the politics of value. In: APPADURAI, Arjun (org.). **The Social life of things: commodities in cultural perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, pp. 3-63.

¹⁷⁴ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

_____. **Modernity at large: cultural dimensions of globalization.** Minneapolis. University of Minnesota Press, 1996

ARAUJO, Evandro Nicomedes; ROCHA, Elisa Maria Pinto da. Trajetória da sociedade da informação no Brasil: proposta de mensuração por meio de um indicador sintético. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 38, n. 3, dez. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652009000300001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 de janeiro de 2014.

ARVIDSSON, Adam - On the pre-history of the panoptic sort: mobility in market research. **Surveillance & Society** 1(4): 2004. Disponível em: <<http://www.surveillance-and-society.org>> Acesso em: 26 de dezembro de 2010

_____. Brands: A critical perspective. **Journal of Consumer Culture** vol 5 (2): pp. 235–258; 2005. Disponível em: <<http://joc.sagepub.com/cgi/content/abstract/5/2/235>> Acesso em: 15 de janeiro de 2013

BAR, François; PISANI, Francis; WEBER, Matthew. Mobile technology appropriation in a distant mirror: baroque infiltration, creolization and cannibalism. In: SEMINÁRIO SOBRE DESAROLLO ECONÓMICO, DESAROLLO SOCIAL Y COMUNICACIONES MÓVILES EN AMÉRICA LATINA. Buenos Aires: Fundación Telefónica, 2007. Disponível em: <http://abaporu.net>, acesso em: 20 agosto de 2010

BAUMAN, Zygmunt - **Globalização: consequências humanas.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar.1999

BIJKER, Wiebe. E., HUGHES, T. P.e PINCH T. J. (eds) **The social construction of technological systems.** Cambridge, MA: MIT Press. 1987

_____ e LAW, John (eds.) **Shaping technology, building society: studies on sociotechnical change,** MIT Press, Cambridge, 1992

_____. Introduction, In: BIJKER, W. e LAW, John (eds.) **Shaping technology, building society: studies on sociotechnical change,** MIT Press, Cambridge, 1992

_____. The social construction of fluorescent lighting, or how na artifact was inventend at its diffusion stage In: BIJKER, W. e LAW, John (eds.) **Shaping**

technology, builing society: studies on sociotechnical change, MIT Press, Cambridge, 1992

BRASIL. lei 9.295 de 19 de julho de 1996

_____. Lei Nº 9.472 de 16 de julho de 1997

_____. Decreto Nº 7.512 de 30 de junho de 2011

BRUNO, Fernanda - Distributed Surveillance: Video, Monitoring and Mobility in Brazil. **Wi Journal of mobile media**, v. Summer, pp. 1-10, 2009. Disponível em: <wi.hexagram.ca/?p=57> Acesso em: 21 de setembro de 2012

_____. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre, Editora Sulina, 2013

CALLON, Michel - Society in the making: the study of technology as a tool for sociological analysis, In: BIJKER, W. E., HUGHES, T. P.; PINCH T. J. (eds) **The social construction of technological systems**. Cambridge, MA: MIT Press. 1987

CAMPBELL, Collin – The social construction of mobile telephony. 2003. *Open access*. Retirado do site: <www.mobilesociety.net/index.php?fl=2&lact=1&bid=7> Acesso em: 09 de janeiro de 2011

_____ e LING, Rich - Effects of Mobile Communication. 2009. *Open access*. Disponível em: < <https://blog.itu.dk/dmks-e2008/files/2008/09/campbell-and-ling-mobile-media-effects.pdf> > Acesso em: 04 de janeiro de 2011

CAMPBELL, Collin – **The social construction of mobile telephony**. 2003. *Open access*. Disponível em: <www.mobilesociety.net/index.php?fl=2&lact=1&bid=7> Acesso em: 09 de janeiro de 2011

_____ e LING, Rich - **Effects of Mobile Communication**. 2009. *Open access*. Disponível em: <<https://blog.itu.dk/.../campbell-and-ling-mobile-media-effects.pdf>> Acesso em: 04 de janeiro de 2011

CANABARRO, Diego Rafael e BORNE, Thiago - Ciberespaço e Internet: Implicações Conceituais para os Estudos de Segurança. *Open access*. Disponível em: <<http://mundorama.net/2013/05/19/ciberespaco-e-internet-implicacoes-conceituais-para-os-estudos-de-seguranca-por-diego-rafael-canabarro-e-thiago-borne/>> Acesso em 19 maio de 2013

CARADEC, Vincent e EVE, Michael - SOCIABILITE ET DIFFUSION DES TECHNOLOGIES DE LA COMMUNICATION :Une étude de cas auprès de ‘jeunes retraités’. **Réseaux**, 2002/5 no 115, p. 151-179. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-reseaux-2002-5-page-151.htm>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2014

CASTELLS, Manuel - **A sociedade em rede**. V. 1: A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999

_____; FERNÁNDEZ-ARDEVOL, Mireia; QIU, Jack Linchuan; SEY, Araba. **Mobile Communication and Society: a global perspective**. Cambridge: MIT Press, 2007.

CETIC.br – Centro de Estudos sobre as tecnologias da informação e da comunicação. **Pesquisa TIC Domicílios e Usuários 2012: Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil**. Disponível em: <<http://www.cetic.br/usuarios/tic/index.htm>> Acesso em 24 de janeiro de 2014.

CHEN i-Chien - **The Mobile phone as an interpersonal Contact: From perspective of gender difference**. 2009 Disponível em: www.ios.sinica.edu.tw/ios/people/personal/.../MobilePhone.pdf Acesso em: 05 de junho de 2010

COLOMBO, Fausto e SCIFO, Barbara – The camera phone and MMS in relation to other ICTs, In: HADDON, Leslie et alli (eds.) **Everyday innovators: researching the role of users in shaping ICT's**. Springer Dordrecht, The Netherlands, 2005.

DANTAS, Marcos - **A lógica do capital-informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais**. Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 2002

_____. Informação como trabalho e como valor. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, 2006, nº 19, pp. 44-72

DE CERTEAU, Michel – **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, Vozes, 1994

DEBORD, Guy – A sociedade do espetáculo. 2003. *Open access*. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>> Acesso em 24 de janeiro de 2013

DELEUZE, Gilles - **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DIMINESCU, Dana - L'usage du téléphone portable par les migrants en situation précaire. **Hommes et Migrations**, n°1240, 2002. pp. 66-81. Disponível em: <http://membres.lycos.fr/crisseries/saint-laurent4/Dana_Diminescu.doc > Acesso em 05/02/2009

_____. The connected migrant: an epistemological manifesto. **Social Science Information**. Vol. 47, n°4. 2008 pp.565-579. Disponível em: <<http://ssi.sagepub.com/content/47/4/565.abstract>> Acesso em: 05/02/2009

DONNER, Jonathan - Blurring Livelihoods and Live: The Social Uses of Mobile Phones and Socioeconomic Development. **Innovations** / winter 2009. Disponível no endereço: <<http://research.microsoft.com/apps/pubs/default.aspx?id=80461>>. Acesso em: 04 de janeiro de 2011

DOUGLAS, Mary e ISHERWOOD, Baron – **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2004

DRAKE, William; WILSON, Ernest - **Governing Global Electronic Networks: International Perspective on Policy and Power**. Londres, Reino Unido: MIT Press, 664 p., 2008

DRAPER, Nora - Discourses of consumer power and surveillance in group buying websites. **CYBER-SURVEILLANCE IN EVERYDAY LIFE: AN INTERNATIONAL**

WORKSHOP - May 12-15, 2011. University of Toronto. Disponível em <<http://www.digitallymediatedsurveillance.ca/wpcontent/uploads/2011/04/Draper-Group-power.pdf>>: Acesso em: 24 de janeiro de 2013

DZIEKANIAK, Gisele e ROVER, Aires - Sociedade do Conhecimento: características, demandas e requisitos. **DataGramaZero - Revista de Informação** - v.12 n.5 out/11. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out11/Art_01.htm> Acesso em 14 jan. 2013

EISENBERG, José; CEPIK, Marco - **Internet e Política: Teoria e Prática da Democracia Eletrônica**. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2002.

ELLWOOD-Clayton, Bella - Virtual Strangers Young Love and Texting in the Filipino Archipelago of Cyberspace.2003. *Open access*. Disponível em: <www.21st.century.philinst.hu/Passagenengl3Ellwood.pdf> Acesso em: 30 de janeiro de 2011

FERREIRA, Ana Paula C. - Tecnologia de informação, controle e mundo do trabalho: pensar tecnologia na ótica do trabalhador. **CAOS, Revista eletrônica de Ciências Sociais**, nº 11, out. 2006, pp. 14-24. Disponível em: < moodle.ufba.br> Acesso em: 04 de janeiro de 2011

FONTENELLE, Isleide - **O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável**. 2. ed. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2002

_____. O trabalho da ilusão: produção, consumo e subjetividade na sociedade contemporânea. **Revista interações**, volume X, nº 19, pp. 63-86. Jan-jun 2005

FOUCAULT, Michel – Technologies of the self. (Université du Vermont, outubro, 1982; trad. F. Durant-Bogaert). In: HUTTON, P.H., GUTMAN, H. and MARTIN, L.H., (eds.) **Technologies of the Self. A Seminar with Michel Foucault**. Anherst: The University of Massachusetts Press, 1988, pp. 16-49. Disponível em: <<http://ebookbrowse.net/foucault-michel-as-tc3a9cnicas-de-si-1982-pdf-d399848473>> Acesso em: 07 de fevereiro de 2013.

_____. Dois ensaios sobre o sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis, Vozes, 1987

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Graal, 1988

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 277-293.

_____. **Seguridad, territorio y población**. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

FUCHS, Cristian - Web 2.0, Prosumption and Surveillance. **Surveillance and society**. 8 (3). 2011. Disponível em: <<http://www.surveillance-and-society.org/ojs/index.php/journal/article/view/prosumption/prosumption>> Acesso em: 21 de setembro de 2012

GANDY JR. - Data mining and surveillance in the post-9.11 environment. IAMCR. University of Pennsylvania., Barcelona, July, 2002. Disponível no site: <http://www.asc.upenn.edu/usr/ogandy/iamcrdatamining.pdf> Acesso em: 21 de setembro de 2012

GANT, Diana - **Blurring the Boundaries: Cell Phones, Mobility, and the Line between Work and Personal Life**. 2001. *Open access*. Disponível no site: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.61.1537>> Acesso em 12 de junho de 2010

GESER, H. - Towards a sociological theory of the mobile phone. [2003]. *Open access*. Disponível em: <http://www.socio.ch/mobile/t_geser1.htm>. Acesso em 30 de dezembro de 2010

GERGEN, K. - **The challenge of absence presence**. In: KATZ, James. (ed.) **Perpetual Contact: Mobile Communications, Private Talk, Public Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

GLOTZ, Peter; BERTSCHI, Stefan; LOCKE, Chris (Eds.) – **Thumb Culture: the meaning of mobile Phones for society**. Transcript Verlag, Bielefeld, 2005

GORDON, Janey – The Mobile Phone: An Artefact of Popular Culture and a Tool of the Public Sphere. **Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies**. Sage Publications. London, Los Angeles, New Delhi and Singapore Vol 8:15. 2002. Disponível em: <<http://cvg.sagepub.com>>. Acesso em: 07 de agosto de 2011

GRINT, Keith e WOOLGAR Steve - On Some Failures of Nerve in Constructivist and Feminist Analyses of Technology. **Science, Technology, & Human Values**, Vol. 20, No. 3, (Summer, 1995), pp. 286-310. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable>> Acesso em: 21 de agosto de 2011

GRINTER, D.E., ELDRIDGE, M.A., - y do tngrs luv 2 txt msg? in W, Prinz; M, Jarke; Y, Rogers; K, Schmidt; V, Wulf (eds), **Proceedings of the seventh European Conference on Computer-Supported Cooperative Work** (pp. 219-238), Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2001

GRISCHI, Carmem- Trabalho imaterial controle rizomático e subjetividade no novo paradigma tecnológico. **Revista RAE** eletrônica, Fundação Getúlio Vargas. Volume 7, nº1, jan-jun 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/20540>> Acesso em: 07 de agosto de 2011

HADDON, Leslie - Social exclusion and information and communication technologies: Lessons from studies of single parents and the young elderly. **New Media and Society**, 2(4), 387-406, 2000

_____. Domestication and mobile telephony. 'MACHINES THAT BECOME US' CONFERENCE, Rutgers University, New Brunswick, NJ, USA, 18–19 April. 2001

_____. The contribution of domestication research to in-home computing and media consumption. **The Information Society**, 22, 195-203. 2006

_____. Young people's diverse use of multimedia mobile phones Paper for the Panel 'Connecting with Generation Y-ired: Global Perspectives on New media and youth Cultures. CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COMMUNICATIONS ASSOCIATION- 'COMMUNICATING FOR SOCIAL IMPACT, Montreal, May 22nd-26th, 2008. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/media@lse/whosWho/AcademicStaff/LeslieHaddon/ICAPanelHaddon.pdf>> Acesso em: 20 de janeiro de 2014

_____. Domestication Analysis, Objects of Study, and the Centrality of Technologies in Everyday Life. **Canadian Journal of Communication** Vol 36, pp.311-323, 2011

_____;MANTE, Enid; SAPIO, Bartolomeo; KOMMONEN, Karl-Hans; FORTUNATI, Leopoldina e KANT, Annevi (eds.) **Everyday innovators: researching the role of users in shaping ICT's**. Springer Dordrecht, The Netherlands, 2005.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio - **Imperio**. Rio de Janeiro, Record, 2001

_____. **Multidão**. Rio de Janeiro, Record, 2005

HARTMANN, Maren From domestication to mediated mobilism. **Mobile Media & Communication**1(1), pp. 42-49, January 2013

HARVEY, David - **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1996

HEMMENT, Drew; EVANS, John; HUMPHRIES, Theo; RAENTO, Mika. - Locative Media and pervasive surveillance: The Loca Project. 2006. *Open access*. Disponível em:

<http://www.drewhemment.com/2006/locative_media_and_pervasive_surveillance_the_loca_projectby_drew_hemment_john_evans_theo_humphries_mika_raento.html>

Acesso em: 16/10/2010

HJORTH, Larissa – Postal presence: a case study of mobile customization and gender in Melbourne, in: GLOTZ, Peter; BERTSCHI, Stefan; LOCKE, Chris (Eds.) – **Thumb Culture; the meaning of mobile Phones for society**. Transcript Verlag, Bielefeld, 2005

HÖFLICH, Joachim R. – Das Handy als „persönliches Medium“ Zur Aneignung des Short Message Service (SMS) durch Jugendliche. **Kommunikation@gesellschaft**, Jg. 2, 2001, Beitrag 1. Disponível em: <http://www.uni-frankfurt.de/fb03/K.G/B1_2001_Höflich.pdf> Acesso em 30 de janeiro de 2011

_____. The mobile phone and the dynamic between private and public communication: results of an international exploratory study, in: GLOTZ, Peter; BERTSCHI, Stefan; LOCKE, Chris (Eds.) – **Thumb Culture: the meaning of mobile Phones for society**. Transcript Verlag, Bielefeld, 2005

_____; HULME, Michael e TRUCH, Anna – Exploring the implications for social identity of the new sociology of the mobile phone. THE GLOBAL AND THE LOCAL IN MOBILE COMMUNICATION: PLACES, IMAGES, PEOPLE, AND CONNECTIONS. Budapest. June 10-11, 2004. Disponível em: <www.michaelhulme.co.uk>. Acesso em 04 de dezembro de 2010

HULME, M. e PETERS, S - Me, my phone, and I: The role of the mobile phone. CHI 2001 WORKSHOP: MOBILE COMMUNICATIONS: UNDERSTANDING USERS, ADOPTION, AND DESIGN. Seattle, Wash. 2001, Disponível em: <http://www.cs.colorado.edu/~palen/chi_workshop> Acesso em 10 de julho de 2010

ITO, Mizuko; OKABE, Daisuke; MATSUDA, Misa (eds.). **Personal, portable, pedestrian: mobile phones in Japanese life**. Chicago: The MIT Press, 2005

_____. Intimate Connections: Contextualising Japanese Youth and Mobile Messaging', in Kraut, R, Brynin, M. and Kiesler, S. **Computers, Phones and the Internet. Domesticating Information Technology**, Oxford University Press, Oxford, 2006, pp.235-50.

JAMESON, Frederic. **Pós-modernismo ou a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo, Editora Ática, 1991

_____. **The Cultural Turn**. London/New York, Verso, 1998.

JAUREGUIBERRY, Francis – L'usage du téléphone portatif comme expérience sociale. **Réseaux**, 1997, volume 15 n°82-83. pp. 149-165. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/reso_0751-7971_1997_num_15_82_3061>. Acesso em: 05/02/2011

_____. Les téléphones portables, outils du dédoublement et de la densification Du temps: un diagnostic confirmé. **Tic&société**. Numéro Vol. 1, n°1, 2007. Disponível em: <<http://ticetsociete.revues.org>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2011

KANASHIRO, Marta Mourão. Mobilidade como foco das tecnologias de vigilância. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 71, Oct. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 Fevereiro de 2013.

KATZ, J. - Mobile communication and the transformation of daily life: the next phase of research on mobiles, in: GLOTZ, Peter; BERTSCHI, Stefan; LOCKE, Chris (Eds.). **Thumb Culture: the meaning of mobile Phones for society**. Transcript Verlag, Bielefeld, 2005

_____. **Magic in the air: mobile communication and the transformation of the social life**. Transaction Pub, 2006

_____. (ed.) **Handbook of Mobile Communication Studies**. The MIT Press Cambridge, Massachusetts, London, England, 2008

_____. e AAKHUS, M. - **Perpetual Contact. Mobile communication, private talk, public performance**. Cambridge University Press, 2002

_____; Lever, K. M., e Chen, y.-F. - Mobile Music as Environmental Control and Prosocial Entertainment. In: Katz, J. E. (Ed.), **Handbook of Mobile Communication Studies**. The MIT Press Cambridge, Massachusetts, London, England, pp. 367-388, 2008.

KUEHL, Dan - "From Cyberspace to Cyberpower: Defining the Problem". In: KRAMER, Franklin; STARR, Stuart; WENTZ, Larry **Cyberpower and National Security**. Washington, Estados Unidos: National Defense University Press, 2009

KUROSE, James; ROSS, Keith - **Redes de Computador e a Internet: Uma Abordagem Top-Down**. São Paulo, SP: Addison Wesley, 2010

LASEN, Amparo. Affective Technologies: emotions and mobile phones. Surrey: The Digital World Research Centre, 2004. *Open access*. Disponível em: <www.surrey.ac.uk/dwrc/Publications/AllPubs.pdf> Acesso em: 20 julho de 2009

LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita (Orgs.) - **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro, Campus, 1999.

LATOUR, Bruno - Technology is society made durable, In: LAW, John (ed.) **A sociology of monsters: essays on power, technology and domination**. London, Routledge, 1991

_____. "Where Are the Missing Masses? The Sociology of a Few Mundane Artifacts", In: Wiebe E. Bijker and John Law (eds.), **Shaping Technology/Building Society**. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

_____. Une sociologie sans objet? Note théorique sur l'interobjectivité, 1994. *Open access*. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/articles/article/057.html> > Acesso em 22 de outubro de 2008.

_____. Fractures/Fractures From the Concept of Network to that of Attachment. **Res special issue on Factura** N°36, Autumn 1999, 20-31. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/articles/article/76-FACTURE-GB.pdf> > Acesso em 22 de outubro de 2008.

_____. **A esperança de pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos.** Bauru, EDUSC. 2001

_____. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** São Paulo, Editora 34. 2005

_____. **Reassembling the social. An introduction to Actor-Network Theory.** Oxford University press, 2005

_____. Beware, your imagination leaves digital traces. **Times Higher Literary Supplement**, 6 abr. 2007. *Open access*. Disponível em:< <http://www.bruno-latour.fr/poparticles/poparticle/P-129-THES-GB.doc>> Acesso em: 05 de fevereiro de 2011

LAURIER, Eric - The region as a socio-technical accomplishment of mobile workers, 2001. *Open access*. Disponível em: <web2.ges.gla.ac.uk/~elaurier/texts/region.pdf> Acesso em 26 de dezembro de 2010

LAZARATTO, Maurizio – **As revoluções do capitalismo.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006

_____ e NEGRI, Antonio. – **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade.** Rio de Janeiro DP&A, 2001

LAW, Alex – The social geometry of mobile telephony. **Revista Razón y Palabra**, Nr. 42, Enero de 2005. Disponível em: <<http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n42/alaw.html>> Acesso em: 27 de dezembro de 2010

LAW, John (ed.) **A sociology of monsters: essays on power, technology and domination.** London, Routledge, 1991

_____ e CALLON, Michel - The Life and death of an aircraft: a network analysis of technical change. In: BIJKER, W e LAW, John (eds.) **Shaping technology, building society: studies on sociotechnical change**, MIT Press, Cambridge, 1992

LEMONS, André - Cibercultura e Mobilidade: a Era da Conexão. **Revista razón y palabra**, número 41, Outubro –Noviembre, 2004. Disponível em: <www.cem.itesm.mx/dacs/publicaciones/logos/anteriores/n41/alemos.html#6a> Acesso em 12 de setembro de 2009

_____. Cibercultura e mobilidade. A era da conexão. Intercom. **SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO. XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO** – Uerj – 5 a 9 de setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/r1465-1.pdf>> Acesso em: 21 de setembro de 2012

_____. Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais. **Revista Matrizes**. Nr. 1, outubro de 2007. Retirado do site: <http://www.andrelemons.info/artigos/Media1AndreLemos.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2010

_____. Mídia Locativa e Territórios Informacionais. *Open access*. Retirado do site: http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemons/midia_locativa.pdf. Acesso em 05 de maio de 2010

_____. Cultura da mobilidade. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, Vol. 1, No 40, 2009

_____. Celulares , funções pós midiáticas, cidade e mobilidade. **Revista URBE – Revista Brasileira de Gestão Urbana. Pontifícia Universidade Católica do Paraná PUCPR**. Junho de 2010. Retirado do site: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/URBE?dd1=4469&dd99=view> Acesso em 03 de outubro de 2012

_____. Você está aqui! Mídia locativa e teorias “materialidades da comunicação” e “ator-rede”. **Comunicação & Sociedade**, Ano 32, n. 54, p. 5-29, jul./dez. 2010

LESSA, Sérgio - "Trabalho imaterial": Negri, Lazzarato e Hardt. **Revista Estudos de Sociologia**. Volume 6, nº11, 2001

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro, Editora 34. 1990

_____. **O que é o virtual**. São Paulo. Editora 34, 1999.

LICOPPE, Christian e HEURTIN, Jean Philippe - Managing One's Availability to Telephone Communication Through Mobile Phones: A French Case Study of the Development Dynamics of Mobile Phone Use. **Personal and Ubiquitous Computing**, 2001,5, pp. 99–108. Retirado do site: <http://dl.acm.org/citation.cfm?id=593594> Acesso em: 30 de janeiro de 2011

_____ e SMOREDA, Zbigniew - Rhythms and ties: Towards a pragmatics of technologically- mediated sociability, in: KRAUT, Robert; BRYNIN, Malcolm; KIESLER, Sara (Eds.) - **Domesticating Information Technologies**, Oxford University Press, 2005

_____. The Mobile Phone's Ring, in: KATZ, James (ed.) **Handbook of Mobile Communication Studies**. The MIT Press Cambridge, Massachusetts, London, England, 2008

LING, R. –“We will be reached”: the use of mobile telephony among Norwegian youth. **Information Technology & People**, Vol. 13 No. 2, 2000, pp. 102-120. Disponível em: <http://www.emerald-library.com>>. Acesso em: 12 de junho de 2009

_____. The social juxtaposition of mobile telephone conversations and public spaces. CONFERENCE ON THE SOCIAL CONSEQUENCES OF MOBILE TELEPHONES, Chunchon, Korea, July 2002. Retirado do site: http://www.richardling.com/papers/2002_juxtaposition_public_spaces.pdf Acesso em 25 de setembro de 2010

_____. Sociolinguistics ON SMS: an analysis of SMS use by a random sample of Norwegians, in: LING, R. e PEDERSEN, P. E. (Eds.)- **Mobile Communications: renegotiation of the social sphere**. London, Springer, 2005

_____ e HADDON, L.- Mobile telephony, mobility and the coordination of everyday life. In J. E. Katz e L. Fortunati (Eds.), **Machines that become us**. New Brunswick, N.J. : Transaction Publishers, 2003

LIPOVETSKY, Gilles - **O império do efêmero**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987

_____. **A felicidade paradoxal**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007

LOWRY, Diannah e MOSKOS, Megan – Hanging on the Mobile Phone: Experiencing Work and Spatial Flexibility. **National Institute of Labour Studies Working Paper 153**. August, 2005. Disponível em: <socio.ch/mobile/lowry_moskos.pdf> Acesso em: 04 de dezembro de 2010

_____. Ring, ring...why don't you leave me alone? The impact of the work mobile phone on the work-life balance. ACREW CONFERENCE 2006, Monash University, Melbourne and the Department of Management, Kings College, London. Monash University Prato Centre, Tuscany, Italy 1st - 4th July 2006. Disponível em: <apo.org.au/.../ring-ring-why-dont-you-leave-me-alone-impact-work> Acesso em 04 de dezembro de 2010

LYON, David - Everyday surveillance: Personal data and social classifications. **Information, Communication & Society**. Nr. 5, volume2, 2002 pp. 242–257. Disponível em:<http://www.casa.ucl.ac.uk/cyberspace/lyon_ics.pdf> Acesso em: 04 de novembro de 2012

MAC CRACKEN, G. – **Culture and consumption: new approaches to the symbolic character of consumer goods and activities**. Bloomington, Indiana University Press, 1990

MACKENZIE, Donald A. Missile Accuracy: a case study in the social processes of technological change, In: BIJKER, Wiebe. E., HUGHES, T. P.; PINCH T. J. (eds) **The social construction of technological systems**. Cambridge, MA: MIT Press. 1987

_____ e WAJCMAN, Judy - The social shaping of technology, **Open University Press, 1999**

MALCOLM, Jeremy - **Multi-stakeholder Governance and the Internet Governance Forum**. Perth, Austrália: Terminus Press, 2008

MARTINS, Hermínio. Tecnociência e arte. In: LEONE, Carlos (org.). **Rumo ao ciber mundo?** Oeiras, Ed. Celta, 2000, p. 22-23 e 25.

MARX, Gary - What's new about the 'new surveillance'? Classifying for change and continuity. **Surveillance & Society**. Nr.1, vol. 1, 2002, pp. 9-29. Disponível em: <<http://www.surveillance-and-society.org/articles1/whatsnew.pdf>> Acesso em: 21 de agosto de 2011

MAUS, Marcel - **Ensaio sobre a dádiva**. Edições 70, Portugal, 2008.

MOLZ, Jennie`Watch us wander': mobile surveillance and the surveillance of mobility, **Environment and Planning A**. volume 38, 2006, pp. 377- 393

MUELLER, Milton - **Ruling the Root: Internet Governance and the Taming of Cyberspace**. Cambridge, Estados Unidos: The MIT Press, 2002

NAFUS, D. e TRACEY, K. - Mobile Phone Consumption and Concepts of Personhood, In Katz, J. and Aakhus, M. (eds) **Perpetual Contact: Mobile Communication, Private Talk, Public Performance**, Cambridge University Press, Cambridge, 2002, pp.206-22.

NORDLI, Hege e SØRENSEN, Knut – Diffusion as inclusion? How adult men and women become users of mobile phones. STS WORKING PAPER 0403 NTNU, centre for technology and society, 2003

ORLIKOWSKI, Wanda J. e IACONO, Suzanne - Research Commentary: Desperately Seeking the “IT” in IT Research—A Call to Theorizing the IT Artifact. **Information Systems Research, INFORMS** Vol. 12, No. 2, June 2001, pp. 121–134. Disponível em: <folk.uio.no/patrickr/refdoc/Orlikowski_2000.pdf> Acesso em: 21 de agosto de 2011

PACEY, Arnold - **Meaning in technology**. MIT Press, 2001

PALEN, Leysia; SALZMAN, Marilyn e YOUNGS, Ed - Going Wireless: Behavior & Practice of New Mobile Phone Users, 2000. *Open access*. Disponível em: <<http://www.cs.colorado.edu/~palen/Papers/cscwPalen.pdf>> Acesso em: 30 de dezembro de 2010

PALMÅS, Karl - Predicting what will you do tomorrow: panspetric surveillance and the contemporary corporation. **Surveillance & Society**, Vol 8, No 3, 2011. **Disponível em:** <http://www.surveillance-and-society.org/ojs/index.php/journal/article/view/panspectric>> Acesso em 23 de maio de 2012.

PANTZAR, Mika - Domestication of Everyday Life Technology: Dynamic Views on the Social Histories of Artifacts. **Design Issues**, Vol. 13, No. 3 (Autumn), pp. 52-65, 1997.

PELBART, Peter – **Vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea**. São Paulo, Iluminuras, 2000.

_____. **Vida Capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo, Iluminuras, 2009

PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva. Trajetórias, circuitos e redes na mundialização. PROJETO DE PESQUISA CAPES- COFECUB, 2008

PRELL, Christina - Rethinking the Social Construction of Technology through 'Following the Actors': A Reappraisal of Technological Frames. **Sociological Research**

Online 14(2)4; 2009. Disponível em:<<http://www.socresonline.org.uk/14/2/4.html>.>
Acesso em: 03 de janeiro de 2011

POWELL, Alison - Uma história da ‘internet aberta’: da internet ‘fixa’ à ‘móvel’.2002. *Open access*. Disponível em: <www.metodista.br/info/livros/tensoes-em-rede/pdf/tensoes_cap1.pdf> Acesso em: 06 de fevereiro de 2013

RAMASWAMY, Venkat - Co-Creation of Value – Towards an Expanded Paradigm of Value Creation. **Marketing Review St. Gallen**, nº 6, 2009 pp.11-17. Disponível em: <<http://www5.marketing-review.meds-in.de/media/mr/2009/6/mr-009-0308-8/pdf/main.pdf>> Acesso em: 26 de fevereiro de 2013

RAKOV, Lana e NAVARO, Vija - Remote mothering and the parallel shift: Women meet the cellular telephone. **Critical Studies in Mass Communication**. Volume 10, Issue 2, 1993.

RIFKIN, Jeremy. **A Era do Acesso**. Makrons Books, 2001.

RIVIÈRE, Carole Anne. Téléphone Mobile et Photographie: les nouvelles formes de sociabilités visuelles au quotidien. **Sociétés, Paris**, nº91(1), 2006, pp 119-134. Disponível em: < <http://www.cairn.info/revue-societes-2006-1-page-119.htm>> Acesso em: 15 de fevereiro de 2013

ROGERS, Everett- **Diffusion of innovations**. NY, The Free Press, 1995 [1962]

SAHLINS, Marshall - **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Politizar novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética**. São Paulo, Editora 34, 2003.

_____. A informação após a Virada Cibernética. 2003b. Disponível em: <http://sarava.org/wiki/cteme/uploads/Main/Laymert_virada.pdf> Acesso em: 15 de fevereiro de 2013

_____ e FERREIRA, Pedro - **A regra do jogo: desejo, servidão e controle**. São Paulo: Paz e Terra, 2008

SCIRÉ, Claudia – **Consumo popular, fluxos globais: práticas e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza**. São Paulo, Annablume, 2012

SHELLER, M. e URRY, J. - The new mobilities paradigm. **Environment and Planning A** 2006, volume 38, pp. 207-226. Disponível em: <<http://www.envplan.com/abstract.cgi?id=a37268>> Acesso em: 21 de setembro de 2012

SHOVE, Elizabeth; WATSON, Matt and INGRAM, Jack - Products and practices. NORDIC DESIGN RESEARCH CONFERENCE. Copenhagen, Denmark, may, 2005. Disponível em: < [http://www.research.lancs.ac.uk/portal/en/publications/products-and-practices-selected-concepts-from-science-and-technology-studies-and-from-social-theories-of-consumption-and-practice\(85573ef5-3af2-4ee0-b45e-db10e1412b60\)/export.html](http://www.research.lancs.ac.uk/portal/en/publications/products-and-practices-selected-concepts-from-science-and-technology-studies-and-from-social-theories-of-consumption-and-practice(85573ef5-3af2-4ee0-b45e-db10e1412b60)/export.html)> Acesso em: 23 de setembro de 2013.

SIQUEIRA, Ethevaldo. **Três Momentos da História das Telecomunicações no Brasil**. São Paulo, Dezembro Editorial, 1999.

SILVA, Sandra R. - Estar no tempo, estar no mundo: a vida social dos telefones celulares em um grupo popular. 2010. 443f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

SILVERSTONE, Roger - Domesticating domestication: reflection on the life of a concept. In: BERKER, T; HARTMANN, Maren; PUNIE, Y; WARD, K. (eds.). **Domestication of Media and Technologies**. Milton Keynes, Reino Unido: Open University Press, 2006

_____; MORLEY, David; DAHLBERG, Andrea; LIVINGSTONE, Sonia - Families, technologies and consumption: the household and information and communication technologies. CRICT DISCUSSION PAPER, Centre for Research into Innovation, Culture & Technology, Uxbridge, UK. 1989. Disponível em: <<http://eprints.lse.ac.uk/46657/>> Acesso em: 20 de janeiro de 2013

_____; HIRSCH, Eric; MORLEY, David- Information and communication technologies and the moral economy of the household, In: **Consuming technologies**, Silverstone e Hirsch (eds.) London, Routledge, 1992

_____ e HADDON, Leslie - Design and the Domestication of ICTs: Technical Change and Everyday Life. In: Silverstone, R. and Mansell, R (eds) **Communication by Design. The Politics of Information and Communication Technologies**, Oxford University Press, Oxford, 1996

SØRENSEN, Knut- Technology in use. Two essays on the domestication of artefacts. STS WORKING PAPERS 294. Trondheim, NTNU, Centre for technology and society, 1994

_____.Domestication: the social enactment of technology. In T. Berker et al., (eds.) **Domestication revisited**. Maidenhead, Birkshire: Open University Press, p. 40-61., 2005.

_____.Domestication: The enactment of technology. In BERKER, T., HARTMANN, M., PUNIE, Y; WARD, K. (Eds.), **Domestication of media and technology**; pp. 40–61. Maidenhead, UK: Open University Press, 2006

SOUZA E SILVA, Adriana de - Interfaces móveis de comunicação e subjetividade contemporânea de ambientes de multiusuários como espaços (virtuais) a espaços (híbridos) como ambientes de multiusuários. 2004. 394p. Tese (Doutorado em Comunicação Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

STAR, Susan - Power, technology and the phenomenology of conventions: on being allergic to onions, In: LAW, John - **A sociology of monsters: essays on power, technology and domination**. London Routledge, 1991

TAYLOR, Alex S. e HARPER, Richard. **Age old practices in the “new world”: a study of gift-giving between teenage mobile phone users**. Minneapolis, Minnesota, EUA. 20-25 abril 2002. Disponível em: <www.research.microsoft.com/en-us/um/people/ast/files/CHI_2002.pdf> Acesso em: 10 de julho de 2010

TELEBRASIL –Associação Brasileira de Telecomunicações: O desempenho do setor de Telecom – séries temporais, 9M13, 2013. Disponível em: <www.telebrasil.com.br> Acesso em 24 de janeiro de 2014

TELECO. Estatísticas de Celulares no Brasil. Teleco: Informações em Telecomunicações, 2013. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/ncel.asp>> Acesso em: 24 de janeiro de 2014

TJORA, Aksel - Invisible Whispers: Accounts of SMS Communication in Shared Physical Space. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*. 2011 17: 193. Retirado do site: <<http://con.sagepub.com/content/17/2/193>> Acesso em: 10 de julho de 2011

TOWNSEND Anthony - Life in the Real- Mobile Telephones and Urban Metabolism. **Journal of Urban Technology**. Nr.7, volume 2, 2000. pp.85-104. Disponível em: <www.casa.ucl.ac.uk/cyberspace/life-in-the-real-time-city.pdf> Acesso em: 26 de setembro de 2011

_____ e OMI, Ilkka- Beyond User-Centric Models of Product Creation, In: HADDON, Leslie et alli (eds.) **Everyday innovators: researching the role of users in shaping ICT's**. Springer Dordrecht, The Netherlands, 2005.

TONO. **Samba do Blackberry**. In: TONO. Tono. 2010. Base produções.faixa 11. Acesso digital gratuito. Disponível em: < http://www.tono.mus.br/site/?page_id=5> Acesso em: 25 de março de 2013.

TURKLE, Sherry – Always-On/Always-On-You: The Tethered Self in: KATZ, James (ed.) **Handbook of Mobile Communication Studies**. The MIT Press Cambridge, Massachusetts, London, England, 2008

VICENTIN, Diego – **A Mobilidade como Artigo de Consumo: Apontamento sobre as relações com o aparelho celular**. 2008. 159f. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UNICAMP, Campinas, 2008

_____. O Consumo da Mobilidade: um estudo sobre o dispositivo celular. In: **XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, 2009; Rio de Janeiro, GT04 Consumo, Sociedade e Ação Política. Disponível em: <http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/30_6_2009_21_37_35.pdf> Acesso em: 21 de setembro de 2012

_____. **A economia política do fluxo: as engrenagens da mega-máquina de produção e trânsito de dados**. Projeto de Doutorado apresentado à FAPESP, 2010.

VIRÍLIO, Paul - **Velocidade e política**. Estação Liberdade, 1996

_____. **A bomba informática**. São Paulo, Estação Liberdade, 1998

WILLIAMS, Robin e EDGE, David - The social shaping of technology. **Research Policy** Vol. 25, (1996) pp. 856-899. Disponível em: <citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.115> Acesso em: 03 de janeiro de 2011

WOOLGAR, Steve - Configuring the user, In: LAW, John (ed) **A Sociology of Monsters: essays on power, technology and domination**, pp. 57-99, London: Routledge, 1992

_____. Rethinking the dissemination of science and technology. (CRICT Discussion Paper no. 44). London, Brunel University: Centre for Research in Innovation, 1994. *Open access*. Disponível em: <<http://www.cirst.uqam.ca/pcst3/PDF/Communications/WOOLGAR.PDF>> Acesso em: 24 de junho de 2013

ZARIFIAN, Philippe. Engajamento subjetivo, disciplina e controle. **Revista Novos estudos Cebrap**, nº 64, novembro de 2002, pp. 23-31

ZITTRAIN, Jonathan - **The Future of the Internet – And How to Stop It**. New Have, Estados Unidos: Yale University Press, 2009.

ZWICK, Detlev - Manufacturing Customers: The database as new means of production. **Journal of Consumer Culture**, Vol. 9, Nr. 2, pp. 221-247, 2009. Disponível em: <<http://joc.sagepub.com/content/9/2/221.short>> Acesso em: 24 de setembro de 2012

_____.BONSU, Samuel e DARMODY, Aron. Putting consumers to work: ‘Co-creation’ and new marketing govern-mentality. **Journal of Consumer Culture**, 2008, Vol 8, Nr.2, pp. 163–196. Disponível em: <<http://joc.sagepub.com/content/8/2/163>> Acesso em: 21 de setembro de 2012

Material de imprensa consultado:

AGUILHAR, Lígia – Apps de mensagens substituem o SMS. **O Estado de São Paulo**, 22/04/2013. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/link/apps-de-mensagens-substituem-o-sms/>> Acesso em: 22 de abril de 2013.

_____. Operadoras agora miram os serviços. **O Estado de São Paulo**, 02/09/2013. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,operadoras-agora-miram-os-servicos,1070367,0.htm> > Acesso em: 02 de setembro de 2013.

CAMILLO, Giuliana - Anatel proíbe venda de novas linhas Tim, Oi e Claro. **Brasil econômico**, 18/07/12. Disponível em: <http://brasileconomico.ig.com.br/noticias/anatel-proibe-vendas-de-novas-linhas-de-tim-oi-e-claro_119580.html> Acesso em 24 de julho de 2012

CROFFI, Flávio - Preço da internet móvel limitada despenca no Brasil. **Canal R7**. 04/08/2013. Disponível em: <<http://www.baboo.com.br/corporativo/preco-da-internet-movel-limitada-despenca-no-brasil/>> Acesso em: 14 de agosto de 2013

FRAGA, Nayara – Empresas buscam a própria imagem na rede Instagram. **O Estado de São Paulo**, 24/03/2013. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,empresas-buscam-a-propria-imagem-na-rede-instagram,1012626,0.htm>> Acesso em 24 de março de 2013

GROSSMANN, Luís Oswaldo . Avança na Câmara projeto contra diferença de preço entre pós e pré-pago. **Convergência digital**, 03/06/2013. Disponível em: <<http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=33924&sid=8#.UubPoxBTvIU>> Acesso em 04 de junho de 2013

HALUM, César - César Halum critica preço de celular pré-pago no Brasil. Brasília: 2013. Conexão Tocantins, 12/11/2013. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2013/11/12/cesar-halum-critica-preco-de-celular-pre-pago-no-brasil>> Acesso em: 04 de dezembro de 2013

MAHLMEISTER, Ana Luiza – Tarifas de celular no Brasil estão entre as mais caras do mundo. **Valor Econômico**, 28/01/2010. Disponível em: <<http://www.hojetelecom.com.br/blogue/index.php/2011/12/tarifas-de-celular-no-brasil-estao-entre-as-mais-caras-do-mundo/>> Acesso em: 13 de outubro de 2013

MOREIRA, Talita - Preços caem, e até celular 'pai de santo' passa a falar. **Instituto Brasileiro de Estudos de concorrência, consumo e comércio internacional**. 13/7/2011. Disponível em: <<http://www.ibrac.org.br/Noticias.aspx?id=1006>> Acesso em: 04 de dezembro de 2013

PETRY, Rodrigo. Preço do minuto de celular cai 19% no Brasil. **O Estado de São Paulo**, 02/07/2013. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/link/preco-do-minuto-de-celular-cai-19-no-brasil/>> Acesso em: 04 de agosto de 2013.

TOZETTO, Claudia - Venda de smartphones com dois chips aumenta 680% em um ano no Brasil. **Brasil econômico**, 19/06/13. Disponível em: <http://brasileconomico.ig.com.br/noticias/venda-de-smartphones-com-dois-chips-aumenta-680_133230.html> Acesso em: 04 de novembro de 2013.

Material publicitário consultado:

YouTube. Propaganda Celular Nokia 2000. **Vídeo (032s)**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=3XK8s21JmlM>> Acesso em: 12 abr. 2013

YouTube. Comercial Nokia Fala por você. **Vídeo (030s).** Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=65ffiVzUwow>> Acesso em: 12 abr. 2013

YouTube. Celular Samsung F250. **Vídeo (030s).** Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=RjSu5tYDRO4>> Acesso em: 12 abr. 2013

YouTube. Comercial Motorola V3. **Vídeo (030s).** Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=jj8W0pSw3yw>> Acesso em: 12 abr. 2013

YouTube Comercial Vivo 3G Conectado você pode mais Conexão como nenhuma outra. **Vídeo (1min02s).** Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=OGy8zmLmz50>> Acesso em: 12 abr. 2013

YouTube Tudo que emociona não pode esperar -- Filmada por smartphones. **Vídeo (1min51s).** Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=3vQ6xEyaONw>> Acesso em: 12 abr. 2013

Sites de fabricantes consultados:

BLACKBERRY®. Disponível em: <<http://br.blackberry.com/>> Acesso em: 12 abr. 2013

SAMSUNG. Disponível em: <http://www.samsung.com/br/consumer/cellular-phone/cellular-phone-tablets/smartphones/GT-I9300RWPZTM?pid=br_smartphonessubtype_keyvisual1_gt-i9300rwpztm_20120831> Acesso em: 12 abr. 2013

Sites de operadoras consultados:

VIVO. Disponível em: <<http://www.vivo.com.br/portalweb/appmanager/env/web#>> Acesso em: 14 abr. 2013

CLARO. Disponível em: <<http://www.claro.com.br/regiao/ddd11/SP-11/tv-1/>> Acesso em: 15 abr. 2013

TIM. Disponível em: <<http://www.tim.com.br/sp/para-voce>> Acesso em: 15 abr. 2013

OI. Disponível em: <<http://www.oi.com.br/oi/oi-para-voce>> Acesso em: 15 abr. 2013

NEXTEL. Disponível em: <<http://www.nextel.com.br/NextelWebSite/quero-nextel.aspx>> Acesso em: 15 abr. 2013

Sites de aplicativos consultados:

DAYTUM. Disponível em: <<http://daytum.com/>> Acesso em: 24 abr. 2013

EXPENSIFY. Disponível em: <<https://www.expensify.com/>> Acesso em: 24 abr. 2013

FIND MY CAR. Disponível em:

<<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.elibera.android.findmycar#>>

Acesso em: 24 abr. 2013

NOON. Disponível em: <<http://www.noom.com/>> Acesso em: 24 abr. 2013

PETOMETER. Disponível em:
<<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.purina.petometer>> Acesso em: 24
abr. 2013

RESCUE TIME. Disponível em: <<https://www.rescuetime.com/>> Acesso em: 24 abr.
2013

SLEEP CYCLE. Disponível em: <<http://www.sleepcycle.com/>> Acesso em: 24 abr.
2013